

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

SÔNIA MARIA REZENDE PAOLINELLI

UMA VISÃO GERAL SOBRE A ATUAÇÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO  
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA

Uberaba

2016

SÔNIA MARIA REZENDE PAOLINELLI

UMA VISÃO GERAL SOBRE A ATUAÇÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO  
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Inovação Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo

Coorientadora: Profa. Dra. Beatriz Gaydeczka

Uberaba

2016

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do  
Triângulo Mineiro**

Paolinelli, Sônia Maria Rezende  
P227v Uma visão geral sobre a atuação das editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira / Sônia Maria Rezende Paolinelli. -- 2016.  
153 f. : il., fig., tab.

Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2016  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo  
Coorientadora: Profa. Dra. Beatriz Gaydeczka

1. Editoras universitárias. 2. Inovação editorial. 3. Livros eletrônicos. 4. Tecnologia de Informação e Comunicação. 5. Educação superior. I. Anjo, Luiz Fernando Resende dos Santos. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 655.41:378.4

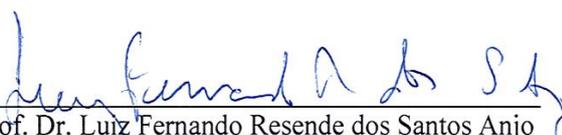
SÔNIA MARIA REZENDE PAOLINELLI

UMA VISÃO GERAL SOBRE A ATUAÇÃO DAS EDITORAS  
UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
BRASILEIRA

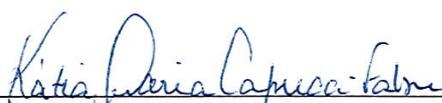
Trabalho de conclusão apresentado ao  
Programa de Mestrado Profissional em  
Inovação Tecnológica da Universidade  
Federal do Triângulo Mineiro, como requisito  
para obtenção do título de mestre.

Uberaba, 08 de dezembro de 2016

Banca Examinadora:

  
Prof. Dr. Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo  
Orientador – PMPIT - UFTM

  
Prof. Dra. Ana Lúcia de Assis Simões  
Membro Titular – UFTM

  
Prof. Dra. Kátia Maria Capucci Fabri  
Membro titular – UNIUBE

Este trabalho foi realizado com muito esforço e determinação e é dedicado:

A Deus, que me fortalece a cada dia e possibilita o alcance de muitas Graças.

Aos meus pais Sylvio Paolinelli (*in memorian*) e Vanylda Rezende Paolinelli, pelo exemplo  
de vida, fé, perseverança e luta.

Aos meus familiares pelo incentivo constante.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo, pela confiança e oportunidade de ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica-PMPIT, da UFTM.

À Professora Dra. Beatriz Gaydeczka, a quem manifesto a minha gratidão pela disponibilidade, apoio e atenção dispensada no decorrer deste percurso, visto que sem a sua reconhecida competência, coorientação e críticas, este trabalho teria sido bem mais difícil.

À Profa. Dra. Ana Lúcia de Assis Simões e Prof. Dr. Davi Calhau Jorge, pelas significativas sugestões na banca de qualificação.

A todos os mestres e doutores, que no decorrer deste curso, contribuíram para o meu crescimento intelectual.

Aos dirigentes das Editoras Universitárias participantes desta pesquisa, pela presteza em responder ao questionário, possibilitando o desenvolvimento deste estudo.

Ao apoio recebido pela Doutoranda Fernanda Carolina Camargo, do Núcleo de Apoio ao Pesquisador-NAP, Gerência de Ensino e Pesquisa do HC-UFTM, possibilitando a organização e análise de dados estatísticos desta pesquisa com confiabilidade e rigor científico.

Agradecimentos especiais à Profa. Dra. Maria Lúcia de Azevedo Botelho pela amizade, incentivo e orientações iniciais.

À equipe de Bibliotecários da UFTM pela amizade e incentivos na conquista deste mérito.

À Diretora do departamento de Bibliotecas da UFTM, Bibliotecária Rachel Inês da Silva, pela compreensão e incentivo à minha qualificação profissional.

Aos familiares e amigos que se fizeram sempre presentes em minha vida.

"Há aqueles que não podem imaginar um mundo sem pássaros; há aqueles que não podem  
imaginar um mundo sem água; ao que me refere, sou incapaz de imaginar um mundo sem  
livros."

(J. L. Borges, 1986).

## RESUMO

Esta pesquisa aborda os ambientes universitários associados à produção e disseminação do conhecimento científico, em especial, as Editoras Universitárias (EUs). Os avanços das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão influenciando, significativamente, a produção editorial das EUs, promovendo inovações em todas as etapas da cadeia produtiva do livro universitário. O objetivo geral deste estudo é analisar a atuação das editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira. O tema é relevante para os estudos da Ciência da Informação, uma área interdisciplinar que se relaciona com as áreas de Biblioteconomia, Administração, Editoração e Tecnologia da Informação, destacando a percepção de que há um nicho a ser explorado pelos profissionais da área. Para o desenvolvimento deste estudo, a metodologia envolveu uma abordagem quantitativa, utilizando um questionário eletrônico (Google Docs), com perguntas abertas e fechadas, enviado a 47 dirigentes das editoras universitárias brasileiras, no período de 18 de fevereiro a 18 de março de 2016, obtendo-se o retorno de 16 questionários respondidos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com parecer favorável número 1.276.045, de 13 de outubro de 2015. Constatou-se que algumas EUs estão organizadas estrategicamente para atender às demandas por publicação de recursos informacionais e outras, gradativamente, estão se inserindo no cenário editorial eletrônico por meio de inovações proporcionadas pelas novas TICs, tais como a produção de *e-books* e mudanças nas suas formas de comunicação, divulgação e comercialização. *Print on demand* ainda é uma inovação pouco adotada entre as EUs e precisa ser repensada. Evidenciou-se ainda a importância da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) na concretização do atual cenário editorial brasileiro. Conclui-se que os resultados apresentados permitem aos dirigentes das IES observar, fazer comparações e adaptações para implantar ou implementar novas editoras, baseadas na experiência das EUs já inseridas no mercado editorial universitário brasileiro.

Palavras-chave: Editoras universitárias. Inovação editorial. Livros eletrônicos. Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs). Educação superior.

## ABSTRACT

This research addresses university environments associated to the production and dissemination of scientific knowledge, in particular, the University Presses (EUs). The advance of new Information and Communication Technologies (TICs) is influencing significantly the editorial production of the EUs, promoting innovations in all the stages of the production chain of the university book. The aim of this study is to analyze the performance of university presses in the context of the Brazilian public higher education. The subject is relevant for the studies of Information Science, an interdisciplinary field which is related to the fields of Library Science, Management, Editing and Information Technology, highlighting the perception that there is a niche to be exploited by the professionals of this field. For the development of this study, the methodology involved a quantitative and qualitative approach, using an electronic questionnaire (Google Docs), with open and closed questions, sent to 47 managers of Brazilian university presses, from February 18 to March 18, 2016, receiving in return, 16 answered questionnaires. The research was approved by the Committee for Ethics in Research (CEP) of the Federal University of the “Triângulo Mineiro” (UFTM), with the favourable report number 1.276.045, dated 13th of October, of 2015. It was shown that some EUs are strategically organized to attend the demands for publication of informational resources, and others, are gradually entering the electronic publishing scenario, by means of innovations provided by the new TICs, such as the production of e-books and changes in their forms of communication, dissemination and commercialization. Print on demand is still an innovation which is adopted in very few cases among the EUs, and needs to be reconsidered. The importance of the Brazilian Association of University Presses (ABEU) in the implementation of the current Brazilian printing scenario was also highlighted. It is possible to conclude that the results presented allow for the managers of the Higher Education Institutions to observe, make comparisons and adaptations to implant or implement new university presses, based on the experience of the EUs which are already incorporated in the Brazilian university publishing market.

Key Words: University presses. Editorial innovation. Electronic books. Information and Communication Technologies (TICs). Higher Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Distribuição dos programas de pós-graduação por nível de mestrado e doutorado, Brasil, 2013. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	39
Figura 2 -	Diagrama de recrutamento e seleção das editoras universitárias, Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	67
Quadro 1 -	Evolução dos programas de mestrado e doutorado, Brasil, 1976 a 2009. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	38
Quadro 2 -	Formação acadêmica e produção de recursos informacionais dos dirigentes das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016.	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Caracterização das editoras universitárias registradas na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, quanto à personalidade jurídica, Brasil, 1987 a 2015. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	52
Tabela 2 -	Distribuição das Instituições de Ensino Superior Públicas Federais e Estaduais, conforme a existência de editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	52
Tabela 3 -	Distribuição do acesso aos conteúdos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações das Instituições de Ensino Superior cujas editoras estão incluídas nesta pesquisa, Brasil, julho de 2015 a setembro de 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	55
Tabela 4 -	Evolução temporal dos acessos ao conteúdo do Portal SciELO Livros, Brasil, 2012 a 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	61
Tabela 5 -	Caracterização do questionário aplicado às editoras universitárias conforme as dimensões, tipos de perguntas e variáveis analisadas, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	68
Tabela 6 -	Frequência de retorno dos questionários aplicados de acordo com sua distribuição às editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	68
Tabela 7 -	Caracterização das editoras universitárias conforme a localização, personalidade jurídica e afiliação na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 ...	71
Tabela 8 -	Caracterização das editoras universitárias conforme a estrutura organizacional, situação no organograma da IES, vínculo hierárquico e surgimento, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	73
Tabela 9 -	Caracterização de aspectos da estrutura organizacional das editoras universitárias relacionados à produção de recursos informacionais antes da sua criação e o uso de CNPJ, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	75
Tabela 10 -	Distribuição dos Conselhos Editorial e Deliberativo conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	76

Tabela 11 -	Distribuição dos membros dos Conselhos Editorial e Deliberativo por editora universitária, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	76
Tabela 12 -	Caracterização da estrutura organizacional das editoras universitárias conforme a atuação do Diretor/Presidente, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	77
Tabela 13 -	Distribuição dos aspectos relacionados à afiliação na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	81
Tabela 14 -	Classificação dos núcleos de sentido conforme frequência relacionada aos aspectos positivos da afiliação das editoras universitárias na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	82
Tabela 15 -	Distribuição da frequência de acesso a documentos oficiais disponibilizados na internet, conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	83
Tabela 16 -	Distribuição dos recursos financeiros anuais recebidos para publicação conforme a origem e estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	84
Tabela 17	Distribuição dos cargos e da forma de seleção de funcionários conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	85
Tabela 18 -	Distribuição do número total de funcionários por editora universitária, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	88
Tabela 19 -	Classificação dos núcleos de sentido conforme frequência relacionada à inclusão na política editorial e participação dos Programas de Pós-Graduação nas decisões das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	89
Tabela 20 -	Caracterização dos tipos de publicações das editoras universitárias, conforme política editorial, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	90
Tabela 21 -	Distribuição de títulos, tiragens das publicações e opção <i>print on demand</i> , conforme processo produtivo das editoras universitárias,	

	Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	94
Tabela 22 -	Caracterização dos serviços gráficos conforme processo produtivo das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	97
Tabela 23 -	Caracterização dos assuntos e tipos de publicações conforme linha editorial das editoras universitárias, 2016, Brasil. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	98
Tabela 24 -	Caracterização quanto à responsabilidade de publicação de periódicos científicos nas Instituições de Ensino Superior, conforme linha editorial das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	99
Tabela 25 -	Caracterização dos canais utilizados para comercialização e distribuição, comunicação e marketing institucional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	101
Tabela 26 -	Distribuição dos serviços e eventos oferecidos pelas editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	103
Tabela 27 -	Distribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas pelas editoras universitárias no processo de produção de livros, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016 .....	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEU	Associação Brasileira de Editoras Universitárias
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BUs	Bibliotecas Universitárias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Digital Object Identifier
EDUEL	Editora da Universidade Estadual de Londrina
EDUEM	Editora da Universidade Estadual de Maringá
EDUEPB	Editora da Universidade Estadual da Paraíba
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
EdUFSCar	Editora da Universidade Federal de São Carlos - SP
ENGRAF	Encontros de Diretores de Gráficas Universitárias
Epub	Electronic Publication
EUs	Editoras universitárias
FAP	Fundação de Apoio à Pesquisa
Fap-Unifesp	Editora da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GEOCAPES	Sistema de Informações Georreferenciadas
HTML	HyperText Markup Language
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior

INL	Instituto Nacional do Livro
ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEC-USAID	Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International
PDF	Portable Document Format
PMPIT	Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica
PROED	Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das Instituições Federais de Ensino Superior
RD	Repositório Digital
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
RI	Repositório Institucional
SBPC	Sociedade para o Progresso da Ciência
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES	Sistema de Avaliação da Educação Superior
SNEU	Seminários Nacionais das Editoras Universitárias
SPOB	Seminários de Publicações Oficiais Brasileiras
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIL	Universidade do Livro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2</b>	<b>O CONTEXTO DAS EDITORAS E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA</b> .....	20
2.1	O TEMPO E O ESPAÇO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	20
2.2	AS REFORMAS DO ENSINO .....	22
2.2.1	<b>As Reformas Universitárias: influências no surgimento das editoras e bibliotecas universitárias</b> .....	23
2.3	A DITADURA MILITAR: AS VOZES SILENCIADAS .....	29
2.4	CRIAÇÃO E EXPANSÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL .....	31
2.5	A RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA COM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL .....	35
<b>3</b>	<b>CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL</b> .....	41
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL .....	41
3.1.1	<b>Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais (PROED)</b> .....	42
3.1.2	<b>Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL)</b> .....	43
3.1.3	<b>Eventos de natureza científica na área da editoração universitária</b> .....	46
3.1.4	<b>A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)</b> .....	50
3.2	O CENÁRIO ATUAL DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS ..	51
3.2.1	<b>As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a inovação editorial universitária</b> .....	53
3.3	ALGUMAS INICIATIVAS BRASILEIRAS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA DISPONÍVEIS EM ACESSO ABERTO .....	54
3.3.1	<b>Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)</b> .....	54
3.3.2	<b>Portal de Domínio Público</b> .....	56
3.3.3	<b>Repositórios institucionais</b> .....	56
3.3.4	<b>Rede SciELO Livros</b> .....	58
<b>4</b>	<b>A PESQUISA: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS</b> .....	64

4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	64
4.1.1	Abordagem .....	65
4.1.2	Participantes e população .....	65
4.1.3	Coleta de dados .....	67
4.1.4	Análise e interpretação dos dados .....	69
4.2	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA .....	70
5	<b>A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS</b> .....	71
5.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	72
5.2	EQUIPE ADMINISTRATIVA .....	85
5.3	POLÍTICA EDITORIAL .....	88
5.4	PROCESSO PRODUTIVO .....	94
5.5	LINHA EDITORIAL .....	97
5.6	COMERCIALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	100
5.7	SERVIÇOS E EVENTOS OFERECIDOS .....	103
5.8	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) .....	105
6	<b>CONCLUSÃO</b> .....	109
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115
	<b>APÊNDICE A - Questionário sobre a estrutura e funcionamento das editoras universitárias públicas federais e estaduais brasileiras</b> .....	125
	<b>APÊNDICE B – Editoras cadastradas na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU)</b> .....	132
	<b>APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Maiores de Idade</b> .....	137
	<b>APÊNDICE D - Relação de universidades brasileiras públicas federais e estaduais</b> .....	139
	<b>ANEXO A - Relação de publicações da UFTM com registro ISSN</b> .....	144
	<b>ANEXO B – Relação de publicações da UFTM com registro ISBN</b> .....	149

## 1 INTRODUÇÃO

Os ambientes universitários estão associados à produção e disseminação do conhecimento científico. Neles, tanto as editoras universitárias (EUs) quanto as bibliotecas universitárias (BUs) devem ser espaços de apoio utilizados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), para cumprir sua missão de construção e socialização do saber.

Cabe às IES, enquanto responsáveis por desenvolver, em interação e integração, o tripé ensino, pesquisa e extensão, buscar caminhos para disponibilizar à sua comunidade acadêmica, canais para a divulgação das pesquisas científicas, em especial, a Editora Universitária (EU), contexto em que se insere a temática e o objeto de estudo desta pesquisa.

Desde o seu surgimento, na década de 60, até os dias atuais, as EUs evoluíram significativamente, acompanhando a expansão do ensino superior e, conseqüentemente, a demanda por publicações de caráter técnico-científico-pedagógicas. A atividade editorial universitária, antes restrita a um grupo de intelectuais e estudiosos, foi, progressivamente, dimensionada e diversificada, incorporando novos saberes e novas técnicas nas tarefas de produção, e “se legitimando como um ambiente gerador de um tipo de raridade e de valor cultural que lhes são próprios”. (BUFREM, 2008, p. 10).

Além disso, a influência das inovações tecnológicas na atividade editorial contribuiu para o desenvolvimento de um novo cenário, com o surgimento de novos produtos editoriais, novas formas de distribuição e comercialização, além de impactar os novos hábitos de leitura dos consumidores, com o uso de diferentes suportes de leitura, sejam eles físicos, eletrônicos ou digitais.

A escolha deste tema como objeto de pesquisa no Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, se fundamenta no fato de estar diretamente relacionado com o contexto interdisciplinar da área de Ciência da Informação, que tem como objeto a análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação. A temática atende ao foco escolhido dentro da Linha de Pesquisa 01 do PMPIT, a saber:

Linha 01 – Gestão de operações. Esta linha de pesquisa visa apresentar algumas dessas transformações, discutir seus impactos, particularmente em relação à forma como os sistemas produtivos e de serviços são organizados e gerenciados, com a finalidade de apresentar e propor soluções de melhorias para as organizações. (UFTM, 2014).

Nessa linha de pensamento, a relevância deste estudo consiste em demonstrar como as Editoras Universitárias (EUs) estão inseridas no cenário editorial brasileiro, descrevendo, assim, esse campo editorial aos dirigentes das IES, para intervenções, melhorias e/ou adequações no seu ambiente institucional, especialmente para a Universidade Federal do Triângulo Mineiro que, em maio de 2016, deu os primeiros passos ao instituir a Editora UFTM, por meio da Resolução nº 12 (UFTM, 2016).

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), localizada na região do Triângulo Mineiro (MG), possui um grande potencial de produção editorial, tendo em vista os programas de pós-graduação em várias áreas do conhecimento e, conseqüentemente, a produção de um número significativo de teses e dissertações de relevância para a pesquisa científica. É importante salientar, ainda, as iniciativas dos professores, que contribuíram significativamente com o cenário editorial universitário da UFTM, ao publicarem, no período de 2007 a 2016, 44 títulos de Revistas, Anais e Almanques com ISSN e 58 títulos de Livros com ISBN, apesar de a Editora não estar oficialmente instituída, conforme constatado nos Anexos A e B, desta dissertação.

Nessa conjuntura, a questão de pesquisa procurou indagar como as editoras universitárias públicas federais e estaduais estão organizadas para atender às demandas de produção, publicação, divulgação e perpetuação do conhecimento científico, sob a influência das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)?

Esta pesquisa tem como objetivo geral descrever a atuação das editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira.

O estudo pode contribuir para implantação ou para implementação de editoras universitárias novas, sendo que os objetivos específicos são: descrever as formas de organização e de atuação das editoras universitárias estabelecidas no mercado editorial brasileiro; identificar possíveis formas de organização e estruturação do espaço editorial para atender às demandas de produção, publicação, divulgação e distribuição de livros e periódicos científicos; identificar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) utilizadas pelas editoras, tanto no processo produtivo, quanto na disseminação de conteúdos *on-line*.

Para o desenvolvimento deste estudo, a metodologia escolhida envolveu uma abordagem quantitativa, buscando compreender e descrever uma dada realidade. Na coleta de dados utilizou-se um questionário eletrônico (Google Docs), enviado via *e-mail* aos dirigentes das editoras universitárias, no período de 18 de fevereiro a 18 de março de 2016, elaborado de forma semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com parecer favorável número 1.276.045, de 13 de outubro de 2015.

A dissertação foi estruturada em seis capítulos, sendo este o primeiro, em que se apresenta o problema e sua contextualização, o objetivo geral e os objetivos específicos, a relevância do estudo e sua delimitação, assim como o percurso para construção do estudo. Os capítulos 2 e 3 constituem o referencial teórico para analisar, respectivamente, o ensino superior, as bibliotecas e as editoras universitárias, assim como a evolução destes espaços.

No capítulo 2 apresenta-se um relato histórico do ensino superior no Brasil, do século XIX ao século XXI, não só destacando-se pontos importantes em relação às BUs e EUs, como ainda abordando a questão das sucessivas Reformas impostas pelos Governos brasileiros ao longo dos anos. Ressalta-se a necessidade de relembra-las, pois por meio da revisão é possível observar o fato de que os gestores das políticas públicas sempre ignoraram o papel fundamental que as bibliotecas e as editoras deveriam desempenhar no contexto das universidades.

No capítulo 3, discutem-se o surgimento, a evolução, a importância e as dificuldades encontradas pelas EUs no cenário editorial universitário brasileiro.

No capítulo 4, descreve-se toda a metodologia utilizada na pesquisa, na qual os dados gerados pelo formulário Google/Docs foram exportados para o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20, e os dados apresentados em forma de figuras e tabelas para análise. Para as questões abertas, de natureza qualitativa, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo das respostas dos participantes, fundamentada em Bardin (2010).

No capítulo 5, apresenta-se o resultado da pesquisa realizada com os dirigentes das Editoras Universitárias públicas federais e estaduais, procedendo-se a uma análise da estrutura organizacional; equipe administrativa; política editorial; processo produtivo; linhas editoriais; comercialização e divulgação; serviços e eventos oferecidos; tecnologia de informação e comunicação (TICs) utilizadas pelas EUs.

Vários estudos subsidiaram esta pesquisa proporcionando uma visão sobre a evolução do ensino superior e a atividade editorial universitária no Brasil, dentre os quais se destacam: Aranha (2007), Olive (2002), Trigueiro (2003); Bufrem (2001; 2008; 2009), Sampaio (1991), Mesquita (1984; 2013), Martins Filho e Rollemberg (2001), além de Dourado (2012), Rosa et al. (2013), Luccisano, Cop e Parcker (2014), Rodrigues et al. (2014).

Na conclusão (capítulo 6), faz-se uma reflexão sobre as principais tendências reveladas pela pesquisa e ressalta a contribuição das EUs já inseridas no mercado editorial,

para subsidiar a criação e ou implementação de editoras que ambicionam se inserir neste mercado.

Na parte pós-textual, citam-se as Referências da bibliografia que serviram de embasamento à pesquisa, os Apêndices (A, B, C e D) com o questionário enviado aos dirigentes das EUs, a relação de EUs associadas à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Maiores de Idade (TCLE), a relação de universidades brasileiras públicas federais e estaduais, respectivamente. Os Anexos (A e B) complementam este estudo ao demonstrarem o potencial de publicação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Espera-se que esta pesquisa contribua para que as IES, ao instituírem suas EUs, encontrem subsídios para adaptar e ou estruturar seus processos produtivos, adotem as novas TICs e reconheçam as experiências de outras EUs em relação aos modelos organizacional e administrativo, resultando, assim, na ampliação de novos espaços de produção, disseminação e reelaboração do conhecimento, no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

## **2 O CONTEXTO DAS EDITORAS E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

Historicamente, o surgimento das editoras, assim como das bibliotecas universitárias, está estreitamente relacionado com as mudanças ocorridas na educação superior brasileira ao longo dos anos, principalmente, com as Reformas Universitárias.

Neste capítulo, esboça-se um breve relato histórico sobre a educação brasileira, destacando os principais fatos históricos e as influências das reformas educacionais na reestruturação do ensino superior, no período que compreende os séculos XIX, XX e início do século XXI. Destaca-se ainda a relação deste contexto com o desenvolvimento da produção científica e com o surgimento das editoras e bibliotecas universitárias.

### **2.1 O TEMPO E O ESPAÇO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A reestruturação do ensino superior ocorreu em um cenário de muitas mudanças, em que as pesquisas científicas se desenvolviam nas universidades, tornando necessária a criação das editoras para, juntamente com as bibliotecas universitárias, organizarem a produção científica, a transferência de informações e a produção de novos conhecimentos.

Durante esse período (séc. XIX, XX e início do séc. XXI), a Educação brasileira sofreu fortes influências do fenômeno da urbanização acelerada, decorrente do capitalismo industrial. Tal aceleração demandou uma mão de obra mais qualificada que atendesse aos anseios da indústria, o que, conseqüentemente, estimulou a criação das escolas politécnicas. Isso aconteceu no final do século XIX, quando o Brasil passava de um modelo de economia agrário-comercial para o de industrialização e de Colônia a Império (ARANHA, 2007).

A vinda da família real para o Brasil ocasionou o surgimento das primeiras escolas de nível superior, que tinham por objetivo formar oficiais do exército e da marinha, engenheiros militares e médicos. Nessa direção, integrando as instituições de apoio ao ensino, surge a primeira biblioteca no Brasil, com 60 mil volumes trazidos por D. João VI mas, só em 1814, foi franqueada ao público. Considera-se importante tal avanço uma vez que esta biblioteca representou o surgimento de novos espaços de aprendizagem e pesquisa.

Além da biblioteca, D. João VI criou, por meio de decreto de 13 de maio de 1808, a Impressão Régia, hoje conhecida como Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, instalando oficial e definitivamente a tipografia no Brasil (MARTINS, 2001). A Impressão Régia era destinada a publicar além dos papéis oficiais do governo, obras poéticas e ficcionais e, apesar de a introdução de uma imprensa oficial não significar a implantação automática da liberdade de pensamento, concorreu de forma extraordinária para o progresso dos espíritos, ultrapassando, de certo modo, os limites de sua função específica (MARTINS, 2001). Sua instalação foi um marco importante para o aprimoramento dos serviços gráficos e, conseqüentemente, para o surgimento dos primeiros jornais no país.

No governo de D. João VI (1810 a 1822), o campo educacional buscou expandir o ensino público, dando início à criação dos primeiros cursos superiores no Brasil, que segundo Aranha (2007), eram intimamente relacionados à defesa militar da colônia e ao atendimento dos interesses da família real. Os cursos jurídicos foram criados após a Independência, em São Paulo e em Recife, sendo transformados em Faculdades em 1854.

Segundo Olive (2002), além desses cursos, foi criada a Escola de Minas, em 1832, na região de Ouro Preto, Minas Gerais, instalada somente 34 anos mais tarde. A autora acrescenta ainda que as primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – eram independentes uma das outras, localizadas em cidades importantes dos estados brasileiros. Possuíam uma orientação profissional bastante elitista e eram mais voltadas ao ensino do que à pesquisa, sendo sua organização didática e estrutura de poder baseadas em cátedras vitalícias, na qual o catedrático era aquele que dominava um campo do saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a vida.

Em relação ao caráter elitista e aristocrático do ensino superior brasileiro, Aranha (2007), tal como Olive (2002), afirma que o acesso ao ensino superior era privilégio dos nobres, dos proprietários de terras e de uma camada intermediária, surgida da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos.

Olive (2002) relata que no período imperial (1822 a 1889) não foi criada nenhuma universidade no Brasil, devido ao alto conceito da Universidade de Coimbra, em Portugal, o que dificultava a sua substituição por uma instituição do jovem país.

Nesse sentido, Aranha (2007) enfatiza que os jovens brasileiros atravessavam o Atlântico para frequentar cursos superiores na Universidade de Coimbra e Évora, fato que consolida o pensamento vigente na época, de que a universidade era considerada pelos líderes

políticos da Primeira República (1889 a 1930) uma instituição medieval e adaptada às necessidades do Velho Continente, tornando-se ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo. Isto, de acordo com Olive (2002), ocasionou o atraso na criação de universidades no Brasil e o favorecimento da criação de cursos laicos<sup>1</sup> de orientação técnico-profissionalizante.

## 2.2 AS REFORMAS DO ENSINO

Popkewitz (1997) elucida que as reformas constituem mecanismos utilizados pelo Estado sempre que se percebe alguma instabilidade e/ou insatisfação de uma parcela considerável da sociedade. Antecipando manifestações de revoltas e movimentos corporativos, o Estado promove reformas, atendendo reivindicações contingenciais, ou seja, não permitindo mudanças na estrutura social.

A criação do Ministério da Educação e Saúde aconteceu em 1930, no governo provisório de Getúlio Vargas, e foi um órgão importante para o planejamento das reformas em âmbito nacional e para a estruturação da universidade. Francisco Campos, que já era conhecido no Estado de Minas Gerais, foi escolhido para o cargo de Ministro e promoveu a reforma “Francisco Campos” (ARANHA, 2007). Esta Reforma tratou da organização da Universidade do Rio de Janeiro, da criação do Conselho Nacional de Educação, dos ensinos secundário e comercial.

No período de 1937-1945, na vigência do Estado Novo<sup>2</sup>, durante a ditadura Vargas, o ministro Gustavo Capanema empreendera várias reformas do ensino, tais como a Reforma do Ensino Primário, a criação do ensino supletivo de dois anos, a estruturação da carreira docente e a remuneração do professor, a regulamentação do curso de formação de professores, a criação do ensino profissionalizante, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942 (ARANHA, 2007).

As iniciativas de caráter cultural se deram a esse mesmo tempo, conforme salienta Bufrem (2001, p. 48), quando cita “a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em dezembro de 1937, a fim de publicar obras raras e preciosas, promover e auxiliar a criação de

---

<sup>1</sup> Cursos laicos são cursos que não sofrem a influência ou controle de uma religião.

<sup>2</sup> Estado Novo é como ficou conhecido o período de governo ditatorial de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945. (VICENTINO; DORIGO, 2007).

bibliotecas”. Além disso, o INL contribuiu com o sistema de coedições e, a partir de 1973 “passou a financiar autores para que produzissem materiais universitários sobre assuntos acerca dos quais não houvesse obra disponível em português”. (IBID, p. 55).

Mas é importante ressaltar que se torna quase impossível planejar em educação sem levar em conta os objetivos sociais e econômicos, estabelecidos pelo Estado. Por exemplo, quando a Lei nº 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fora promulgada, em 1961, já se encontrava ultrapassada, descontextualizada, porque o país passara a ter exigências e demandas diferentes, decorrentes da industrialização.

Essa lei conservou a estrutura do ensino proposta pela Reforma Capanema, mas, dentre outras questões, propiciou a equivalência dos cursos e, ao facilitar a mobilidade entre eles, quebrou a rigidez do sistema. O ensino secundário tornou-se menos enciclopédico, com significativa redução do número de disciplinas e a padronização foi atenuada, permitindo a pluralidade de currículos em nível federal (ARANHA, 2007).

Na LDB Nº 4.024/61, o ensino técnico continuou a não merecer atenção especial tanto no setor industrial quanto nos setores comercial e agrícola. Por isso, algumas empresas passaram a instituir o sistema de treinamento em serviço a seus empregados, para atender às exigências de mão de obra qualificada. Percebia-se, assim, que não havia sido contemplado o ensino profissionalizante, na referida reforma. Quanto ao ensino superior, esta Lei estabelecia “[...] a expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, de metade dos que terminam o curso colegial” (GHIRALDELLI JR., 2011, p. 105). Era uma meta ousada que visava manter a expectativa dos filhos de trabalhadores de conseguirem entrar na universidade, depois de um curso técnico.

### **2.2.1 As Reformas Universitárias: influências no surgimento das editoras e bibliotecas universitárias**

Diante dos diversos conflitos e manifestações estudantis ocorridos na década de 1960, contra a legislação do ensino universitário, que atribuía à Universidade de Brasília recém-criada, autonomia pedagógico-administrativa (GHIRALDELLI JR., 2011), o Governo Federal criou um grupo de trabalho para estudar a Reforma Universitária, que consubstanciou na Lei 5.540/68.

Segundo Trigueiro (2003), a Reforma de 1968 teve grande relevância para a atual configuração do sistema nacional de ensino superior, bem como para o surgimento de novos problemas relacionados a esse nível da educação brasileira.

A citada lei estabelece novos princípios organizacionais e fundacionais das instituições de ensino superior,

[...] rompe com o sistema das “cátedras”, associa o ensino à pesquisa, introduz novas atividades acadêmicas, como a extensão e o ensino especial, e define regras próprias para a formação docente, para o acesso do aluno a esse nível da educação e para a organização dos currículos. (TRIGUEIRO, 2003, p. 4).

A Reforma de 1968 unificou o vestibular, aglutinou as faculdades em universidades para a melhor concentração de recursos materiais e humanos, instituiu o curso básico nas faculdades, estabeleceu cursos de curta e longa duração, e, segundo Aranha (2007), desenvolveu um programa de pós-graduação, que passou a ter importância vital para as Instituições de Ensino Superior (IES), tendo em vista que elas aproveitaram as possibilidades amplas que a legislação lhes facultou para qualificar seu corpo docente, em nível de Doutorado.

Neste sentido, tendo em vista o fortalecimento e a expansão da pós-graduação no país a partir da reforma de 1968, Ferreira (1980) analisa a situação das bibliotecas universitárias e constata que, nas instituições de ensino superior já em estado avançado de desenvolvimento, a pesquisa científica ocupa lugar de destaque e precisa do apoio das bibliotecas, ou seja, quanto maior incremento se der à pesquisa, maior necessidade de bibliotecas haverá. Quanto mais dinâmicos forem os métodos de ensino/aprendizagem, mais se exigirá das bibliotecas para que respondam às necessidades criadas por esses métodos.

O autor acrescenta ainda, que, no Brasil, de um modo geral, as políticas públicas não contemplaram os serviços bibliotecários e a biblioteca, sendo esta desvinculação, uma das falhas mais graves do ensino superior brasileiro. Por outro lado, Ferreira (1980) assegura que a Reforma Universitária de 1968 suscitou o interesse das universidades e das autoridades educacionais superiores pelas bibliotecas e procurou dotá-las de melhores condições de funcionamento – acervo, pessoal e equipamento, para atingir de fato suas finalidades e atender às reais necessidades da universidade.

Diante disso, com a Reforma Universitária, houve uma revolução no ensino superior brasileiro e sua adaptação se processa em meio a dificuldades, críticas e resistências;

paralelamente a esses avanços, aconteciam a expansão do ensino superior e a participação do setor privado, que, por muitos anos, foram majoritários na oferta de vagas no país.

Ainda assim, persiste a seletividade, em decorrência da dualidade do ensino, em que a elite bem preparada ocupa as vagas das melhores universidades, restando faculdades privadas às camadas trabalhadoras. Isto porque, mal preparados, os alunos egressos dessas classes não tinham acesso às melhores faculdades, geralmente nas universidades públicas. Aí ocorre uma inversão, já que na educação básica, a classe trabalhadora estuda na escola pública e a classe hegemônica frequenta a rede privada. Esta se constitui, entre outras, uma herança maléfica da época em que os militares estiveram no poder, no Brasil.

Após a Reforma do Ensino Superior de 1968, entre outras modificações, para se ajustarem às necessidades de educação e profissionalização, é promulgada uma nova LDBEN, nº 5.692/71, que

[...] não significou uma ruptura completa com a Lei 4.024/61. [...] Todavia, as diferenças entre as duas leis não podem ser minimizadas. A Lei 4.024/61 refletia princípios liberais vivos na democracia dos anos de 1950, enquanto a Lei 5.692/71 refletia, em boa medida, os princípios da Ditadura Militar, verificados pela incorporação de determinações no sentido de uma racionalização perversa do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no Segundo Grau de forma absoluta e universal. (GHIRALDELLI JR., 2011, p. 124).

Nota-se que esta Lei priorizou a educação básica. Por outro lado, o Ensino Superior, que saíra de uma Reforma, não foi contemplado com avanços significativos.

Na década de 90, as políticas públicas são orientadas por meio da reforma do Estado e engendram alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão, particularmente, as políticas educacionais.

Nos dizeres de Aranha (2007), a partir dessa época, prevaleceu, na política educacional, a orientação de caráter neoliberal que exerceu muitas influências no setor. Surgiu um novo conceito de “público” que estaria desvinculado do estatal e gratuito, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil, a comunidade e a família.

Essas mudanças implicaram uma maior concentração de riquezas, incremento da corrupção, privatização da esfera pública e, conseqüentemente, o alargamento das injustiças sociais e a diversificação e intensificação dos processos de exclusão social, conclui Dourado (2002). O Estado do bem-estar social afasta-se de suas funções de intervenção e controle.

O Ensino Superior sofreu, então, o impacto do sucateamento das universidades públicas. Isso se deu por várias razões, mas, principalmente, pelo fato de o Governo Federal cortar verbas, não abrir concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos, continuar apoiando a expansão do ensino superior privado, destinar verbas públicas para as faculdades isoladas, multiplicar as fundações privadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e, também, pela falta de uma política efetiva de assistência estudantil (FIGUEIREDO, 2005).

Diante da fragilidade das políticas públicas em educação superior, as bibliotecas públicas universitárias foram fortemente atingidas com essas ações do Governo sobre a universidade, pois continuaram sem investimentos para ampliação e atualização do acervo, infraestrutura e recursos humanos e, conseqüentemente, tal sucateamento repercutiu negativamente na qualidade do ensino superior (Informação verbal<sup>3</sup>).

Torna-se significativo discutir-se esse espaço de difusão de informações e conhecimentos. Se não se prioriza a biblioteca, pode-se pensar em informação e conhecimento? Sobretudo, é evidente que os conhecimentos incorporados à práxis dos profissionais em formação passam, obrigatoriamente, pela pesquisa nas bibliotecas.

E, tão importantes quanto as bibliotecas universitárias são as editoras universitárias que estão vinculadas ao contexto da produção e, principalmente, na disseminação do conhecimento produzido no âmbito das universidades e, cujo papel principal é atender às necessidades da comunidade acadêmica.

Importante comentar o pensamento de Meadows (1999, p. 127) que, examinando o papel da editora e da biblioteca, conclui que a atribuição da editora “é receber as obras dos autores, organizá-las de forma que seja aceitável pelos leitores, e em seguida divulgar os resultados”. E, em relação à biblioteca, sua atribuição consiste em “bibliotecários e pessoal de informação que codificam e armazenam o material oriundo das editoras de modo a torná-los acessíveis aos leitores”.

Além disso, as editoras universitárias devem colaborar com a socialização do saber sendo:

[...] um espaço de promoção do conhecimento, de elaboração e implementação de uma política editorial que contribua para o fortalecimento e para a melhoria dos vários campos do saber que compõem a universidade. Ou seja, que ela seja menos uma

---

<sup>3</sup> SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9., 1996, Curitiba. **Palestras.**

empresa e mais um órgão universitário de caráter decididamente acadêmico. (FRANCHETTI, 2008).

Isso fortalece a compreensão do papel principal de uma editora universitária, que deverá estar centrado no atendimento às necessidades da comunidade acadêmica e, principalmente, na difusão do conhecimento.

Bufrem (2001) reforça esta questão quando considera que, como a editora universitária tem o privilégio de integrar uma instituição eminentemente crítica, cabe a ela viabilizar o acesso da sociedade ao produto intelectual originado nela ou não, desde que este produto contribua para a melhoria desta mesma sociedade.

Retomando a questão das reformas universitárias, em 1996, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, nº 9.394/96, cuja tramitação foi a “[...] expressão dos embates travados no âmbito do Estado e nos desdobramentos por ele assumidos no reordenamento das relações sociais e das mudanças tecnológicas sob a égide da globalização da economia”. (DOURADO, 2002, p.241). A referida Lei promoveu muitos avanços e impôs retrocessos em relação à educação.

A Lei nº 9.394/96 estabeleceu, especialmente, mudanças importantes na organização e funcionamento do ensino superior brasileiro, que segundo Trigueiro (2003), introduziu novas sistemáticas de avaliação e várias outras políticas voltadas para a melhoria da qualidade dos cursos e das instituições que os ofereciam.

No artigo “Crise e reforma do sistema universitário” (1996), Luiz Antônio Cunha considera que os desdobramentos das diretrizes para a educação nacional e sua adequação às medidas do Ministério da Educação (MEC) levaram à caracterização da LDB como uma “lei minimalista”, pelo fato de ela ter silenciado sobre temas muito importantes como o Conselho Nacional de Educação, preterido para legislação de menor hierarquia política.

Entre outras alterações, essa LDB

[...] reserva à educação superior um conjunto de princípios que indicam alterações para esse tipo de ensino, balizado, de um lado, paradoxalmente, pelos processos ditos de descentralização e flexibilização presentes nessa legislação e, de outro lado, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos estandardizados. (DOURADO, 2002, p. 242).

Isso significa que a LDB flexibilizou ou reduziu exigências nas normas e critérios para criação e credenciamento de Instituições de Ensino Superior e introduziu uma sistemática de

avaliação interna e externa para fins de credenciamento e de aprimoramento da qualidade da educação superior.

Em resumo, não tem muito sentido falar em reformar ou reestruturar algo, pois toda

[...] noção de reforma implica a aceção de reestruturar determinada realidade, no caso preciso do ensino superior e das universidades no Brasil, o correto é dizermos que ainda estamos em processo de estruturação [...] seja em razão de seu curto tempo de existência, seja em virtude das muitas medidas a que fora submetido o processo de amadurecimento interno e de consolidação de padrões institucionais: o que vem ocorrendo com as instituições de ensino superior no País. (TRIGUEIRO, 2003, p. 5).

A afirmação de Trigueiro (2003) nos permite constatar que as reformas e as mudanças pelas quais a educação superior no Brasil tem passado, ainda não foram suficientes para a consolidação de padrões institucionais desejados.

A LDB, entendida como lei complementar que regulamenta as diretrizes e bases para a educação nacional, foi promulgada sob a égide da Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo um conjunto de dispositivos no capítulo da educação, destacando-se a ampliação da gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros, e foi precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que a nortearam.

Uma das propostas que sempre estiveram presentes nas reformas do ensino superior foram os currículos mínimos<sup>4</sup> que permitiriam à universidade adaptar-se à sua realidade e ao mercado de trabalho.

Segundo Dias Sobrinho (2005, p. 164), “[...] uma universidade não está fora, separada, mas está dentro da tessitura complexa e contraditória da sociedade, em relações de mútuas interatuações”. Nesse contexto, deve-se pensar a universidade como um organismo dinâmico, integrado, e que atua como agente transformador da realidade social.

Contudo, Chauí (1999; 2001 citada por PIMENTA; ANASTASIOU, 2005, p. 168) faz uma análise e conclui que fica explícita a função da universidade enquanto instituição social: enquanto instituição social, ela se caracteriza como ação e prática social, pautando-se pela ideia de um conhecimento guiado por suas próprias necessidades e por sua própria lógica,

---

<sup>4</sup> Exigência para uma suposta igualdade entre os profissionais de diferentes instituições, quando obtivessem os seus respectivos diplomas, com direito de exercer a profissão (BRASIL, 2003).

tanto no que se refere à descoberta e invenção quanto à transmissão desse conhecimento. Desde sua origem a universidade buscou efetivar os princípios de formação, criação, reflexão e crítica, tendo sua legitimidade derivada da autonomia do saber entre a religião e o Estado.

Nessa perspectiva, Pimenta e Anastasiou (2005) concluem que a universidade vem perdendo essa característica secular de instituição social e tornando-se numa entidade administrativa, regida por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, não lhe competindo discutir ou questionar sua existência e sua função social. São resquícios de uma época em que prevalecia o autoritarismo de um governo ditatorial, como será discutido, a seguir.

### 2.3 A DITADURA MILITAR: AS VOZES SILENCIADAS

De modo geral, o período ditatorial

[...] foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. (GHIRALDELLI JR., 2011, p. 112).

Todo esse contexto fomentou, especialmente, na classe universitária uma grande insatisfação, levando os estudantes às ruas para protestarem contra as políticas públicas em educação vigentes no país. De forma contundente, protestavam contra os Acordos MEC-USAID<sup>5</sup>, que comprometiam a autonomia educacional brasileira.

O período ditatorial exerceu fortes influências na produção de livros, no acesso à informação, bem como no funcionamento das editoras e das bibliotecas, apesar de Carneiro (1997) considerar que a história da censura aos livros, às editoras e gráficas, assim como a repressão aos intelectuais é secular e universal.

Esta verdade é confirmada pelos estudos de Martins (2001, p. 309) sobre a Imprensa Régia, quando ele cita Azevedo (1865):

---

<sup>5</sup> Acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development, nos quais o Brasil receberia assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma (ARANHA, 2007).

Quem desejava imprimir qualquer manuscrito apresentava-o antes com um requerimento à junta diretora, e só depois do despacho é que podia imprimi-lo; se o manuscrito dizia respeito à religião, à legislação ou à política, era a junta autorizada a mandá-lo rever por pessoas de profissão competente, dirigindo-lhes para esse efeito ofício em nome de Sua Alteza Real, e exigindo seu juízo e aprovação por escrito, à vista da qual se mandava imprimir com as correções necessárias, procedendo licença da Secretaria de estado.

Sobre a censura no período da ditadura militar, Almeida (2001 citado por Leitão; Limberto, 2007) cita um artigo de Felinto Muller<sup>6</sup>, intitulado *O perigo da infiltração vermelha nas obras educacionais da infância*, no qual sugere que fossem censurados os livros escolares, classificando-os como “armas brancas” dos bolchevistas<sup>7</sup>. O país já possuía o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) como órgão regulador, mas, Vargas implantou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), destinado ao desenvolvimento de ações de censura junto ao rádio, música, cinema, educação, imprensa, enfim, às artes, em geral, e a outras formas de manifestação cultural.

Carneiro (1997) ressalta que o DEOPS, durante todo o seu período de atuação (1924-1983), foi responsável – juntamente com o DIP e o Ministério da Educação e Saúde – por atos de saneamento ideológico que revelam como se processava a lenta mutilação do saber. Isso comprova como o poder tem o interesse em comandar e estabelecer regras para controlar o saber, ressaltando-se aqui as editoras e gráficas que sempre estiveram sob a mira policial por participarem de uma complicada rede de comunicação. A autora salienta ainda que “muitas editoras, valiam-se da fachada de certos gêneros literários, tais como tradução de romances russos, por exemplo, para acobertar a divulgação de obras marxistas, direcionadas aos interesses da esquerda revolucionária brasileira”. (CARNEIRO, 2002, p. 56).

Em toda a sua existência, o DEOPS deixou marcas profundas em relação ao acesso aos livros e às bibliotecas, como no caso da perseguição às obras infantis de Monteiro Lobato<sup>8</sup>, considerado, hoje, um dos ícones da literatura brasileira. Carneiro (2002) relata a perseguição ao livro “Peter Pan”, que, segundo consta nos documentos do DOPS, foi considerado subversivo por alimentar nos espíritos infantis, um sentimento errôneo quanto ao governo do país. Foi considerado subversivo, sobretudo, por comparar os estilos de vida das crianças da Inglaterra aos das crianças do Brasil, incutindo nestas últimas um sentimento de

---

<sup>6</sup> Político atuante no governo de Getúlio Vargas.

<sup>7</sup> Bolchevista: comunista. (FERREIRA, 2004, p. 311).

<sup>8</sup> Monteiro Lobato foi proprietário de várias editoras ao longo de sua vida e foi o primeiro a vender livros didáticos para o Governo.

inferioridade. O presidente do Tribunal de Segurança Nacional pediu providências para que fossem destruídos todos os exemplares desta obra.

Outro fato marcante diz respeito à perseguição às obras de Jorge Amado. Por ordem direta do ditador Getúlio Vargas, “[...] foram queimados os seguintes títulos: 808 exemplares de *Capitães da Areia*, 223 exemplares de *Mar Morto*, 89 exemplares de *Cacau*, 93 exemplares de *Suor*, 267 exemplares de *Jubiabá*, 214 exemplares de *Paiz do Carnaval*, [...]”. (CARNEIRO, 2002, p. 30).

Além de censurar a publicação de livros pelas editoras, o governo Vargas obrigava as bibliotecas a exercerem um controle limitador do acesso à informação e da liberdade de escolha sobre o acervo disponível. Dias (2008) assegura que a censura no Brasil, não se restringiu apenas às bibliotecas, mas também, aos meios de comunicação como jornais, livros e noticiários.

Após a queda da ditadura, a censura ficou mais retraída e, ainda, segundo Dias (2008), ela praticamente sumiu no governo de Juscelino Kubitschek, considerada a fase mais liberal daquela época. Alguns anos mais tarde, já na década de 1980, com a chegada do Presidente José Sarney ao poder a censura foi extinta, por meio da Constituição de 1988.

Diante desse cenário e ainda que o país, ao longo do tempo, não estabeleça uma política pública educacional consistente, especialmente na educação superior, formam-se lideranças estudantis que se tornam referências intelectuais do país, em diferentes contextos universitários, assunto abordado na seção a seguir.

## 2.4 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL

Conforme pesquisa bibliográfica realizada na seção 2.1, constatou-se que os primeiros cursos superiores criados no Brasil foram os cursos médico-cirúrgico, a partir de 1808, na Bahia e no Rio de Janeiro. Apenas depois da independência (1822), é que foram criados os cursos jurídicos, em São Paulo e Recife, em 1827 (ARANHA, 2007).

Em relação à criação das universidades, Trigueiro (2003) esclarece que, até a década de 1930, o Brasil contava com apenas duas universidades: uma em Minas Gerais e outra no Rio de Janeiro e que, até 1945, havia apenas cinco instituições universitárias. É importante situar um outro marco significativo na história da educação brasileira, nessa época: a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934.

Os primeiros professores desta universidade – entre eles o francês Claude Lévi-Strauss - foram contratados na Europa, e alguns dos mais geniais cientistas brasileiros trabalharam na instituição como, por exemplo, Euryclides de Jesus Zerbini, professor da Faculdade de Medicina, falecido em 1993. Vale ressaltar que, em 1968, este médico tornou-se o primeiro cirurgião da América Latina a fazer um transplante de coração (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP, [2016]).

Com o desenvolvimento das pesquisas científicas, Maurício Oscar Rocha e Silva - professor da Faculdade de Medicina da USP – *campus* de Ribeirão Preto – descobriu uma substância chamada bradicinina, que se constitui, hoje, a base de remédios contra a hipertensão arterial. Ainda, o professor do Instituto de Química Otto Gottlieb, indicado para receber o Prêmio Nobel em 2000, representa um dos maiores nomes da química brasileira.

Cientistas como esses, entre muitos outros, foram os responsáveis pelos grandes avanços científicos que a USP deu, principalmente, à sociedade brasileira. Esta universidade concentra um vasto e reconhecido grupo de intelectuais em seus melhores núcleos de ensino e pesquisa e se tornou uma instituição de ponta não só brasileira como também latino-americana (FERNANDES, 1984).

E neste cenário de grandes pesquisas e descobertas pela USP, vale ressaltar que a USP foi uma das primeiras IES a criar a sua própria Editora Universitária, o que ocorreu em 1962, 28 anos após a criação da USP, conforme estudos de Martins Filho e Rolemberg (2001).

Uma outra universidade de grande importância também fundada na década de 60 foi a Universidade de Brasília. As discussões sobre educação popular, lideradas por Paulo Freire, ampliaram-se por meio de diversos movimentos importantes no início da década de 60 e Darcy Ribeiro, inspirado nas ideias de Anísio Teixeira, iniciou a fundação da Universidade de Brasília-UnB, em 1961, concretizando o projeto de renovação universitária (ARANHA, 2007).

O projeto de criação da Universidade de Brasília (UnB) se concretizou em 1962, segundo Ferreira (1980), revolucionou o meio universitário do País, provocando um questionamento em relação à organização e ao funcionamento do ensino superior, pois a UnB trouxe inovações consideráveis, não só quanto à estrutura, mas também quanto ao próprio sistema acadêmico. A UnB, considerada símbolo de vanguarda do ensino superior brasileiro, criou a sua Editora no mesmo ano de sua fundação, mas só passou a publicar a partir de 1963, conforme será abordado no capítulo 3.

Isso significa que a estrutura da UnB era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes. Foi organizada na forma de fundação e os departamentos substituíram as cátedras e deu-se início à criação dos cursos regulares de pós-graduação (OLIVE, 2002).

Nessa perspectiva já esboçada, considera-se que o ensino superior, no Brasil, até meados do século XX, foi desenvolvido, em grande parte, por institutos isolados sem que houvesse interesse na formação de universidades. Tal período foi bastante rico em experiências educacionais marcadas pelos movimentos sociais em defesa dos direitos do cidadão, da mulher, da criança, do trabalhador, das etnias, das minorias, dos animais e da natureza, bem como dos movimentos estudantis (ARANHA, 2007).

Verifica-se neste período a não priorização das políticas educacionais quanto à expansão da rede pública de ensino superior, conseqüentemente, a rede privada entra em expansão, assumindo uma demanda reprimida de universitários. Daí a questão sobre o processo de privatização do ensino no país caracterizou-se ou caracteriza-se como um grande negócio. Figueiredo (2005) afirma que “[...] nos anos 80 e 90 foram abertas tantas universidades particulares, como nunca se viu antes na história do país, e, também, praticada a isenção fiscal para empresários da educação”. Essa proliferação das faculdades particulares banalizou o ensino acadêmico, bem como colocou em dúvida a qualidade do ensino.

Entre outros mecanismos, além desse estímulo à política do ensino pago, principalmente do ensino superior, ocorreu a privatização do ensino de pós-graduação ou o estímulo a convênios com diversas empresas, no intuito de captar recursos para projetos de pesquisa e extensão. Ainda, houve a contenção de gastos públicos, que refletiu no congelamento dos salários dos professores e na extinção de vantagens adquiridas.

A questão da privatização do ensino é abordada, também, por Ricci (2008), ao revelar que “[...] nos anos 90, cerca de 80% das vagas se concentraram em faculdades isoladas, dado o "boom" de abertura de universidades privadas no interior do país. [...]. Mas o crescimento foi desordenado e provocou a queda da qualidade.”

A análise dessa afirmativa permite considerar que a ampliação da oferta privada de ensino superior proporcionou uma relativa democratização do acesso, que se associou ao declínio da qualidade (mais vaga, maior acesso, pior qualidade). Estas IES possuíam o dobro de alunos por sala que as públicas, menos doutores e um ínfimo número de docentes com dedicação exclusiva (RICCI, 2008). Outro fator importante a ser considerado é que nestas

instituições particulares as atividades de pesquisa não eram priorizadas e dedicavam-se exclusivamente ao ensino, ficando para o setor público o desenvolvimento da pós-graduação.

Aranha (2007) ressalta que, com a criação indiscriminada de cursos superiores, preponderavam os que exigiam poucos recursos materiais e humanos e permitiam a superlotação das classes. Tornara-se prioridade ampliar os números de alunos do ensino superior, uma vez que havia metas, nesse sentido, exigidas pelos órgãos internacionais que financiavam as políticas públicas brasileiras em educação.

Para refletir sobre a mercantilização do ensino superior, recorre-se a Dias Sobrinho (2005, p. 168), que faz a seguinte consideração:

O estreito vínculo do conhecimento com a economia gera uma pesada tendência de comercialização e privatização da educação superior, que se manifesta na cultura empresarial, no aparecimento de novos provedores privados, no desdobramento espacial das instituições, na redução do estudante ao estatuto de cliente e consumidor, na diminuição dos financiamentos do Estado, na transnacionalização, na lógica da competição, na hegemonia do quantitativo, da rentabilidade e do lucro, nas práticas gerencialistas, no uso privado dos espaços públicos.

A educação, nesse contexto, torna-se um negócio e as escolas, empresas. Essa mudança conceitual na função da escola resulta transformações abruptas ao setor, uma vez que à escola cabe a função de captar mão de obra para o mercado e se adaptar ao modelo da estrutura organizacional das empresas, burocratizadas e hierarquizadas. Assim, os valores de eficiência e produtividade se sobrepõem aos valores pedagógicos. A Educação assume um caráter político e ideológico devido a seu papel na sociedade como instrumento de transmissão da cultura e da formação de cidadãos políticos que conhecessem realmente seus direitos e deveres.

Porém, mudanças significativas em relação à expansão da rede pública do ensino superior voltaram à pauta política nas décadas de 2003-2014, quando o Ministério da Educação, reconhecendo o papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BRASIL, 2007).

Segundo Brasil (2009, p. 5)

a adesão da totalidade das universidades existentes no ano de criação do Reuni atesta o forte interesse despertado pelo Programa que preconiza, em seu conceito fundador, a ideia da expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, abrindo espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública.

O REUNI possibilitou inúmeros avanços no ensino superior público, especialmente, em relação à ampliação do número de vagas nas universidades, melhorias na reestruturação e ampliação das instalações físicas das IFES, ampliando sua presença nas regiões do país que antes não contavam com estruturas universitárias e incrementando as políticas sociais para os alunos. Além disso, possibilitou a oferta de concursos públicos, tanto para docentes, quanto para técnicos administrativos, fator determinante para a oferta de um ensino de qualidade e para a manutenção das atividades de uma instituição de ensino.

E este cenário contribuiu para avanços no desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, na produção científica dos professores e pesquisadores, fortalecendo o papel das editoras universitárias, como será discutido a seguir.

## 2.5 A RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA COM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

O avanço da pesquisa acadêmica e o crescimento da produção científica nas universidades é um tema importante para este estudo, uma vez que os programas de pós-graduação pressupõem a produção de um número significativo de publicações científicas, sejam dissertações e teses, ou livros e periódicos científicos e, conseqüentemente, pressupõem a atuação das editoras universitárias. Desta forma, torna-se importante analisar como ocorreu o desenvolvimento da pesquisa e a conseqüente produção científica no Brasil.

Reportando ao período do Estado Novo no Brasil (1937-1945), entende-se que o Estado de São Paulo, por meio dos militares e políticos contrários ao arbítrio de Getúlio Vargas, buscava liderar o país através do conhecimento científico, após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932. Tinham como lema – *Scientia vinces*, termo em latim que significa “Pela ciência vencerás” (USP, [2016]).

Nesse contexto, em que políticos e militares assumem a disseminação do conhecimento científico, havia a necessidade de se limitar o acesso à informação, como tem acontecido em todos os tempos, o que é possível e pode-se pontuar, desde a Antiguidade até os dias de hoje.

Ao se associarem o ensino e a pesquisa e se introduzir a extensão, estabeleceu-se um novo parâmetro na função da universidade: apoiar e sustentar a pesquisa estudantil. Era urgente assumir-se tal papel. Mas, nesse cenário, alguns questionamentos são provocativos, como: havia recursos e espaços suficientes para a socialização de resultados dessas pesquisas? As políticas públicas investiam no setor? Como assegurar o acesso à pesquisa? Como articular práticas pedagógicas ao ensino e à pesquisa?

Para se efetivar uma reflexão sobre estas questões, torna-se indispensável reportar-se a alguns fatos importantes que ocorreram no âmbito educacional brasileiro. Para tanto, investigou-se a situação do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil, um dos fundamentos que, com o ensino e a extensão formam o tripé da educação superior.

Em maio de 1948, um grupo de cientistas e de amigos da ciência decidiu fundar, no Brasil, uma Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC) nos moldes das que já existem em países, como a França, a Inglaterra, entre outros. A SBPC foi fundada com a missão de defender a ciência e os cientistas brasileiros e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, tomando posição em questões de política científica e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendessem aos reais interesses do país (SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2016).

No início do segundo governo Vargas, em 11 de junho de 1951, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES), pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "[...] assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES, 2015a).

Ainda segundo a CAPES (2015a), a industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais.

Outro órgão importante para o desenvolvimento da pesquisa científica brasileira criado também em 1951, foi o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Agência de fomento que oferece a maior diversidade de modalidades de apoio à ciência e à tecnologia no país, atuando tanto no fomento quanto na formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa (NEVES, 2002).

Nos estudos de Bufrem (2001), constata-se que o CNPq promoveu o apoio à publicação dos resultados das pesquisas, inicialmente de modo irregular e esporádico, mas com a criação da coordenação editorial e do comitê editorial, em 1962, passou a ser planejado e sistemático, atuando também no sistema de coedições.

Concomitantemente à criação dos citados órgãos, acredita-se que o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil ocorreu como resultado de vários fatores, dentre eles a

Criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento humano. Os Encontros Anuais dessas associações, apoiados financeiramente por agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciaram a integração da comunidade científica de áreas afins, oriundas de diferentes regiões e universidades do país. (OLIVE, 2002, p. 41).

Por outro lado, durante o regime ditatorial, no Brasil, um grande número de professores foi afastado das universidades, por meio de um processo que foi denominado “limpeza ideológica”.

Conforme analisado por Bufrem (2001) e Olive (2002), a repressão atingiu as universidades federais que passaram a ser espionadas e se tornaram laboratórios do exercício repressor. Um meio encontrado para isso, foi a criação das Assessorias de Informação nas Instituições Federais de Ensino Superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter “subversivo”, tanto de professores quanto de alunos, repercutindo fatalmente na ação editorial destas universidades.

Sendo assim, a editoração universitária sofreu com esta política, conforme constatado por Hallewell (2012, p. 692) quando afirma que “no que diz respeito às publicações das universidades, a decisão do regime pós-64 de nomear reitores politicamente, para curta gestão, introduziu um elemento semelhante de incerteza na política editorial das editoras universitárias”.

Bufrem (2001, p. 36) ainda conclui que “os reitores nomeados pelas autoridades do regime, ao definirem o que deveria ser publicado, exerciam a função de fomentadores ou censores”.

A Universidade de São Paulo e a Universidade de Brasília foram as duas instituições mais perseguidas pela repressão, recaindo fatalmente em suas editoras, no caso da Editora UnB, que em 1963 havia publicado 10 títulos, não publicou nada em 1964, quando o campus foi tomado por 400 homens da polícia de Minas (BUFREM, 2001).

Contudo, o desenvolvimento econômico do país, após este período conturbado, motivou a formação de recursos humanos de alto nível para atender às demandas decorrentes do processo de modernização da sociedade, favorendo às universidades públicas a criação dos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado. Além disso, Olive (2002, p. 40) destaca outros fatores que possibilitaram o desenvolvimento e a expansão da pós-graduação no Brasil:

- a) a valorização de recursos humanos de alto nível;
- b) liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *strictu sensu*;
- c) atuação das agências de fomento, tais como CAPES e CNPq;
- d) a escolha das universidades públicas, como o locus principal das atividades de pesquisa;
- e) a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado;
- f) o processo de avaliação dos cursos pela CAPES;
- g) criação das associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento.

Os dados sobre a evolução da pós-graduação brasileira relatados nos Planos Nacionais de Pós-Graduação da CAPES indicam um crescimento expressivo ao longo dos anos e a evolução dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil, a partir de 1976, ano de início das avaliações pela Capes, pode ser comprovada no Quadro 1:

Quadro 1 – Evolução dos programas de mestrado e doutorado, Brasil, 1976 a 2009. Uberaba, Minas Gerais, 2016.

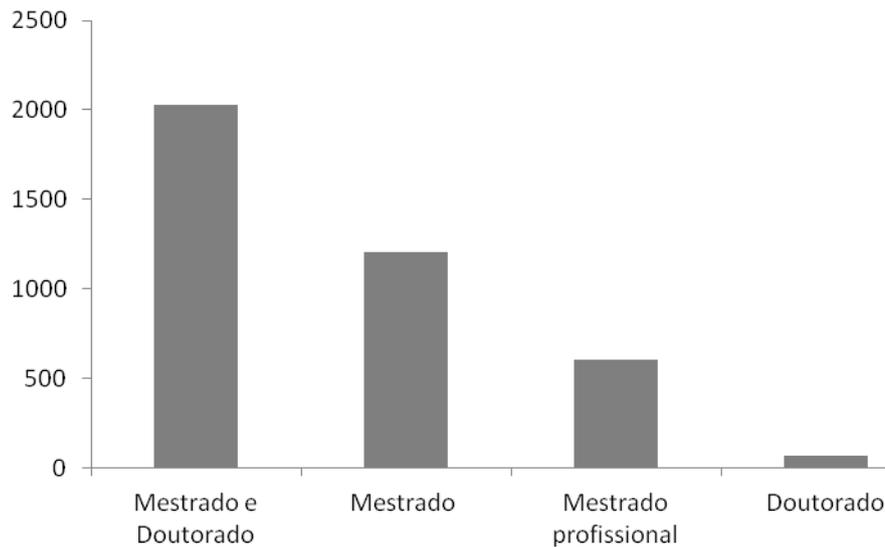
<b>Nível</b>	<b>1976</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2004</b>	<b>2009</b>
Mestrado	518	787	975	1086	1793	2436
Mestrado Profissional	0	0	0	0	119	243
Doutorado	181	325	510	541	1058	1422
<b>Total</b>	<b>699</b>	<b>1112</b>	<b>1485</b>	<b>1627</b>	<b>2970</b>	<b>4101</b>

Fonte: Adaptado de CAPES, [1985]; 2004; 2010a

Nota: Não foram encontrados dados atuais

Em uma busca mais recente, utilizando o GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas, dados de 2015 sobre a distribuição dos cursos de pós-graduação são comprovados na FIG. 1.

Figura 1 – Distribuição dos programas de pós-graduação por nível de mestrado e doutorado, Brasil, 2015. Uberaba, Minas Gerais, 2016.



Fonte: CAPES, 2015b.

A Figura 1 revela números significativos de cursos de mestrado e doutorado, que se intensificaram com a criação de novas universidades federais e cursos de pós-graduação *stricto sensu*, proporcionando melhoria na qualidade do corpo docente, na produção intelectual e na relevância das teses e dissertações dos pesquisadores. Formar mestres e doutores ganha importância estratégica, pois o desenvolvimento educacional reflete diretamente no crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população.

Analisando as questões relacionadas ao desenvolvimento e a expansão da pós-graduação no Brasil, destacam-se o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o crescimento exponencial das publicações científicas.

O SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem no seu art. 3º a definição das dimensões do ensino superior que serão avaliadas, entre elas as políticas institucionais para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica (BRASIL, 2004. Grifo nosso).

De certa forma o SINAES impulsionou a produção acadêmica das IES, ao utilizar os dados sobre publicações acadêmicas, como critério para avaliação dos pesquisadores e seus programas, estimulando a atividade intelectual, a pesquisa científica e, conseqüentemente, a produção e disseminação de conhecimento científico.

Porém, Waters (2006, p. 26) sinaliza sua preocupação ao destacar que “o aumento meteórico das publicações acadêmicas [...] é inimigo da vida da mente, porque o ensino e a escrita sérios tiveram de ser postos em posição secundária, quando as publicações por si mesmas, foram glorificadas”. Sua preocupação se fundamenta no sentido de que a avaliação dos docentes em relação ao número de trabalhos publicados não seja mais importante do que a utilidade destas publicações para a ciência. E, concordando com este pensamento Zaid (2004, p. 13) afirma que “muitos autores não escrevem para seus leitores, mas para recheiar seus currículos”.

A produção científica e a conseqüente preocupação com a divulgação dos resultados das pesquisas oriundas dos programas de pós-graduação favoreceram a criação das Editoras Universitárias, que no Brasil, surgiram na década de 60 em meio a muitas mudanças políticas e sociais. Porém, só após o regime militar, já na década de 80, no início da abertura política, o setor voltou a crescer com o surgimento de novas Editoras Universitárias.

Assim compreende Rocha (2014, p. 28) afirmando que

Foi nesse contexto de uma nascente liberdade política, social e de expressão que muitas universidades brasileiras começaram a despertar para a necessidade de implantarem suas próprias editoras universitárias a fim de divulgar em livros e periódicos, sua produção científica e intelectual.

As Editoras Universitárias vieram contribuir com a disseminação do conhecimento e a perpetuação do saber, transformando os textos científicos em produtos editoriais, tais como os livros, periódicos científicos, dentre outros e, mais importante, possibilitando que o livro chegue às mãos do público leitor, não apenas do estudante e do professor, mas da sociedade em geral.

### **3 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL**

Neste capítulo contextualiza-se o desenvolvimento da editoração universitária no Brasil, que se iniciou na década de 60, destacando-se os principais fatos que contribuíram para a sua expansão no país.

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL**

As pesquisas sobre as editoras universitárias têm sido abordadas por alguns autores, conforme levantamento bibliográfico, realizado para este estudo. Numa perspectiva histórica a respeito desse tema, destacam-se os estudos de Bufrem (2001), nos quais ressalta o surgimento das primeiras editoras universitárias na década de 60, e o fato de algumas editoras nasceram com as universidades e outras evoluírem a partir das gráficas e ou imprensas universitárias.

Essa situação é ilustrada pela Editora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que teve sua gráfica criada em 1955, sendo transformada em editora em 1968 pelo Decreto nº 62.493, quando passou a ser considerada um órgão suplementar da UFPE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2009). Porém, alguns autores, tais como Dourado (2012) e Hallewell (2012) creditam o título de primeira editora universitária criada no país, à editora da UFPE.

Bufrem (2001) destaca que as editoras da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade de São Paulo (USP) criadas, respectivamente em 1961 e 1962, marcam o início da experiência brasileira com a editoração universitária. Houve um período de estagnação em relação à criação de editoras universitárias de 1963 a 1970, coincidindo parcialmente com o período ditatorial vigente no país, que influenciou fortemente o cenário educacional brasileiro, período em que apenas as gráficas ou imprensas universitárias desenvolviam atividades peculiares, ou seja, a produção de material administrativo.

A autora salienta que o setor voltou a crescer a partir da década de 70, com a criação da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ganhando intensidade a partir de 1982. Hallewell (2012, p. 698) corrobora com este pensamento ao afirmar que:

[...] a conversão da tradicional gráfica universitária em editora universitária, com seu próprio programa de edições, seu próprio conselho ou comissão editorial e seu próprio sistema e serviço de divulgação e distribuição, aconteceu lentamente no curso dos anos 1980.

E, no entender de Guedes e Pereira (2000), o setor foi impulsionado tanto pelo interesse dos diretores das gráficas universitárias quanto pelo Ministério da Educação (MEC) ao instituir o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das Instituições Federais de Ensino Superior (PROED).

Analisando o surgimento das editoras universitárias, Bufrem (2001) ressalta que alguns fatos foram determinantes para a concretização do atual cenário da editoração universitária brasileira. Além da criação do Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das Instituições Federais de Ensino Superior (PROED), desenvolvido entre 1981 e 1988, foi criado ainda, o Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL) em 1982.

Simultaneamente, aconteceram os eventos de natureza científica, tais como os Encontros de Gráficas Universitárias (ENGRAF), Seminários de Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB), Seminários Nacionais das Editoras Universitárias (SNEU) e a criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) em 1987. Analisaremos a seguir, cada um destes fatos e suas contribuições para o mercado editorial universitário brasileiro.

### **3.1.1 Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais (PROED)**

Segundo Bufrem (2001) o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das Instituições Federais de Ensino Superior (PROED) originou-se da discussão com professores universitários sobre os diferentes problemas que afetavam o desempenho acadêmico das IES. E teve como objetivo:

Buscar soluções para a situação precária dos professores em relação à editoração de seus trabalhos, tendo como objetivo fundamental estimular a publicação da produção científica e intelectual das IES, tanto para fomentar o debate crítico dentro das universidades como para dar o imprescindível apoio ao avanço do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. (BRASIL, 1981, p. 5 citado por BUFREM, 2001, p. 102)

O PROED era vinculado ao Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Superior e se estendeu até o ano de 1988, distribuindo recursos financeiros para a produção de livros universitários. Guedes e Pereira (2000) salientam que esse programa atendia apenas às editoras do sistema federal e era responsável pela publicação de uma farta literatura, em geral de pesquisa, voltada a problemas regionais. Porém, Bufrem (2001), citando Antônio José Barbosa (Coordenador do PROED) quando de sua participação no 3º Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), realizado em Campinas, em 1986, salienta que com a inserção do PROED no Programa Nova Universidade, criado pelo MEC em 1985, além de ampliar sua área de abrangência, ele foi aberto a todas as instituições do ensino superior brasileiro e não apenas às instituições federais.

Para participar do PROED as editoras universitárias teriam que ter conselho editorial constituído, experiência anterior com a seleção e editoração de livros e apresentar um plano de publicações que seria analisado por um comitê. Caso fosse aprovado, a editora receberia o apoio financeiro para as publicações.

Bufrem (2001, p. 103), analisando a atuação do PROED, identificou importantes desdobramentos no cenário da editoração universitária, tais como:

A criação de novas editoras universitárias, aumento do número de publicações acadêmicas, a criação de conselhos ou comissões editoriais, uma gerência específica para o programa e o intercâmbio de recursos gráficos entre as instituições.

Mas, além disso, o PROED teve méritos em relação à política editorial das IES:

Favoreceu a criação e o fortalecimento dos conselhos ou comissões editoriais pela representatividade e melhor desempenho; elevou o nível de qualidade editorial; auxiliou o despertar da consciência universitária para a necessidade de um projeto editorial definido em nível de instituição; e estimulou a produção intelectual universitária pela possibilidade de sua publicação, o que, concorrendo para a quantidade, se refletirá necessariamente na qualidade do produto. (Ibid., p. 110)

Esse programa assim como aconteceu com tantas outras iniciativas do governo na área educacional e cultural sofreu com os cortes no orçamento e foi extinto em 1988.

### **3.1.2 Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL)**

O Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL) foi idealizado durante um encontro de Reitores das IFES do nordeste, promovido pela Universidade Federal

do Ceará. Neste encontro as editoras universitárias no nordeste, juntamente com a participação da editora da Universidade Federal Fluminense, decidiram promover a distribuição entre si de suas produções editoriais, dando início ao embrião de uma distribuição interuniversitária (SAMPAIO, 1991).

Analisando os estudos de Sampaio (1991) e Bufrem (2001), constata-se que após o encontro dos Reitores no nordeste, seguiram-se outros Encontros visando fortalecer esse movimento de distribuição de livros, o qual ganhou força durante o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), realizado em Brasília, em 1975. O 8º CBBD possibilitou um evento paralelo em que os editores universitários puderam discutir sobre o PIDL, dando origem ao 1º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB), quando vinte e duas instituições integraram este movimento e começaram a trocar regularmente seus livros e a promover o intercâmbio.

Tem-se registrado nas pesquisas de Bufrem (2001) que o ano de criação do PIDL foi 1982, sendo coordenado pelo Professor Ailton José Sampaio, idealizador do Programa e diretor da Editora da Universidade Federal da Bahia.

O PIDL tem como objetivo divulgar e comercializar os livros produzidos pelas EUs através da consignação de livros, ou seja, as editoras espalhadas por todo o Brasil trocam livros entre si para serem comercializados por todo o território nacional. Periodicamente é feito o acompanhamento, avaliação e prestação de contas, mediadas pela ABEU (ABEU, 2008). De acordo com Moreschi (2006, p. 16), “através de uma série de regras, as editoras que utilizam o programa se beneficiam em colocar suas obras em outras regiões onde antes jamais sonhariam chegar”.

Sampaio (1991)<sup>9</sup> relata que após um Encontro ocorrido em Goiás, no ano de 1987 (4º SNEU), foi criada a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e o PIDL passou a ser uma coordenadoria dessa associação, mas que de 1987 até 1989 não houve muitos avanços em relação ao PIDL.

Os integrantes do PIDL são as editoras universitárias associadas à ABEU que estejam em dia com a anuidade. Segundo ABEU (2008), compete à Coordenadoria do PIDL:

- 1) Acompanhar e avaliar o movimento de distribuição dos livros das editoras vinculadas ao Programa, divulgando os resultados;

---

<sup>9</sup> Palestra realizada no 6º Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Curitiba, em 1989.

- 2) Proceder a estudos visando a aperfeiçoar os critérios de funcionamento do Programa em âmbito nacional e internacional;
- 3) Criar e manter atualizado um banco de dados sobre o Programa, com informações cadastrais e comerciais dos associados;
- 4) Mediar o relacionamento entre as editoras integrantes do Programa, dirimindo dúvidas e questões conflituosas que possam surgir, atuando como um ouvidor;
- 5) Criar e disponibilizar um modelo de Contrato de Venda e Consignação para o PIDL;
- 6) Realizar, anualmente, a ABEU TÉCNICO com os responsáveis pela área comercial das editoras associadas, paralelamente à Reunião Anual da ABEU.

Sampaio (1991) salienta a importância do PIDL ao afirmar que os textos dos pesquisadores, depois de editados, continuarão inéditos nas prateleiras, comidos pelos cupins e ou jogados fora porque não prestam mais, caso não haja a distribuição dos mesmos. Ele entende que “o livro universitário, para sobreviver, precisa ir atrás de seu público. Se ficar confinado nos depósitos das editoras será como “morrer afogado na praia””. (IBID., p. 41).

Concordando com este pensamento, Lindoso (2004, p. 9-10) afirma que:

Somos – editores e livreiros – personagens essenciais para que as ideias dos autores deixem de ser simples manuscritos (ou datiloscritos, ou arquivos digitais) e se transformem nos livros que caem na vida. [...] O problema não é editar. O complicado é fazer que cada livro alcance o número ideal de seus leitores.

Desta forma, é fundamental que a ABEU por meio do PIDL intensifique o intercâmbio de distribuição de livros, para alcançar parcelas cada vez maiores de leitores, potenciais pesquisadores, dando maior visibilidade à produção acadêmica na sociedade da informação.

Marques Neto (2003, p. 5) ressalta que é preciso fazer com que

o livro chegue às mãos do público leitor, como parte integrante da vida, não apenas do estudante e do professor, mas também do profissional de nível universitário que, mais do que nunca, precisa de formação contínua e abrangente para manter-se atualizado no mundo do trabalho.

Neste sentido, Guedes e Pereira (2000, p. 79) destacam que o PIDL foi “responsável pela instalação de uma grande parte das livrarias universitárias das IES federais (condição para participação no Programa)”.

Apesar de o PIDL ser considerado importante tanto por seus idealizadores quanto por seus associados, Sampaio (1991) relata as dificuldades enfrentadas pelo PIDL, enfatizando o

desinteresse das editoras associadas. Martins Dagostim<sup>10</sup>, do CEFET-PR, faz uma intervenção sugerindo que diante de tantas dificuldades, que o PIDL seja repensado e adequado aos novos tempos, uma vez que o momento é diferente e a distribuição exige comportamentos mais compatíveis com o mercado editorial.

Embora não se tenha pesquisas recentes sobre a atual situação do PIDL, Marques Neto (2000, p. 168) recomenda que:

[...] não obstante as formas alternativas de distribuição dos nossos títulos, a editora da universidade deve também reforçar sua presença nos círculos de divulgação e distribuição do livro brasileiro, ampliar a possibilidade do saber universitário, atingir camadas mais amplas da população letrada e, ao mesmo tempo, lutar pela formação de novos leitores.

Tão importantes quanto o PIDL, as livrarias universitárias exercem importante papel no processo de distribuição, divulgação e comercialização dos livros acadêmicos. Elas possibilitam que os livros saiam dos muros da universidade para alcançar o seu público e contribuem para a valorização da produção editorial universitária.

### **3.1.3 Eventos de natureza científica na área da editoração universitária**

Os eventos científicos se caracterizam por promover encontros de profissionais com o mesmo interesse, geralmente promovidos por entidades associativas, objetivando estudar, debater e chegar a conclusões sobre um tema em geral. Marchiori et al. (2006, p. 8) citam as principais funções desses eventos:

[...] criar oportunidades para a troca de experiências entre os pesquisadores; atualização sobre os progressos recentes de uma área; sistematizar os avanços mais recentes em uma área; divulgar novos conhecimentos; e, traçar diretrizes e metas para os futuros empreendimentos numa determinada área do saber.

Estes eventos são importantes para o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento e, no âmbito das editoras universitárias, contribuíram para a organização e avanços significativos do setor.

---

<sup>10</sup> Participou da palestra realizada no 6º Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Curitiba, em 1989 (SAMPAIO, 1991).

Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma síntese dos principais eventos científicos na área de editoração universitária brasileira, ocorridos nos últimos 40 anos, baseada nos estudos de Bufrem (2001), Mesquita (1984) e Sampaio (1991). Os diferentes temas abordados promoveram discussões e avanços fundamentais para a concretização do atual cenário brasileiro.

- a) I Encontro de Diretores de Gráficas Universitárias (I ENGRAF) ocorrido na Universidade Federal de Santa Maria, RS, em 1976. Foi o embrião dos movimentos que motivaram a organização do setor e a promoção de outros encontros e debates entre editoras universitárias;
- b) Movimento das Editoras do Nordeste, ocorrido em meio a uma reunião de Reitores promovida pela Universidade Federal do Ceará, que convocou as universidades do nordeste a distribuir livros entre si. Foi neste encontro, com a participação da Editora da Universidade Federal Fluminense, que se deram os primeiros passos para uma distribuição interuniversitária;
- c) 1º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB) realizado durante o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), ocorrido em Brasília, de 22 a 25 de julho de 1975. Este evento representou o movimento de conscientização de bibliotecários, documentalistas e editores em relação aos problemas das publicações oficiais, principalmente no que se refere à organização e controle, divulgação, distribuição e comercialização, direitos autorais;
- d) I Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Niterói, RJ, em 1984. Neste evento várias recomendações foram propostas, com destaque para as seguintes: expansão do intercâmbio entre as editoras universitárias para além da parte comercial, mas, também, em relação às consultorias técnicas; extensão do PROED a todas as editoras universitárias; que as editoras utilizem todos os meios de divulgação possíveis para divulgar seus produtos editoriais; que todas as editoras se esforcem para promoverem o PIDL junto aos órgãos superiores das IES; que se lute pela implantação/implementação de postos de vendas no interior de cada universidade, que as editoras universitárias dessem prioridade à produção de obras de integrantes da comunidade universitárias;

- e) II Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Salvador, BA, 1985. Dentre as discussões, destacam-se a legalidade da comercialização do produto editorial como forma de sobrevivência da editora universitária; o enfoque político e os rituais burocráticos que interfeririam na comercialização; avaliação do desempenho do PIDL; identificação de alternativas que viabilizassem o aprimoramento do programa; reflexão sobre a importância do livro-texto, da editora universitária e do livro universitário. Algumas recomendações se destacaram: a necessidade do aval do conselho editorial para a publicação de obras; autonomia para as editoras no que diz respeito ao conteúdo (educacional) e forma (empresarial) de suas publicações, por meio da criação de fundações que lhe assegurassem esta autonomia; estabelecimento de uma política editorial própria e colaboração com o processo educacional através da publicação, coedição e reedição de obras culturais e científicas consideradas relevantes pelo conselho editorial.
- f) III Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Campinas, em 1986. Dentre os assuntos abordados destacam-se as discussões sobre a função cultural das editoras universitárias; sobre a atividade editorial como extensão do ensino e da pesquisa; sobre o papel do conselho editorial que distingue o que pode ser assumido por e recomendado para uma editora universitária. Enumeraram-se os obstáculos enfrentados pelo PIDL; os poucos recursos tanto humanos quanto financeiros e físicos da universidade e sua estrutura administrativa emperrada. Discutiu-se sobre as revistas universitárias, suas características e formas de financiamento; sobre o apoio do Ministério da Educação às editoras universitárias no estímulo à produção, publicação e divulgação do trabalho intelectual dos docentes. Paralelamente às reuniões plenárias e mesas-redondas, foi oferecido um curso de iniciação à editoração universitária com ênfase nas fases da atividade editorial, processo de programação visual, os modos de produção viável para as editoras universitárias; explicações técnicas sobre os processos de produção gráfica; as fases da distribuição, os modos de realização do cadastramento e alvos prioritários para o processo de distribuição; apresentação e registro de publicações de acordo com as normas técnicas de documentação para o aperfeiçoamento das publicações. Abordou-se o papel da Biblioteca Universitária junto às Editoras no sentido de se respeitarem

normas e padrões nacionais e internacionais, bem como de se proceder ao registro desses produtos, assegurando os direitos autorais e editoriais.

- g) IV Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Goiânia, em 1987. Criação da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e vinculação do PIDL como uma coordenadoria da ABEU. Foi promovida a I Feira Nacional de Editoras Universitárias, com lançamentos, exposição e venda da produção editorial
- h) V Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Recife, em 1988. Neste evento aconteceu, ainda, a II Feira Nacional de Editoras Universitárias. Representante do MEC expôs os planos para divulgar as publicações das EUs, e afirmou ser necessária mais dedicação do Ministério ao PROED. Foram discutidos o sistema de coedições do INL e a experiência da USP; o problema da circulação do produto editorial, reconhecendo-se as dificuldades de colocá-los nas livrarias. Abordou-se ainda a circulação e a divulgação dos livros das EUs e a criação de minilivrarias nas sedes das secretarias municipais de cultura; destacou-se a importância do jornalista para essa divulgação. Ocorreram, ainda, discussões sobre a modernização da editoração universitária por meio de computador, suas vantagens, características e implicações referentes a pessoal e equipamentos.
- i) VI Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), ocorrido em Curitiba, em 1989. Destacaram-se as discussões sobre direitos autorais; sobre o PIDL; sistemas alternativos de vendas; sistema de distribuição de livros no Brasil; Lei Sarney e outras formas de financiamento, normalização e depósito legal.

Segundo Bufrem (2001), lamentavelmente muitos relatos de outros eventos se perderam ou não foram publicados. Apesar de as editoras universitárias se beneficiarem das experiências mútuas, não se preocuparam em fazer um registro de suas próprias contribuições.

De acordo com Nery (2016) os SNEUs foram substituídos pelas Reuniões Anuais da ABEU, mas não se tem informações de quando se deu esta substituição. Os resultados das discussões, palestras e debates destas reuniões estão registrados na Revista Verbo<sup>11</sup>, veículo de informação e divulgação criado pela ABEU em 2006.

---

<sup>11</sup> Disponível *on-line* no site <http://www.abeu.org.br/farol/abeu/Servicos/publicacoes/revista-verbo/revista-verbo.- marco-de-2006/18>.

### 3.1.4 A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) foi criada em 1987, durante o 4º Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU), em Brasília. Tem a missão de

Atuar no desenvolvimento da cultura editorial universitária, de modo corporativo e ético, fornecendo soluções, produtos e serviços adequados às necessidades dos associados, das instituições parceiras e leitores, e contribuindo para as políticas do livro e da leitura no País. (ABEU, [2015-2016]).

Esta associação congrega mais de cem editoras e tem como objetivo:

Promover o desenvolvimento das editoras associadas e contribuir para os processos de produção, comercialização e divulgação; Realizar atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos no campo da editoração destinadas prioritariamente a seus associados; Fomentar o intercâmbio entre os associados e entidades congêneres do país e do exterior; Colaborar com os associados para ampliar sua participação em feiras, exposições e bienais do livro no país e no exterior; Facilitar serviços de informação comercial, jurídica e bibliográfica aos associados; Promover ou participar de campanhas que incentivem o hábito da leitura e o gosto pelo livro. (ABEU, 2005)

A ABEU tem ocupado espaços no cenário nacional, como a participação nas Bienais do Livro de São Paulo e Rio de Janeiro, a promoção das reuniões anuais, e a publicação da Revista Verbo.

Os associados da ABEU são distribuídos em cinco categorias, a saber:

Fundadores - membros que participaram das reuniões preparatórias e assinaram a Ata de Fundação da ABEU;  
 Efetivos - editoras universitárias, editoras vinculadas a instituições de ensino, pesquisa ou a órgãos públicos;  
 Colaboradores - pessoas físicas ou jurídicas interessadas em apoiar as atividades da Associação;  
 Correspondentes - pessoas físicas ou jurídicas ligadas à editoração universitária e com sede ou residência no exterior;  
 Honorários - pessoas físicas ou jurídicas que tenham contribuído de maneira notável para o desenvolvimento das atividades da Associação. (ABEU, 2005).

Esta associação favorece a integração das editoras interessadas no desenvolvimento e expansão da editoração universitária, que são comprometidas com a cultura e a socialização do conhecimento, por meio da produção e difusão do livro universitário. Ao longo de sua existência, a ABEU se fez presente, além das Bienais Internacionais do Livro (São Paulo e

Rio de Janeiro), nos eventos internacionais, tais como a Feira do Livro Universitário de Guadalajara, México e na Feira Mundial do Livro, em Frankfurt, levando o produto editorial universitário brasileiro ao conhecimento de um público, extrapolando os limites das universidades e do país.

Diante do exposto acima, constata-se que os programas, os movimentos e os eventos na área da editoração universitária, ocorridos ao longo dos anos, possibilitaram debates, discussões e trocas de experiências entre os atores da cadeia produtiva do livro universitário: universidade, pesquisadores, autores, bibliotecários, editores, livreiros, dentre outros. Certamente contribuíram para a criação de novas editoras a partir de 1980 e foram fundamentais para a concretização do cenário atual.

### 3.2 O CENÁRIO ATUAL DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Os estudos sobre a importância da editora universitária revelam que elas estão vinculadas ao contexto da produção e, principalmente, na disseminação do conhecimento produzido no âmbito da universidade.

Meadows (1999, p. 128) reforça este pensamento quando afirma que “as editoras universitárias foram criadas com a finalidade de oferecer às universidades canais para a comunicação de pesquisas científicas que, de outra forma, seriam difíceis de publicar”.

A socialização do saber é uma premissa das universidades e, cabe às editoras universitárias, inovar e possibilitar o acesso ao conhecimento de forma cada vez mais ampla, dando visibilidade à produção científica da instituição, conforme salientam Rosa et al. (2013).

Hoje, as editoras universitárias se inserem nesse novo momento da disseminação e divulgação científica, fazendo uso das tecnologias disponíveis não apenas para ampliar a sua inserção, mas como uma ação participativa para a democratização do acesso ao conhecimento.

O crescimento e o desenvolvimento das editoras universitárias brasileiras foram constatados pela pesquisa e estão parcialmente registrados no site da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). A Tabela 1 classifica as EUs associadas à ABEU, quanto à sua personalidade jurídica.

Tabela 1 – Caracterização das editoras universitárias registradas na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, quanto à personalidade jurídica, Brasil, 1987 a 2015. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Situação das EUs</b>	<b>n</b>	<b>(%)</b>
Federais	39	33,05
Estaduais	23	19,49
<b>Outras*</b>	<b>56</b>	<b>47,46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: \* Nesta categoria estão incluídas as editoras não universitárias, de instituições de ensino privadas e ou municipais, de Institutos Federais e de empresas

Outra questão analisada por meio de uma consulta ao site do e-Mec (BRASIL, 2015), realizada em 21 de dezembro de 2015, foi a constatação da existência de 103 (cento e três) Instituições de Ensino Superior, categoria Universidade Pública Federal e Estadual, cujo relatório se encontra no Apêndice D (p. 140 desta dissertação). Objetivando saber se estas IES contam com a sua editora universitária, foram realizadas consultas aos sites das IES, complementadas por contatos eletrônicos e telefônicos. O resultado dessas consultas está apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das Instituições de Ensino Superior Públicas Federais e Estaduais, conforme a existência de editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Situação da IES</b>	<b>n</b>	<b>(%)</b>
Tem editora	77	74,75
Não tem editora	21	20,39
Não informado *	05	4,85
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: \* Informação não encontrada no site da IES e falta de retorno aos contatos feitos na ocasião, ou seja, jan./fev. 2016.

A Tabela 2 demonstra que das 103 universidades, a maioria delas (74,75%) possuem editoras universitárias, demonstrando um ótimo índice em relação aos 20,39% que não possuem editora e aos 4,85% das IES que não disponibilizaram esta informação.

A expansão do ensino superior no Brasil, determinada pelo surgimento de novas universidades particulares e pelo aumento expressivo do número de alunos em nível de pós-

graduação, são algumas das explicações apontadas por Hallewell (2012), para o crescimento exponencial do mercado editorial universitário brasileiro.

Na opinião de Martins Filho (2008), este mercado editorial vem se fortalecendo e se tornando um instrumento fundamental para a efetivação dos valores acadêmicos, salientando que:

O enorme crescimento da universidade nas últimas décadas trouxe consigo um aumento igualmente considerável de sua produção editorial, tanto no que se refere à diversidade temática como no que tange ao número de títulos e livros produzidos. A universidade não é uma empresa editorial. Trata-se de uma instituição que deve ter como uma de suas funções fundamentais a atividade editorial, uma vez que o livro permanece e permanecerá como o suporte privilegiado – mesmo que não único – da transmissão da ciência, da literatura, de todas as áreas do conhecimento e da expressão humana. (MARTINS FILHO, 2008, p. 2).

O crescimento e a evolução do mercado editorial, alicerçada pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), promove a competitividade e, conseqüentemente, as mudanças se fazem necessárias, uma vez que, inevitavelmente, a transição da cultura impressa para a cultura digital possibilita a ampliação da divulgação, distribuição, promoção e acesso ao conhecimento, uma realidade que vem sendo seguidamente constatada nas pesquisas.

### **3.2.1 As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a inovação editorial universitária**

Há que se considerar que devido ao avanço das tecnologias de informação e comunicação, as editoras universitárias estão evoluindo significativamente, adotando as novas TICs e mesclando o formato digital em suas produções, para se tornarem mais competitivas no mercado editorial.

Segundo estudos de Dourado (2012), em maio de 2011, 15% das editoras publicaram livros digitais, já em 2012, esse número aumentou para 21%, representando 6% de acréscimo, sendo esta a tendência esperada para o futuro das editoras universitárias brasileiras.

Os leitores, por sua vez, vêm se adaptando a estas mudanças, adotando novos hábitos, tendo a seu alcance variados aparatos tecnológicos tais como leitores digitais, notebooks, ultrabooks, tablets, smartphones. Estes aparatos usam sistemas de armazenamento e leitura mais eficientes e versáteis do que o papel e acrescentam recursos de som, vídeo, texto e imagens tornando a leitura mais atrativa (MESQUITA, 2013).

Outra questão analisada por Dourado (2012) em relação ao acesso aberto são as inúmeras possibilidades dos autores na divulgação de seus trabalhos acadêmicos, proporcionando uma maior visibilidade e alcance junto aos usuários, pesquisadores, estudantes e ao público em geral.

Evidencia-se neste estudo que a globalização e a revolução tecnológica provocaram grandes impactos na disseminação da informação e na produção do conhecimento, fazendo com que as editoras se posicionem neste mercado e avancem nas suas áreas de atuação, proporcionando ao público leitor, produtos editoriais e serviços de qualidade, se inserindo definitivamente na sociedade do conhecimento.

### 3.3 ALGUMAS INICIATIVAS BRASILEIRAS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA DISPONÍVEIS EM ACESSO ABERTO

Foram consideradas neste estudo as iniciativas de produção acadêmica de acesso aberto, vinculadas ao ensino superior, valorizando a atuação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) como pioneiro no desenvolvimento de inovações tecnológicas de acesso aberto no Brasil. Desta forma, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal de Domínio Público, os Repositórios Institucionais e a Rede SciELO Livros foram considerados, devido às suas importantes contribuições para a visibilidade e usabilidade das publicações técnico-científicas das universidades brasileiras.

#### 3.3.1 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

A BDTD<sup>12</sup> é um projeto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial ocorrido no final do ano de 2002.

O objetivo principal da BDTD é reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o país e por brasileiros no exterior.

Podem participar deste projeto, as instituições brasileiras de ensino e pesquisa que tenham programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado). Elas atuam

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://bdtb.ibict.br/vufind/>

como provedoras de dados e o IBICT opera como provedor de serviços, coletando os metadados das teses e dissertações dos provedores (instituições), fornecendo serviços de informação sobre esses metadados e os expondo para coleta a outros provedores de serviços.

Atualmente<sup>13</sup> a BDTD congrega 105 Instituições, disponibiliza 126.046 teses e 339.599 dissertações, totalizando 465.645 documentos com textos completos de acesso aberto. (IBICT, [201-]). A estatística completa do acesso aos conteúdos completos está disponível no site da BDTD (IBICT, [2016]) e, analisando-se essa estatística constatou-se que 13 IES (81,25%) que fazem parte deste estudo têm as suas dissertações e teses disponibilizadas na BDTD. A Tabela 3 demonstra a estatística de acesso ao conteúdo de seus acervos.

Tabela 3 – Distribuição do acesso aos conteúdos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações das Instituições de Ensino Superior cujas editoras estão incluídas nesta pesquisa, Brasil, julho de 2015 a setembro de 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

	Instituição	2015		2016	
		n	%	n	%
1	ALFA	13.917	3	20.950	2,96
2	BETA	-	-	26.955	3,81
3	CAPA	36.565	8	54.908	7,76
4	DELTA	126.379	26	97.454	13,77
5	DIGAMA	210.656	44	283.917	40,11
6	ETA	6.098	1	30.898	4,36
7	GAMA	23.099	5	30.764	4,35
8	ÔMEGA	17.026	4	37.268	5,26
9	ÔMICRON	17.628	4	25.892	3,66
10	SAMPI	-	-	24.189	3,42
11	SIGMA	3.597	1	6.400	0,90
12	TAU	21.006	4	68.293	9,65
13	TETA	3.071	1	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>479.042</b>	<b>100</b>	<b>707.888</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptado de IBICT, [2016].

Nota: A estatística foi definida a partir de cada clique feito para exibir detalhes de um registro.

Sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero

<sup>13</sup> Informação extraída do site da BDTD, <http://bdttd.ibict.br/vufind/>, em setembro de 2016.

Analisando os dados da Tabela 3, constata-se um crescimento significativo do acesso aos conteúdos da BDTD de um ano para o outro, comprovando que esta iniciativa tem proporcionado o conhecimento e o reconhecimento da pesquisa científica brasileira.

### 3.3.2 Portal de Domínio Público

O Portal Domínio Público<sup>14</sup> foi lançado em novembro de 2004 (com um acervo inicial de 500 obras), e propõe o compartilhamento de conhecimentos, colocando à disposição de todos os usuários da rede mundial de computadores - Internet - uma biblioteca virtual que deverá se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral (Haddad [2004]).

Este portal tem como principal objetivo promover o amplo acesso a obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada e que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal (HADDAD, 2004).

Segundo Brasil (1998), a Lei 9.610/98 (lei de direito autoral) prevê uma forma específica para a contagem do prazo de 70 anos para que uma obra intelectual integre o domínio público: o prazo somente começa a fluir a partir de janeiro do ano subsequente ao falecimento do autor, ou do último dos co-autores.

O Portal pretende contribuir para o desenvolvimento da educação e da cultura, assim como, aprimorar a construção da consciência social, da cidadania e da democracia no Brasil (HADDAD, 2004).

O Portal de Domínio Público não disponibiliza dados estatísticos atualizados, mas até janeiro de 2014 obteve 30.201.597 acessos, 1.827.670.175 *hits*<sup>15</sup> e 186.740 obras cadastradas, tornando-se uma importante iniciativa para a democratização do acesso aberto ao conhecimento científico (PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO, 2014).

### 3.3.3 Repositórios institucionais

A tendência mundial das unidades de informação, principalmente as Bibliotecas Universitárias, consiste em disponibilizar seus acervos de forma eletrônica e ou digital na

---

<sup>14</sup> Disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br>

<sup>15</sup> Um *hit* é qualquer resposta do servidor a uma solicitação feita pelo navegador

internet objetivando a preservação, o acesso, o uso e a disponibilização da produção acadêmica (científica, filosófica, tecnológica, artística e cultural) das IES às quais estão vinculadas (BLATTMAN; WEBER, 2008).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) os Repositórios Digitais (RDs):

[...] são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. Os RDs podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais. (IBICT, 2012).

Os Repositórios Institucionais (RIs) ou Repositórios Digitais (RDs) contam com as novas TICs para gerenciar os diferentes e complexos recursos em formato digital por meio da coleta, preservação, indexação e distribuição dos itens digitais produzidos pelas IES, reduzindo espaços físicos e temporais para otimizar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Ware (2004) afirma que os (RIs) surgiram na segunda metade de 2002 a partir do lançamento do software DSpace, desenvolvido por meio de uma parceria entre o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Hewlett-Packard (HP).

No Brasil, desde 2004, o IBICT é o órgão responsável pela customização e distribuição da versão brasileira do DSpace, um software livre que, ao ser adotado pelas organizações, transfere a elas a responsabilidade e os custos com as atividades de arquivamento e publicação da sua produção institucional.

Segundo IBICT (2012), é crescente o número de repositórios institucionais e temáticos criados pelo mundo e, no Brasil, este crescimento foi acelerado pelo projeto IBICT-FINEP/PCAL/XBDB<sup>16</sup>, que possibilitou a implantação de, até o presente momento<sup>17</sup>, de 40 repositórios institucionais em diversas universidades e instituições de pesquisa.

---

<sup>16</sup> O projeto teve seu primeiro edital lançado em 2009 e contemplou 27 instituições, além das cinco do projeto piloto.

<sup>17</sup> Informação retirada no site do IBICT com data de 2012.

O projeto consiste na distribuição de kits tecnológicos, no treinamento dos recursos humanos da instituição e no suporte informacional e técnico para o bom desenvolvimento destes sistemas (IBICT, 2012).

Neste contexto, considerando os avanços tecnológicos assim como a disseminação e consequente conscientização do Movimento de Acesso Aberto<sup>18</sup>, as editoras universitárias acreditam na possibilidade de utilizar os processos editoriais digitais para impactar a produtividade, visibilidade, acessibilidade e usabilidade da produção acadêmica brasileira.

Rosa et al. (2013, p. 153) considera que os RIs podem, de certa forma, “agregar valor aos objetivos das editoras porque além de disseminar têm também como função a preservação do conteúdo neles depositados”.

Há que se considerar que tanto as EUs como os RIs

são parte de instituições sem fins lucrativos e como a maioria dos títulos são oriundos de pesquisas financiadas com recursos públicos, o interesse volta-se para a divulgação da produção científica da instituição, sua circulação e impacto, estando dessa forma em pleno acordo com os princípios do movimento do acesso aberto. (ROSA et al., 2013, p. 153).

Diversas instituições brasileiras tais como editoras, bibliotecas, arquivos e centros de informação têm se dedicado à criação de repositórios digitais de acesso aberto e o IBICT lança, periodicamente, editais para atenderem às instituições de pesquisa e universidades na construção de seus próprios repositórios institucionais ou temáticos.

De acordo com IBICT (2012) atualmente existem 108 Repositórios Institucionais de órgãos públicos, empresas, Instituições de Ensino públicas e privadas, e 68,75% das instituições que fazem parte desta pesquisa, disponibilizam acessos a seus RIs, comprovando a eficácia desta iniciativa em relação à visibilidade dos resultados das pesquisas e à preservação da memória científica das IES.

### **3.3.4 Rede SciELO Livros**

---

<sup>18</sup> Conceito consagrado no Budapest OA Initiative, em 2002, na Bethesda Statement on Open Access Publishing em 2003 e na Declaração de Berlim sobre Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades, em 2003. (FURNIVAL; HUBBARD, 2011)

Considerando a rápida evolução da tendência mundial dos novos meios digitais de comunicação da pesquisa científica, o Portal SciELO Livros<sup>19</sup>, uma das primeiras iniciativas envolvendo as editoras universitárias brasileiras, vem se firmando como um forte programa de inclusão de *e-books* na Internet.

É importante ressaltar que o termo *e-book* tem causado certa confusão no meio editorial tendo em vista que a palavra “livro” expressa tanto a mensagem (palavras e imagens) quanto o meio (brochura de papel), e um sem o outro não caracteriza um livro. (RAO, 2003, p. 86. Tradução nossa).

Sendo assim, a palavra e-book pode ser usada para descrever conteúdo, formato, software e hardware de leitura.

O Portal SciELO Livros foi lançado em 30 de março de 2012 durante um evento na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em São Paulo. Ele integra o programa *Scientific Electronic Library Online SciELO Brasil*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). O Portal visa à publicação *on-line* de coleções de livros de caráter científico editadas, prioritariamente, por instituições acadêmicas (LUCCISANO; COP; PARKER, 2014).

A ideia do projeto foi sugerida em 2007 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sendo que o projeto piloto começou em março de 2011, sob a liderança e financiamento de um grupo formado pelas editoras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com a parceria da Associação Brasileira de Editoras Universitárias. (Ibid., 2014, p. 154).

O SciELO Livros efetua a indexação, publicação e interoperação *on-line* de coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos, com objetivo de “maximizar a visibilidade, acessibilidade, uso e impacto das pesquisas, ensaios e estudos que publicam, principalmente na área de ciências humanas, cuja maior parte da produção intelectual é publicada na forma de livros”. (IBID., 2014, p. 155).

Luccisano; Cop e Parker (2014) salientam ainda que uma porcentagem significativa de citações que os periódicos SciELO fazem, principalmente na área de humanas, está em livros. E como um dos objetivos da coleção SciELO é interligar as citações entre periódicos, a ideia é fazer isso com livros.

---

<sup>19</sup> Disponível no site <http://books.scielo.org/>

As coleções de livros obedecem a critérios, indicadores e processo de avaliação que certifiquem o caráter científico das publicações. Cabe ao Comitê Consultivo do SciELO Livros:

- a) atualizar os critérios SciELO Livros para continuar a aperfeiçoar o processo de avaliação projetado para a admissão e permanência de editoras, coleções e livros na Rede SciELO;
- b) ajustar e aperfeiçoar continuamente o funcionamento do comitê consultivo para atingir seus objetivos de modo mais eficaz;
- c) analisar solicitações para inclusão ou retirada de editoras da Rede SciELO Livros;
- d) analisar solicitações para admissão e certificação de coleções de livros e fazer recomendações apropriadas;
- e) credenciar e descredenciar editoras e/ou coleções;
- f) analisar admissão e recomendação de séries. (LUCCISANO; COP; PARKER, 2014).

Para a admissão de novas editoras e, para assegurar o caráter científico e a qualidade das coleções e dos livros em particular, o Comitê Consultivo solicita os seguintes procedimentos:

- a) Carta encaminhada pela autoridade da editora solicitando ingresso na Rede SciELO Livros, expressando concordância com os princípios e o modelo de negócios, o compromisso com o caráter científico das suas coleções e dos seus livros, características da editora e de sua política editorial que justificam o seu pedido de admissão;
- b) Avaliação do Conselho Editorial da Editora a partir dos currículos disponibilizados na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>) para os membros brasileiros ou residentes no Brasil. Os membros estrangeiros sem currículo disponibilizado na Plataforma Lattes serão avaliados a partir do currículo enviado pela editora ou disponível na web;
- c) Avaliação da qualidade dos livros publicados, com base na avaliação por revisores qualificados de uma amostragem de 5 a 10 livros do catálogo publicado nos últimos 2 anos. (SCIELO Livros, 2014).

O Portal reuniu, inicialmente, 245 títulos distribuídos mais ou menos igualmente entre as editoras das três universidades (UNESP, UFBA e FIOCRUZ), com a expectativa de que a coleção pudesse contar com a adesão de outras editoras acadêmicas.

Em sua pesquisa de mestrado, Dourado (2012) concluiu que as editoras universitárias nacionais estão em fase inicial de inserção do livro digital como estratégia de inovação editorial e poucas editoras estão adotando esta estratégia para dinamizar a comunicação da informação científica.

Outras editoras aderiram ao projeto, e a evolução da Rede SciELO Livros tem sido significativa. Atualmente, participam do Portal as seguintes instituições: Editora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Editora da Universidade Estadual da Paraíba

(EDUEPB), Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL), Editora da Universidade Federal de São Carlos - SP (EdUFSCar), Editora da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (Fap-Unifesp), Editora da Universidade Estadual de Maringá (EDUEM), Editora Mackenzie.

A Tabela 4 demonstra a evolução do Portal com base nas informações recebidas de SciELO Books (2016).

Tabela 4 – Evolução temporal dos acessos ao conteúdo do Portal SciELO Livros, Brasil, 2012 a 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

Ano	Editoras		Títulos AB <sup>(1)</sup>		Capítulos AB <sup>(1)</sup>		Autores		Downloads	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
2012	6	66,67	245	57,51	3.413	59	400	16,23	1.804.446	4
2013	7	77,78	261	61,27	3.721	64	1.961	79,59	14.545.210	31
2014	8	88,89	321	75,35	4.550	79	2.102	85,31	25.859.739	56
2015	9	100,00	426	100,00	5.784	100	2.464	100,00	46.585.846	100

Fonte: Adaptado de SciELO Books, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> AB = Acesso aberto

Analisando a Tabela 4, observa-se um total de nove EUs no Portal SciELO Livros em 2015. A evolução foi de uma EU por ano, perfazendo um acréscimo total de 33,3% de EUs em quatro anos de existência. Em relação aos novos títulos inseridos no Portal houve um aumento de 181 títulos entre 2012 e 2015. O crescimento do número de capítulos de livros apresenta tendência correspondente às EUs e novos títulos de livros, refletindo um aumento de 41% no mesmo período. Houve um aumento expressivo no número de autores inseridos no Portal, uma vez que a Tabela 4 demonstra um total de 2464 novos autores, nos quatro anos de existência do Portal. Em relação ao número de downloads realizados neste período, o aumento foi de 96,13%.

O crescimento do número de downloads de *e-books* no SciELO Livros em 4 anos, demonstra que os usuários estão se habituando à leitura e pesquisa em meios digitais.

A literatura comprova que o Brasil vem experimentando um crescimento nos indicadores de produção científica não só em nível nacional, mas, principalmente, internacional. Contudo, Franchetti (2012) analisa que

a maior parte da produção científica brasileira avaliada internacionalmente não tem, como canal de difusão, o livro. Sua forma de publicação preferencial (ou exclusiva) é a revista especializada, normalmente escrita em inglês. Essa produção tem um ciclo de vida muito rápido: o artigo inovador de hoje é a base do artigo inovador de amanhã.

Autores e pesquisadores vêm alcançando excelentes níveis de citação e, conseqüentemente, aumentado seu índice-h<sup>20</sup>. Segundo Marques (2013) “o índice-h de um pesquisador é definido como o maior número “h” de artigos científicos desse pesquisador que têm pelo menos o mesmo número “h” de citações cada um”.

Apesar de os livros não representarem o real movimento do progresso do conhecimento devido ao seu caráter didático e de divulgação científica vêm incrementando a posição das editoras universitárias no ranking do mercado editorial e colaborando para que o Portal SciELO Livros alcance seu objetivo de “maximizar a visibilidade, acessibilidade, uso e impacto das pesquisas, ensaios e estudos que publicam”. (PORTAL SCIELO LIVROS [201-]).

Em contrapartida, na pesquisa do Instituto Pró-Livro (2016), que entrevistou 5.012 brasileiros, ficou constatado que 41,17%, ou seja, 2.063 pessoas já ouviram falar em livro digital. Destas pessoas que já ouviram falar em livro digital, 26%, ou seja, 539 pessoas já leram um livro digital.

Interessante analisar, ainda, os dispositivos utilizados pelas 539 pessoas que já leram um livro digital. A pesquisa constatou que a maioria (56%) leu no celular ou *smartphone*, 49% leu no computador, 18% leu no *tablet* ou *Ipad* e apenas 4% leu em leitores digitais, como Kindle, Kobo e Lev. Observa-se que os celulares ou *smartphones* despontam como principais dispositivos utilizados para a leitura digital, em detrimento dos dispositivos específicos para esse tipo de leitura, ou seja, os leitores digitais (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016).

O conteúdo do Portal SciELO Livros é disponibilizado de duas formas, sendo a primeira em acesso aberto, sem barreira aos livros, regida pela atribuição do *Creative Commons*<sup>21</sup>. A segunda modalidade é comercial, realizada inicialmente por meio de companhias e serviços de comercialização de livros *on-line* com as quais o Portal tem

---

<sup>20</sup> O índice-h foi proposto em 2005 pelo físico argentino Jorge Hirsch, professor da Universidade da Califórnia, San Diego, como uma ferramenta capaz de combinar quantidade e qualidade de produção acadêmica

<sup>21</sup> *Creative Commons* é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitos.

contrato de distribuição, tais como Kobo, Amazon e Google, cabendo às editoras definir que livros serão comercializados e o preço de venda (LUCCISANO; COP; PARKER, 2014).

Conforme já analisado por Dourado (2012) e Mesquita (2013) sobre a abundância dos aparatos tecnológicos de acesso aberto e disseminação da produção científica, o Portal SciELO Livros publica os *e-books* em diferentes formatos, possibilitando aos usuários, liberdade para ler no dispositivo de leitura de sua escolha.

Luccisano; Cop e Parker (2014, p. 161) consideram que esta variedade de dispositivos oferece “completa interoperabilidade com todos os dispositivos e softwares de leitura disponíveis”. Segundo os autores, os formatos de *e-books* publicados pelo Portal são:

HTML (HyperText Markup Language), para visualização em navegadores na Internet;  
PDF (Portable Document Format), para visualização e impressão do livro no mesmo formato da versão impressa  
ePUB (Electronic Publication), para visualização em dispositivos móveis, leitores de livros eletrônicos e por meio de softwares de leitores de livros eletrônicos e apps.

A participação no Portal SciELO Livros é voluntária e está aberta a todas as editoras universitárias ou não, desde que publiquem livros de caráter científico em todas as áreas do conhecimento.

Para participar as editoras devem

formalizar o pedido de ingresso acompanhado de formulário com dados sobre a editora e seu conselho editorial. O pedido é analisado pelo Comitê Consultivo, que decide sobre o ingresso. As editoras aprovadas completam o processo de admissão com a assinatura do termo de adesão à Rede SciELO. Da mesma forma que o ingresso é voluntário, as editoras podem interromper sua participação no SciELO Livros em qualquer momento. (SCIELO Livros, 2015, p. 13).

A iniciativa SciELO Livros tem tido uma importância fundamental no cenário editorial brasileiro, uma vez que vem fortalecendo e ampliando a visibilidade, tanto de autores e livros, quanto das editoras universitárias, possibilitando a disseminação e o acesso ao conhecimento científico de qualidade. A atuação das EUs no mercado editorial digital será discutida no capítulo 5 desta dissertação.

## 4 A PESQUISA: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada neste estudo, enfocando cada um dos seus aspectos, desde a escolha do tipo da pesquisa, das técnicas e instrumentos adotados.

A metodologia na pesquisa indica os métodos efetivamente usados em uma investigação. Método, segundo Gil (2008, p. 8): “é o caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Minayo (2010) entende que a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o uso do potencial criativo do investigador.

A metodologia utilizada nesta pesquisa está baseada em Barbosa; Souza (2008), Bardin (2010), Cervo; Bervian e Silva (2012), Gil (2006, 2008), Marconi e Lakatos (2002), Minayo (2010), Richardson (2011), Terence e Escrivão Filho (2006).

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa, de cunho exploratório que, segundo Gil (2006), é um tipo de pesquisa que tem como finalidade proporcionar a familiaridade do pesquisador com a área de estudo na qual está interessado, bem como a delimitação de tal área.

Para contextualização, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para dar suporte à revisão de literatura, utilizando princípios e fundamentos já elaborados sobre o assunto, inseridos, principalmente, em livros, em teses e em artigos de periódicos científicos. Gil (2006) acrescenta, ainda, que esse tipo de pesquisa tem a vantagem de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla que aquela que poderia pesquisar diretamente, pois não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

O caráter descritivo desta pesquisa que, de acordo com o pensamento de Cervo; Bervian e Silva (2012), observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los, caracteriza-se pelo reconhecimento da estrutura organizacional das Editoras a serem pesquisadas, registrando suas características organizacionais para análise posterior.

Foi feito um levantamento de dados junto às editoras universitárias para se conhecer a forma como estão organizadas estrategicamente para atender às demandas por publicação de recursos informacionais impressos, eletrônicos e digitais, assim como a política editorial adotada por elas.

#### **4.1.1 Abordagem.**

Em decorrência dos tipos de informações coletadas e pela análise dos dados, utilizou-se a metodologia de natureza quantitativa.

Richardson (2011) entende que o método quantitativo caracteriza-se pela adoção da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Reforçando estes pensamentos Terence e Escrivão Filho (2006, p. 3) complementam afirmando que “nos estudos organizacionais, a pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente”.

#### **4.1.2 Participantes e população**

Participaram deste estudo, dirigentes de editoras universitárias (EUs) públicas federais e estaduais brasileiras.

O critério de inclusão da população adotado foi o não probabilístico, sendo escolhido o método de amostragem por tipicidade ou intencional. Segundo Gil (2008, p. 94) este método “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” e [...] “requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado”.

Para obter uma população representativa da totalidade, acessou-se a lista de editoras universitárias cadastradas no site da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) (APÊNDICE B) e gerou-se uma planilha no Microsoft Excel, enumerando na primeira coluna, as 118 editoras encontradas. Na segunda coluna, colocou-se o nome de cada editora, na terceira coluna, a respectiva sigla e, na quarta coluna a sigla do Estado da Federação correspondente a cada editora. Colocou-se uma quinta coluna, onde foi inserida a natureza

jurídica de cada editora, ou seja, se pública federal, estadual, municipal, particular, ou comercial. Esta informação não consta no site da ABEU e foi obtida verificando-se o site de cada editora. Acrescentou-se ainda uma sexta coluna, com a data de criação das editoras universitárias públicas federais e estaduais (objeto de interesse da pesquisa), informação obtida diretamente no site de cada editora, e, por contatos eletrônicos.

Finalizada esta planilha, foi feito um filtro na coluna da natureza jurídica, selecionando-se apenas as editoras de natureza pública federal e estadual, sendo encontradas 62 editoras públicas federais e estaduais, ou seja, 52,54% do total de editoras cadastradas na ABEU. Este número não seria um número adequado de sujeitos para a coleta de dados, podendo ocorrer contribuições marginais e, até mesmo, saturação de dados. Utilizou-se a data de criação das Editoras, para selecionar um número mais adequado de participantes.

Foi feito outro filtro na coluna da data de criação, considerando-se apenas as editoras com data de criação até o ano de 1999, sendo selecionadas 45 editoras. Optou-se por esta data como critério de seleção, em consideração aos importantes acontecimentos relacionados às editoras universitárias até esta época, conforme mencionado no Cap. 3.

Foram excluídas do site da ABEU todas as editoras universitárias públicas federais e estaduais, com data de criação posterior a 1999, as editoras dos institutos federais, as editoras comerciais, as editoras das universidades particulares e as editoras de universidades públicas municipais. Estes critérios se justificam em consideração ao interesse da pesquisadora e, porque as editoras criadas após 1999 já encontraram um mercado relativamente instituído, inclusive, devido às contribuições das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Em relação às demais editoras excluídas, elas possuem características e objetivos diferentes das editoras públicas federais e estaduais e, portanto, não interessam a este estudo.

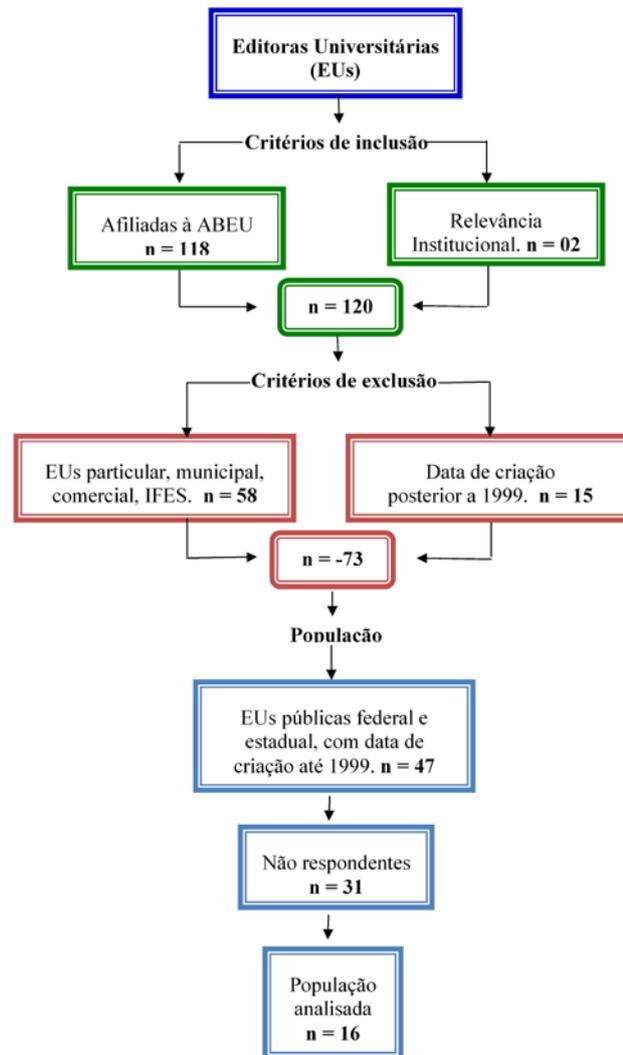
Foi constatado que duas editoras universitárias importantes no cenário editorial universitário brasileiro não estão afiliadas à ABEU, porém, foram consideradas por interessarem a este estudo<sup>22</sup>.

Neste contexto, a população participante desta pesquisa consiste em 47 editoras universitárias brasileiras públicas federais e estaduais, com data de criação até 1999, das quais 45 são associadas à ABEU (FIGURA 2), corroborando o pensamento de Gil (2008) em relação à amostragem representativa por tipicidade ou intencional.

---

<sup>22</sup> Referimos-nos à Editora da Universidade de São Paulo e à Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.

Figura 2 – Diagrama de recrutamento e seleção das editoras universitárias, Uberaba, Minas Gerais, 2016



Fonte: Elaborado pela Autora, 2016

#### 4.1.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi feita utilizando-se um questionário eletrônico (Google Docs), elaborado pela autora, de forma semiestruturada, tendo como orientação a literatura consultada no desenvolvimento desta pesquisa, sendo a principal fonte a pesquisa de Bufrem (2001). O questionário teve o intuito de verificar oito dimensões, e para cada dimensão, foram elaboradas questões abertas (AB), fechadas (FE) e do tipo aberta e fechada (AB-FE), que permitiram a análise de variáveis numéricas e categóricas, conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5 – Caracterização do questionário aplicado às editoras universitárias conforme as dimensões, tipos de perguntas e variáveis analisadas, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

Dimensões	Tipo de perguntas			Variáveis		Total de perguntas
	AB	FE	AB-FE	Numérica	Categórica	
Estrutura organizacional	4	12	4	3	17	20
Equipe administrativa	1	0	2	1	2	3
Política editorial	1	6	0	0	7	7
Processo produtivo	0	4	1	0	5	5
Linhas editoriais	0	2	2	0	4	4
Comercialização e divulgação	0	0	2	0	2	2
Serviços e eventos oferecidos	0	0	2	0	2	2
Tecnologia de informação e comunicação (TICs)	7	0	0	0	7	7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>46</b>	<b>50</b>

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016

Richardson (2011, p. 189) considera que “o questionário cumpre pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”.

O instrumento de coleta de dados foi enviado via *e-mail* aos dirigentes das editoras universitárias, no período de 18 de fevereiro a 18 de março de 2016. Os dirigentes foram contatados previamente, sensibilizados sobre a importância de sua participação e informados que a data prevista para devolução do questionário, seria 18/mar/2016. Foram feitos contatos periódicos para que o questionário fosse devolvido no prazo informado. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), que foi incluído no formulário eletrônico (APÊNDICE A).

Foram distribuídos 47 questionários para os dirigentes das editoras universitárias, dos quais 31 não retornaram, ou seja, 65,96%, obtendo-se, portanto, 16 questionários válidos, equivalente a 34,04% de retorno, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Frequência de retorno dos questionários aplicados de acordo com sua distribuição às editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

População	Enviados		Sem resposta		Respondidos	
	n	%	n	%	n	%
Editoras Universitárias	47	100	31	65,96	16	34,04

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016

Ao obter 34,04% de adesão da população selecionada, considera-se que foi obtido um índice estatisticamente relevante em relação aos dados da pesquisa.

#### **4.1.4 Análise e interpretação dos dados**

A análise e interpretação de dados, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. Segundo Gil (2006, p. 125) “a análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos” e a interpretação de dados “consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente”.

Os procedimentos para a análise dos dados objetivam:

[...] organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (Gil, 2008, p. 156).

Como o instrumento de coleta de dados abordou questões abertas e fechadas, foi utilizada tanto a análise descritiva quanto a análise de conteúdo das respostas dos participantes, relacionando-as com a literatura consultada.

Os dados gerados pelo formulário eletrônico (Google Docs) foram exportados e analisados utilizando-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 20, sendo os dados apresentados em forma de tabelas, corroborando as ideias de Marconi e Lakatos (2002), ao revelarem que eles devem ser expressos com medidas numéricas. Defendem ainda que técnicas quânticas de análise e tratamento dos dados apresentam melhor compreensão, mais objetivo e dinamizam o processo de relação entre variáveis.

Para as questões abertas e abertas e fechadas, de natureza qualitativa, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo das respostas dos participantes, fundamentada em Bardin (2010, p. 40) que a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”, permitindo inferir conhecimentos relativos às questões de produção e recepção destas mensagens.

As perguntas abertas permitem uma liberdade de os entrevistados apresentarem uma variedade de temas distintos. Estes temas foram listados, comparados e agrupados por categorias para verificar maiores ou menores tendências de compreensão a respeito dos assuntos/problemas/questões colocadas nas perguntas abertas.

Para fins de apresentação dos dados, os nomes dos dirigentes e das editoras universitárias, participantes da pesquisa, foram preservados, e, quando necessário serão denominadas pelas letras do alfabeto grego: ALFA, BETA, CAPA, DELTA, DIGAMA, ÉPSILON, ETA, GAMA, ÔMEGA, ÔMICRON, SAMPI, SIGMA, TAU, TETA, ÚPSILON, ZETA.

#### 4.2 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A Ética em pesquisa tem sido objeto de estudos e discussões nas pesquisas em ciências humanas e sociais, como uma questão fundamental em todo o processo investigativo, ou seja, desde a elaboração das temáticas a serem pesquisadas, na escolha dos participantes, na duração do trabalho de campo da pesquisa, na execução do estudo e, em relação aos cuidados quanto a riscos e danos aos participantes (BARBOSA; SOUZA, 2008).

De acordo com o enunciado acima, esta pesquisa está fundamentada em critérios éticos e morais, com base na Resolução n° 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013), tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM, com parecer favorável número 1.276.045, de 13 de out. 2015.

## 5 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Neste capítulo, apresentam-se a análise, interpretação e descrição dos dados coletados por meio do questionário eletrônico (Google/Docs), que foi respondido por 16 EUs, ou seja, 34,04% da população selecionada. A tabela 7 apresenta as características que identificam as EUs pesquisadas.

Tabela 7 – Caracterização das editoras universitárias conforme a localização, personalidade jurídica e afiliação na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Características das EUs</b>	<b>n<sup>1</sup></b>	<b>(%)</b>	<b>n<sup>2</sup></b>	<b>(%)</b>
<b><i>Região geográfica brasileira</i></b>				
Centro-Oeste	2	4,26	01	6,25
Nordeste	14	29,79	06	37,5
Norte	4	8,51	01	6,25
Sudeste	15	31,91	05	31,25
Sul	12	25,53	03	18,75
<b><i>Personalidade jurídica</i></b>				
Estadual	17	36,17	06	37,5
Federal	30	63,83	10	62,5
<b><i>Afiliadas à ABEU</i></b>				
Sim	45	95,74	15	93,75
Não	2	4,26	01	6,25
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

n<sup>(1)</sup> População selecionada

n<sup>(2)</sup> População analisada

A Tabela 7 demonstra que apesar da região sudeste contar com um maior número de EUs, houve maior interesse das EUs da região nordeste (37,5%) em participar da pesquisa. Vale ressaltar que elas representam, juntamente com as regiões sul e sudeste, o maior número de EUs no Brasil. Algumas editoras se manifestaram impedidas de participar, devido à fase de transição da nova diretoria empossada neste período e, outras, devido à indisponibilidade de tempo. O desinteresse ou impedimentos das EUs em participar da pesquisa merece atenção, tendo em vista que compreender e descrever uma dada realidade só é possível mediante coleta e análise de dados. Apenas uma editora não é afiliada à ABEU e, conforme descrito no cap. 4, foi incluída pela sua relevância institucional.

Com a finalidade de dar respostas aos questionamentos deste estudo, bem como dialogar com a literatura que serviu como referencial teórico dessa análise foram abordadas as seguintes dimensões relacionados às editoras universitárias: Estrutura organizacional; Equipe administrativa; Política editorial; Processo produtivo; Linha editorial; Comercialização e divulgação; Serviços e Eventos oferecidos; Tecnologias de informação e comunicação (TICs) utilizadas pelas EUs.

### 5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Na abordagem da estrutura organizacional foram consideradas as seguintes variáveis:

- a) situação das editoras na estrutura organizacional das (IES);
- b) vínculo hierárquico no contexto da IES;
- c) forma como as EUs surgiram;
- d) produção de recursos informacionais antes da criação da EU;
- e) relação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) entre IES e EUs;
- f) atuação dos Conselhos editorial e deliberativo das EUs;
- g) atuação do diretor/presidente da EU;
- h) afiliação das EUs na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU);
- i) documentos oficiais disponíveis para consulta *on-line*;
- j) origem dos recursos financeiros para publicação.

Em relação à situação das EUs no organograma das IES, a Tabela 8 demonstra que a maioria, ou seja, 62,5% das EUs estão organizadas como órgão suplementar da Universidade, uma característica peculiar às unidades autônomas de apoio técnico-operacional, como o são as EUs.

Tabela 8 – Caracterização das editoras universitárias conforme a estrutura organizacional, situação no organograma da IES, vínculo hierárquico e surgimento, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Situação na IES</i></b>		
Fundação	2	12,5
Departamento	1	6,25
Órgão Suplementar	10	62,5
Diretoria	1	6,25
Setor	2	12,5
<b><i>Vínculo hierárquico da EU</i></b>		
Reitoria	11	68,75
Pró-Reitoria	5	31,33
<b><i>Surgimento da Editora</i></b>		
EU surgiu com a IES	3	18,75
EU surgiu após a IES	13	81,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Como se constata em Brasil (1988), art. 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Entende-se que a organização e estruturação dos organismos que constituem uma Universidade são regidas de acordo com o regimento interno de cada IES, não existindo, portanto, um padrão a ser seguido.

Em relação ao vínculo das EUs com as IES a Tabela 8 comprova que, hierarquicamente, a maioria das EUs (68,5%) são subordinadas diretamente à Reitoria, e 31,33% atuam integradas a uma Pró-Reitoria.

Em consideração ao pensamento de Bufrem (2001) salienta-se que o vínculo estabelecido entre a editora e a instituição depende da filosofia da instituição e da definição de papéis atribuídos à editora universitária e considera-se favorável o fato de que a maioria das EUs pesquisadas serem vinculadas administrativamente às Reitorias. Infere-se que a IES julga a editora importante no contexto universitário e que é preciso estar bem próximo para apoiar o processo produtivo das EUs em todas as etapas. Bufrem (2001, p. 239) complementa, dizendo que estar integrada a uma Reitoria “reflete uma concepção peculiar, uma atribuição de valor

simbólico que exprime a importância da ação cultural e do alcance da editora para a instituição”.

Em relação às editoras vinculadas a uma pró-reitoria, Bufrem (2001) salienta que elas podem ser consideradas como instrumento de uma das funções dessas pró-reitorias e, às vezes, restringem-se a elas. Por exemplo:

[...] quando a editora está vinculada à pró-reitoria de ensino e as obras que produz atendem predominantemente às funções didáticas; ou quando a vinculação é com a pró-reitoria de pesquisa /e ou pós-graduação e visa prioritariamente à publicação de textos para atender aos respectivos cursos, edita teses e fomenta outros trabalhos de pesquisa; ou, ainda, no caso da vinculação com a pró-reitoria de extensão e/ ou assuntos comunitários, a preocupação maior é o atendimento à demanda e aos interesses da sociedade. (BUFREM, 2001, p. 238).

Constata-se, portanto, nesta pesquisa, que não há grande diversidade de situações relacionadas com o vínculo das editoras universitárias na estrutura das IES e, não se encontrou muitas pesquisas sobre o tema. Porém, sendo a editora um órgão vital para a universidade, a autonomia administrativa e política são importantes para a tomada de decisões e a Reitoria poderá ser uma grande parceira para possibilitar agilidade em todos os processos que envolvam a cadeia produtiva do livro universitário.

Conforme relatado no Capítulo 3 deste estudo, algumas editoras surgiram em decorrência das atividades exercidas pelas gráficas e ou imprensas universitárias, e outras surgiram com a própria universidade.

Perguntadas sobre a forma como a editora surgiu na IES, constatou-se que 18,75% delas surgiram com a criação da própria universidade, enquanto que a maioria, ou seja, 81,25% surgiram após a criação da Universidade, conforme apresentado na Tabela 8.

Desta forma, torna-se relevante demonstrar como foi a produção editorial das IES, antes da criação oficial das Editoras. A pesquisa comprovou que a produção editorial era exercida por outros órgãos, sendo que 43,75% responderam que as atividades editoriais eram exercidas pelas imprensas universitárias, enquanto que 6,25% pelas gráficas universitárias. Algumas EUs, ou seja, 12,5% terceirizavam suas atividades e outros 12,5% não responderam a esta questão, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Caracterização de aspectos da estrutura organizacional das editoras universitárias relacionados à produção de recursos informacionais antes da sua criação e o uso de CNPJ, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Órgão responsável pela produção dos recursos informacionais da universidade, antes da EU</i></b>		
Imprensa universitária	7	43,75
Gráfica universitária	1	6,25
Serviço terceirizado	2	12,5
Nenhuma alternativa	1	6,25
Outros *	3	18,75
s/resposta	2	12,5
<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>O CNPJ da editora é o mesmo da universidade?</b>		
Sim	9	56,25
Não	7	43,75
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: \* Foram citados outros órgãos, tais como: Conselho Editorial da IES, Gráfica da Imprensa Oficial do Estado, Centro Editorial e Didático da IES

Considerando que as IES públicas têm suas particularidades em relação à gestão de recursos e comercialização de seus produtos e serviços, procurou-se identificar a relação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) entre elas e suas EUs. Segundo Brasil (2015b) a obrigatoriedade de inscrição no CNPJ abrange “os órgãos públicos de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que se constituam em unidades gestoras de orçamento”, justificando assim, que as IES sejam inscritas no CNPJ.

A inscrição no CNPJ tem como vantagem, além da gestão de orçamento, agilizar e desburocratizar o processo de comercialização de mercadorias, e, conseqüentemente, a geração de renda própria para as EUs, tornando-as de alguma forma autossuficiente, produtiva e independente dos recursos do governo.

Conforme se verifica na Tabela 9, a maioria das EUs (56,25%) utiliza o CNPJ da IES, enquanto 43,75% têm CNPJ independente. Infere-se que a gestão de orçamento das EUs que utilizam o CNPJ das IES, é feita pela própria IES e, não, de forma independente pela editora, o que pode dificultar o desenvolvimento de diferentes projetos, inclusive de parcerias com outras EUs.

A pesquisa ressaltou a atuação dos Conselhos editorial e deliberativo das EUs. Conforme salienta Mesquita (1984, p. 29) a produção editorial universitária deve contar com um Conselho ou Comissão editorial constituído por “pessoas qualificadas, de reconhecida

idoneidade científica e que componham, preferencialmente, o corpo docente da Instituição”. Esta equipe tem importância fundamental e é responsável pela qualidade editorial e gráfica da produção científica da IES, ou seja, pela política editorial da EU.

A atuação do Conselho deliberativo está relacionada com a gestão, por meio da definição de políticas e estratégias gerais, além do estabelecimento das diretrizes e normas de organização, operação e administração da EU.

Conforme detalhado na Tabela 10, todas as editoras possuem Conselho editorial e, apenas 18,75% delas possuem Conselho Deliberativo.

Tabela 10 - Distribuição dos Conselhos Editorial e Deliberativo conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Possui Conselho Editorial?</i></b>		
Sim	16	100,0
<b><i>Possui Conselho Deliberativo?</i></b>		
Sim	3	18,75
Não	13	81,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

O número de membros que compõem estes conselhos se apresenta bem variado, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – Distribuição dos membros dos Conselhos Editorial e Deliberativo por editora universitária, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b><i>Membros do Conselho Editorial por EU</i></b>	<b>n</b>	<b>%</b>
2 EUs	5	4,85
1 EUs	7	6,80
2 EUs	9	8,74
3 EUs	10	9,71
3 EUs	11	10,68
2 EUs	12	11,65
1 EU	15	14,56
1 EU	16	15,53
1 EU	18	17,48
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>100,00</b>

(continuação)

<i>Membros do Conselho Deliberativo por EU</i>	<b>n</b>	<b>%</b>
13 EUs	-	-
1 EU	7	23,33
1 EU	11	36,67
1 EU	12	40
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: Sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero

Enquanto o Conselho Editorial conta com 103 membros, distribuídos entre as 16 EUs, apresentando uma média de 6,43 membros por EU, a quantidade de membros do Conselho Deliberativo varia entre 7 a 12 membros, distribuídos entre três EUs, apresentando uma média de 10 membros por EU (TABELA 11).

Em relação à atuação do diretor e ou presidente da EU constatou-se que em 87,5% das EUs, este profissional atua também como presidente do Conselho Editorial, acumulando as duas funções, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Caracterização da estrutura organizacional das editoras universitárias conforme a atuação do Diretor/Presidente, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<i>O Diretor/Presidente da editora é o presidente do Conselho Editorial?</i>		
Sim	14	87,5
Não	2	12,5
<i>De quem é a decisão editorial?</i>		
Diretor/Presidente da EU	1	6,25
Conselho/Comissão editorial	14	87,5
Conselho deliberativo	1	6,25
<i>O Diretor/Presidente da editora universitária é indicado pelo Reitor?</i>		
Sim	15	93,75
Não	1	6,25
<i>O tempo do mandato do Diretor é definido de acordo com o tempo do mandato do Reitor?</i>		
Sim	10	62,5
Não	6	37,5
<i>Qual era a atuação anterior do atual Editor?</i>		
Professor	13	81,25
Técnico Administrativo	3	18,75
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Na pesquisa de Bufrem (2001) este acúmulo de funções foi considerado inadequado, tendo em vista que são funções distintas com perfis específicos. Porém, diante de equipes reduzidas pela falta de recursos, entre a situação real, reconhecidamente inadequada, e o padrão ideal, as EUs vão se adaptando e se organizando para fazer com que a cadeia produtiva do livro universitário se concretize.

Abordados sobre a decisão editorial, 87,5% dos dirigentes informaram que esta decisão é do Conselho/Comissão editorial da EU, enquanto que em 6,25% esta decisão editorial é do Diretor/Presidente da EU, seguidos de outros 6,25% em que esta decisão é do Conselho deliberativo, conforme demonstrado na Tabela 12.

A decisão editorial, ou seja, decidir o que será publicado ou recusado não deve ser responsabilidade de uma única pessoa, deve ser um processo democrático com a participação de uma equipe de profissionais com funções definidas. Bufrem (2001) concorda que os conselhos ou comissões editoriais têm fundamental importância para a atividade editorial nas instituições de ensino superior. São constituídos, em sua maioria, de membros oriundos de setores ou áreas de conhecimento representado nas IES.

Neste sentido, torna-se importante a colaboração dos professores na identificação de obras e assuntos de interesse a serem publicados pela EU, uma vez que

Essa assessoria, aliada ao conselho ou comissão editorial, favorece a descoberta dos chamados assuntos de ponta e facilita o preenchimento das lacunas bibliográficas, mais facilmente identificadas quando o número e a diversidade dos participantes da atividade são maiores. (BUFREM, 2001, p. 207)

Ao investigar a atuação do presidente e ou diretor da editora universitária, as pesquisas de Bufrem (2001) e Martins Filho; Rollemberg (2001) apontam que este cargo é de livre escolha do Reitor da IES. Salientam ainda que as substituições das equipes acontecem naturalmente quando da mudança de gestão da Universidade.

Os resultados apontados na Tabela 12 corroboram os estudos dos pesquisadores citados acima ao constatar que em 15 editoras, ou seja, em 93,75% das EUs o diretor e ou presidente é escolhido livremente pelo Reitor da IES, enquanto que 6,25% afirmaram que o cargo não é indicação do Reitor. Constatou-se ainda que em 62,5% o tempo do mandato de diretor coincide com o mandato do Reitor, enquanto que a minoria, ou seja, 37,5% afirmaram que os mandatos do diretor e Reitor não são coincidentes (TABELA 12).

Martins Filho e Rollemberg (2001) argumentam que as constantes mudanças de direção das EUs, concomitantemente com as mudanças de gestão das IES, descaracterizam e

impedem as editoras de adquirirem autoafirmação e autonomia administrativa, sofrendo alterações na orientação editorial a cada mudança de Reitor. Porém, esta afirmação se torna contraditória quando se percebe que a direção de uma EU não é comprometida ou que a editora não alcance índices desejáveis de produtividade, qualidade e visibilidade no cenário editorial universitário.

A pesquisa procurou identificar ainda, qual era a atuação anterior do dirigente da editora, e constatou que 18,75% atuavam como técnico-administrativos na IES, enquanto que a maioria, ou seja, 81,25% atuavam como professores (TABELA 12).

Tendo como base as pesquisas de Bufrem (2001), constata-se que a escolha do dirigente da EU deve estar pautada em alguns critérios, principalmente se ele exerce também, a função de Editor. Bufrem (2001) percebeu o predomínio de uma concepção mais acadêmica do que gerencial na definição do perfil do diretor das EUs, definido mediante características administrativas, conhecimentos técnicos, experiência editorial e relações interpessoais.

Para complementar as informações da Tabela 12, procurou-se conhecer a formação acadêmica e experiência com publicações dos dirigentes das EUs pesquisadas, por meio de consulta na Plataforma Lattes, em maio/2016, e foram identificadas características importantes que estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Formação acadêmica e produção de recursos informacionais dos dirigentes das editoras universitárias, Brasil, 2016.  
Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Dirigente</b>	<b>Graduação</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Pós-Doc.</b>	<b>LP</b>	<b>LO</b>	<b>COAUT.</b>	<b>CAPLIV</b>
ALFA	Eng. Elétrica	Eng. Elétrica	-	-	-	-	-	-
BETA	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia	-	1	-	-	9
CAPA	Ciênc. Soc.; Sociol. e Antropologia	Sociologia	Sociologia	Scienc., Technology and Society	2	3	-	12
DELTA	Economia	Filosofia	Filosofia	-	-	3	-	3
DIGAMA	Letras	Letras	Letras	-	26	5	4	66
ÉPSILON	Filosofia	Filosofia	Filosofia	-	1	2	-	11
ETA	Letras e Adm.	Educação	Educação	-	-	-	-	2
GAMA	Biblioteconomia e Adm.	Educação	Ciênc. Inform.	-	1	1	-	4
ÔMEGA	Comunicação	Ciênc. Inform.	Cult. e Socied.	-	5	2	-	18
ÔMICRON	Agronomia	Agronomia	Agronomia	-	-	-	2	3
SAMPI	Adm. e Ciênc. Econômicas	Agroneg.	Econ. Aplicada	-	2	1	-	25
SIGMA	História	História	História	-	5	-	-	5
TAU	Arquit. e Urbanismo	Arquit. e Urbanis.	Arquit. e Urbanis.	-	3	1	2	35
TETA	Psicologia	Educação	Educação	-	1	4	2	34
ÚPSILON	*	*	*	*	*	*	*	*
ZETA	Lic. Letras	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016

Nota: Sinal convencional utilizado

- dado numérico igual a zero

\* não tem Currículo Lattes

Legenda: LP = Livros publicados; LO = Livros organizados; COAUT = Coautoria; CAPLIV = Capítulo de livro

Analisando as informações do Quadro 2, observa-se que 87,5% dos dirigentes são doutores e 6,25% possuem pós-doutorado. A maioria, ou seja, 62,5% tem experiência com publicação de livros, 56,25% já organizaram livros, 25% publicaram livros em coautoria com outros autores e, ainda, 81,25% publicaram capítulos de livros.

Percebe-se ainda que a maioria dos dirigentes com experiência em publicações de livros representa a área das ciências humanas e sociais (75%), presumindo-se uma tendência acadêmica e de produção editorial na sua atuação como dirigente da EU. Pode-se inferir que esta experiência com publicações possibilita a aquisição de uma visão bastante ampla da criação (literária, didática e técnico-científica), assim como do processo produtivo, adquiridas por meio de vivências e dificuldades enfrentadas, capacitando-os para o exercício da função de dirigente de uma editora.

Por outro lado, em relação aos dirigentes com pouca ou nenhuma experiência com publicações, é presumível que a atuação destes tenha o foco na gestão, na produtividade e na sustentabilidade financeira da EU.

Durante o levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa ficou evidente que a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), criada em 1987, teve importância fundamental no cenário editorial brasileiro. Incentivou a criação e o desenvolvimento de novas EUs, promoveu o intercâmbio entre elas por meio de encontros, debates e cursos, além de divulgar as publicações de suas associadas em diversas feiras, no Brasil e no Exterior.

A Tabela 13 demonstra informações sobre a afiliação das EUs na ABEU.

Tabela 13 - Distribuição dos aspectos relacionados à afiliação na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Tempo de afiliação na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU)</i></b>		
Desde a fundação da ABEU	6	37,5
Entre 01 e 05 anos	2	12,5
Entre 06 a 10 anos	4	25
Entre 11 e 15 anos	1	6,25
Entre 16 e 20 anos	1	6,25
Entre 21 e 25 anos	1	6,25
Não afiliada	1	6,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

A pesquisa constatou que, das EUs que responderam ao questionário, apenas uma não é afiliada na ABEU, conforme demonstrado na Tabela 13.

Perguntados sobre o tempo de afiliação na ABEU, a maioria, ou seja, 37,5% dos dirigentes respondeu que são afiliados desde a fundação da ABEU e, sendo assim, possivelmente, tenham participado de sua criação. Os outros resultados apontam que 25% têm entre 6 a 10 anos de afiliação, 12,5% responderam que são afiliados mais recentemente, entre 1 e 5 anos, seguidos de mais três respondentes que disseram ter entre, 11 e 15 anos, 16 e 20 anos e 21 e 25 anos, respectivamente (TABELA 13).

Para complementar esta questão, foi solicitado aos dirigentes que apontassem até três pontos positivos de sua afiliação na ABEU<sup>23</sup>. A Tabela 14 demonstra o resultado desta análise.

Tabela 14 - Classificação dos núcleos de sentido conforme frequência relacionada aos aspectos positivos da afiliação das editoras universitárias na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n<sup>(1)</sup></b>	<b>%</b>
<i>Núcleos de sentido</i>		
Ampliação das redes de contato	14	31,82
Fortalecimento político das editoras	9	20,45
Capacitação e troca de experiências	9	20,45
Facilitadora da comercialização e do mercado livreiro	7	15,91
Participação em eventos	5	11,36
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: A frequência se refere aos respondentes sendo que duas EUs não responderam

<sup>(1)</sup> O **n** desta variável se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

Observando os dados da Tabela 14 constata-se que as EUs consideram a ABEU um importante canal de interação entre os atores da cadeia produtiva do livro universitário, e que a afiliação na ABEU é fundamental para possibilitar a ampliação de sua representatividade, credibilidade e estabilidade no cenário editorial brasileiro, possibilitando aos associados, a superação conjunta dos obstáculos apresentados pelo setor. Os dirigentes consideram

<sup>23</sup> Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2010), mencionada no capítulo 4, para analisar as respostas. Após a leitura minuciosa e conjunta das respostas, ou seja, de uma pré-análise, elas foram organizadas em uma planilha do Excel, codificadas e, posteriormente, agrupadas em cinco núcleos de sentido.

importantes, o contato entre si; a comunicação e a divulgação de suas publicações; a promoção e o marketing como forma de dar visibilidade ao segmento e ampliar a sua abrangência.

Na criação de qualquer empresa, é fundamental o registro documental de sua criação, principalmente, em se tratando de um órgão público, neste caso, a editora universitária, uma empresa pública e ligada a uma universidade. É necessário o registro em Ata da assembleia ou reunião que a criou, a publicação da resolução de criação, a publicação da nomeação de seu dirigente em órgão oficial, a elaboração do regimento interno, da política editorial, de manuais de editoração, dentre outros.

Esta pesquisa identificou que algumas editoras disponibilizam documentos oficiais na Internet, conforme demonstrado na Tabela 15.

Tabela 15 – Distribuição da frequência de acesso a documentos oficiais disponibilizados na internet, conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<i>Quais documentos estão disponíveis na Internet?<sup>(1)</sup></i>		
Regimento Interno	5	31,25
Organograma	3	18,75
Política editorial	8	50
Manual de editoração	5	31,25
Nenhum documento na Internet	2	12,5
Outros *	2	12,5
<i>Caso não estejam disponíveis na Internet, você concorda em enviá-los para o e-mail da pesquisadora?</i>		
Sim	12	75
Não	4	25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> O n desta variável se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

\* Foram citados outros documentos tais como: Instruções de como publicar, catálogo de livros para venda, apresentação de originais

Observa-se na Tabela 15 que 50% das EUs disponibilizam a Política Editorial em suas páginas na Internet, seguidos do Regimento interno e do Manual de editoração, ambos disponibilizados por 31,25% das EUs. A maioria, ou seja, 75% das EUs concordam com o envio de documentos que não estejam disponíveis *on-line*, para que sejam conhecidos e

utilizados nesta pesquisa. Este é um ponto positivo, pois facilita o direcionamento das ações de criação de uma nova editora, com base nas experiências de outras EUs.

A sustentabilidade das EUs é uma preocupação de muitas IES, tendo em vista as dificuldades financeiras pelas quais o ensino superior brasileiro sempre passou, principalmente por depender da esfera pública.

Esta pesquisa procurou identificar os recursos financeiros utilizados para as publicações, conforme demonstrado na Tabela 16.

Tabela 16 - Distribuição dos recursos financeiros anuais recebidos para publicação conforme a origem e estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Estrutura organizacional</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Origem dos recursos anuais para publicação <sup>(1)</sup></i></b>		
Apoio externo	8	50
Recursos próprios da EU	11	68,75
Recursos dos PPG	10	62,5
Recursos dos próprios autores	7	43,75
Fundação de Apoio à Pesquisa	11	68,75
Outros*	2	12,5

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> O **n** desta variável se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

\* Foram citados outros recursos tais como: Convênios e Orçamento da União

Constatou-se que os Recursos próprios das EUs e os Recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa são as opções utilizadas pela maioria das EUs, ambos apontados por 68,75% delas. Outros recursos apontados foram: Recursos dos Programas de Pós-Graduação (62,5%), Apoio externo (50%), Recursos dos próprios autores (43,75%).

Este resultado confirma a dependência das EUs de recursos do Governo e ressalta a necessidade de planejamentos que estimulem as parcerias públicas e privadas, assim como as coedições. Martins Filho (2008) acredita que a política de autossustentação financeira da EU está diretamente relacionada com a qualidade da instituição e de suas publicações, e que é possível uma editora universitária autônoma ter um programa editorial financiado com seus próprios recursos.

## 5.2 EQUIPE ADMINISTRATIVA

Nesta dimensão, foram abordadas as seguintes variáveis: cargos existentes na EU, forma de seleção dos funcionários e a quantidade de funcionários da EU.

A pesquisa bibliográfica demonstrou que ao longo dos anos, o trabalho nas editoras se tornou cada dia mais especializado, sendo as equipes formadas por profissionais multidisciplinares e qualificados dentro de suas especialidades, objetivando a produção de produtos editoriais de qualidade.

Martins Filho e Rollemberg (2001, p. 221) salientam que a organização administrativa de uma editora “depende de vários fatores, tais como tipo de empresa (pública ou privada), da linha de publicação, tamanho e política de direção”. Destacam ainda que o diferencial para o êxito ou o fracasso em uma administração é a habilidade e o desempenho das pessoas.

Os cargos existentes nas EUs e a forma de seleção dos funcionários estão apresentados na Tabela 17.

Tabela 17 – Distribuição dos cargos e da forma de seleção de funcionários conforme a estrutura organizacional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Variáveis</b>	<b>n<sup>(1)</sup></b>	<b>%</b>
<b><i>Cargos existentes na Editora</i></b>		
Diretor/Presidente	15	93,75
Editor	5	31,25
Revisor	14	87,5
Designer gráfico	11	68,75
Bibliotecário	4	25
Secretário executivo	12	75
Assessor de imprensa	6	37,5
Contador	6	37,5
Responsável por vendas	12	75,0
Responsável por estoque	10	62,5
Setor de produção	10	62,5
Serviços gerais	9	56,25
Outros*	3	18,75
<b><i>Formas de seleção dos funcionários que atuam na Editora</i></b>		
Servidores da IES	15	93,75
Estagiários	13	81,25
Terceirizados	14	87,5
Contratos temporários	2	12,5
Outros **	1	6,25

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: \* Foram citados outros cargos, tais como: Auxiliar administrativo, Setor administrativo-financeiro, Setor de contratos e Vice-diretor

\*\* Foram citadas outras formas de seleção de funcionários, tais como: Concurso próprio para a editora

<sup>(1)</sup> O **n** destas variáveis se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

Observando a Tabela 17 verifica-se que os oito cargos de maior frequência nas editoras são: Diretor/Presidente, identificado em 93,75% das editoras; Revisor (87,5%); Secretária executiva (75%); Responsável pelas vendas (75%); Designer gráfico (68,75%); Responsável pelo estoque (62,5%); Setor de produção (62,5%); Serviços gerais (56,25%).

Pode-se inferir que, pelo fato de o cargo de editor ter frequência de apenas 31,25% no quadro de funcionários das EUs, o diretor/presidente acumula a função de editor, contrariando, além dos estudos de Bufrem (2001), o pensamento de Bragança (2007, p. 124), quando ressalta a função do editor no processo de produção do livro:

São os editores, enfim, que decidem que textos vão ser transformados em livros. E, pensando em qual público a que devem servir, como serão feitos esses livros. Mesmo quando não é deles a iniciativa dos projetos, é deles que parte a direção a seguir. É neste lugar de decisão e de comando, e de criação, que está o coração do trabalho de editor. É também esse lugar que exige dele saberes específicos (“escolher, fabricar, distribuir”), que o diferenciam dos demais agentes envolvidos no processo editorial, e lhe impõe responsabilidades únicas, profissionais, sociais, econômicas, financeiras, administrativas e mesmo (juntamente com os autores) judiciais.

Sendo assim, conclui-se que o editor é um visionário, ele percebe tendências e decide o que vale a pena publicar.

A baixa frequência (25%) do profissional Bibliotecário constatada na Tabela 15 demonstra que algumas instituições não percebem a importância deste profissional ou desconhecem sua capacidade e potencialidades para o desenvolvimento dos serviços bibliotecários altamente requisitados pelas EUs. Ou ainda, que o Bibliotecário desconhece ou não tem interesse por esta área específica de atuação.

A atuação deste profissional está registrada nas pesquisas de Bufrem (2001) e Sampaio (1991). A classe bibliotecária esteve presente nos primeiros encontros das editoras universitárias, quando o setor ainda estava se organizando, discutindo e colaborando com a solução dos problemas das publicações oficiais, tais como direitos autorais, depósito legal, padronização, normalização e registro dos produtos editoriais em órgãos específicos de controle bibliográfico.

Foram profissionais determinantes como dirigentes de algumas EUs, como Briquet de Lemos, dirigente da UnB em 1989 e em 1992, e Leilah Santiago Bufrem, que participou da criação da Editora UFPR e foi sua primeira diretora e, neste estudo, a Editora GAMA é a única que tem um Bibliotecário como seu dirigente.

Os demais profissionais apontados na Tabela 17 têm igual importância, pois dividem responsabilidades entre si e propiciam avanços nas atividades editoriais. Conclui-se que a qualidade e a eficácia de uma editora dependem da qualidade e do envolvimento de sua equipe que, prioritariamente, deverá ser multidisciplinar.

Questionados sobre a forma como os funcionários são selecionados, os dirigentes informaram algumas opções, conforme demonstrado na Tabela 17. A opção servidores da instituição é a forma mais utilizada, presente em 93,75% das EUs, seguida de terceirizados, presente em 87,5% das EUs. Estagiários foi uma forma de seleção bastante utilizada pelas editoras, presente em 81,25% delas, enquanto que contratos temporários é a opção de escolha de apenas 12,5% das EUs.

Ao se criar uma editora e estruturar seus departamentos é fundamental a profissionalização dos funcionários. Porém, como destacam Martins Filho e Rollemberg (2001), estagiários das áreas de Comunicação, Letras, Ciências Humanas e Sociais é uma opção interessante, pois estão em vias de se especializarem e podem se constituir numa base de sustentação de muitos dos trabalhos editoriais desenvolvidos por uma editora. Como desvantagem, por estarem em fase de formação, estão sujeitos a equívocos e necessitam supervisão constante, podendo atrasar o desenvolvimento dos trabalhos. Além disso, ao se formarem, buscarão melhores salários no mercado e deixarão a editora que, necessariamente, começará um novo ciclo: contratar novos estagiários, formar e especializá-los, supervisionar e profissionalizá-los e perdê-los novamente para o mercado de trabalho (MARTINS FILHO; ROLLEMBERG, 2001). É uma rotatividade por um lado prejudicial porque interfere negativamente interrompendo o ciclo das rotinas de trabalho da Editora, mas, por outro lado, contribui com a formação e experiência dos futuros profissionais, que neste período de estágio estão mais motivados e, conseqüentemente, mais propensos à criatividade e à inovação.

O número de funcionários das EUs também foi abordado na pesquisa, conforme demonstrado na Tabela 18.

Tabela 18 – Distribuição do número total de funcionários por editora universitária, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Editoras</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
1 EU	2	0,5
2 EUs	3	0,74
1 EU	4	0,99
1 EU	8	1,98
2 EUs	11	2,72
1 EU	13	3,22
1 EU	15	3,71
1 EU	26	6,44
1 EU	31	7,67
1 EU	32	7,92
1 EU	47	11,63
1 EU	50	12,38
1 EU	55	13,61
1 EU	107*	26,49
<b>16 Eus</b>	<b>404</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: \* A justificativa para esta resposta é de que estes funcionários estão distribuídos entre a Editora, Gráfica e a Revista que a EU publica

Constata-se na Tabela 18, que a média de funcionários por EU é de 25,25 funcionários, sendo que uma EU tem apenas 2 funcionários e a editora BETA tem o maior número de funcionários, ou seja, 107. O número de funcionários de uma editora depende de vários fatores, tais como tamanho, tanto da EU quanto da IES e autossuficiência da EU, sendo esta uma questão menos quantitativa do que qualitativa ou de aproveitamento profissional.

### 5.3 POLÍTICA EDITORIAL

A produção editorial no âmbito das IES tem ocupado lugar de destaque no cenário editorial universitário brasileiro. As universidades, nas suas funções tríplices de ensino pesquisa e extensão, têm estimulado a publicação de trabalhos artísticos, tecnológicos, científicos e culturais, motivando a produção de trabalhos inéditos e representativos do pensamento da sua comunidade científica.

Desta forma, é fundamental instituir a política editorial, instrumento que estabelecerá os objetivos e responderá aos seguintes questionamentos: o que editar, para quem, como editar, quando publicar; e, onde publicar (ROSINHA, 1989).

Concordando com este pensamento, Bufrem (2001, p. 366) afirma que

a política editorial deve representar a IES da maneira mais democrática possível, fiel à sua natureza, aos seus princípios e às suas finalidades. Ela resulta de uma análise criteriosa da filosofia da universidade, das condições geográficas e estruturais, dos fatos históricos, das necessidades e peculiaridades regionais, dos recursos financeiros e de como obtê-los, além dos fatores que possam interferir nas decisões político-administrativas.

Neste sentido, na abordagem da política editorial das EUs foram analisadas as seguintes variáveis:

- a) se a política editorial das EUs tem alguma relação com os programas de pós-graduação;
- b) de que forma os Programas de Pós-Graduação participam das decisões da Editora;
- c) se as EUs realizam coedições;
- d) se as EUs publicam *e-books* comerciais;
- e) se as EUs publicam *e-books* de acesso aberto;
- f) se as EUs publicam traduções;
- g) se as EUs publicam adaptações;

Investigar a participação dos programas de pós-graduação (PPGs) na política editorial das EUs é um ponto relevante porque eles são responsáveis pela crescente atividade intelectual e pelo incremento da pesquisa nas IES e, conseqüentemente, pela produção e disseminação do conhecimento científico.

A Tabela 19 demonstra as respostas das EUs em relação às variáveis “a” e “b”.

Tabela 19 – Classificação dos núcleos de sentido conforme frequência relacionada à inclusão na política editorial e participação dos Programas de Pós-Graduação nas decisões das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Política Editorial</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<i>Faz parte da política editorial uma relação com os programas de pós-graduação</i>		
Sim	6	37,5
Não	10	62,5
<i>De que forma os programas de pós-graduação participam das decisões da editora?<sup>(1)</sup></i>		
Não participa das decisões da editora/não tem influência direta	13	56,52

<b>Política Editorial</b>	(continuação)	
	<b>n</b>	<b>%</b>
Programas específicos para financiamento e captação de propostas de publicação	6	26,09
Envio de propostas isoladas para publicações	2	8,7
Integra o conselho deliberativo da EU	2	8,7

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: A frequência se refere aos respondentes sendo que duas EUs não responderam

<sup>(1)</sup> O **n** desta variável se refere à soma das respostas das EUs, analisadas conforme a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2010). Para esta variável foi possível mais de uma resposta por EU

A Tabela 19 demonstra que não existe relação entre a política editorial das EUs e os PPGs das IES. Apesar de os PPGs não influenciarem diretamente as decisões das EUs, há programas específicos para financiamento e captação de propostas de publicação, o que de certa forma favorece a aproximação com as EUs e possibilita a publicação de obras de interesse dos PPGs.

Para analisar as respostas das variáveis “c” a “g” (coedições, *e-books* comerciais, *e-books* de acesso livre, traduções e adaptações), foi elaborada a Tabela 20, que demonstra os tipos de publicações das EUs.

Tabela 20 – Caracterização dos tipos de publicações das editoras universitárias, conforme política editorial, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Política editorial</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Realiza coedições?</i></b>		
Sim	14	87,5
Não	2	12,5
<b><i>Publica e-books comerciais?</i></b>		
Sim	6	37,5
Não	10	62,5
<b><i>Publica e-books de acesso aberto?</i></b>		
Sim	9	56,25
Não	7	43,75
<b><i>Publica traduções?</i></b>		
Sim	10	62,5
Não	6	37,5
<b><i>Publica adaptações?</i></b>		
Sim	2	12,5
Não	14	87,5
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

O sistema de coedição possibilita a realização conjunta de produções Editoriais diversas e é regido por contratos específicos e formais entre autores e editores. Nesta modalidade, o autor tanto pode encontrar uma editora disposta a participar da publicação, ou buscar financiamento em instituições de incentivo à pesquisa.

Embora o sistema de coedições não seja novidade no mercado editorial, existem controvérsias, exemplificadas nos relatos de Martins Filho e Rollemberg (2001) e Huff (1999 citado por BUFREM, 2001).

Martins Filho e Rollemberg (2001) fazem uma análise da experiência da EDUSP, que por mais de duas décadas (1965 e 1988) adotou o regime de coedição. Na época, pensou-se que este sistema possibilitaria o avanço da EDUSP, principalmente na sua fase inicial, com a publicação incessante de títulos e mais títulos, em parceria com outras editoras de renome para, em seguida, tornar-se eficiente e firmar-se no mercado. Mas, na realidade, não foi isso que aconteceu. Este sistema impediu que a EDUSP desenvolvesse um acervo editorial próprio, impossibilitou a elaboração de contratos de direitos autorais e, ainda, causou muitas falhas na distribuição e comercialização dos livros. Martins Filho e Rollemberg (2001, p. 30) afirmam ainda que a “EDUSP funcionava verdadeiramente como um órgão agenciador de financiamento “a fundo perdido”. A razão é simples: não detinha – como não detém até hoje – os direitos autorais dos livros publicados em coedição”.

Para Huff (1999 citado por BUFREM, 2001) as formas associativas são vantajosas em todos os sentidos, especialmente no mercado editorial brasileiro com características regionais tão variadas. É preciso juntar esforços e trocar experiências.

A Tabela 20 demonstra que as EUs pesquisadas concordam com as vantagens do sistema de coedições ao ser constatado que 87,5% delas adotam este sistema.

As editoras universitárias vêm gradativamente incorporando os avanços tecnológicos aos seus produtos editoriais, como forma de atender à demanda por novas possibilidades de acesso rápido e dinâmico à informação e ao conhecimento. Esta postura vem ao encontro com a revolução protagonizada pelos tipos móveis de Gutenberg, que no século XV permitiram que os livros fossem produzidos em larga escala, ampliando o acesso da população à cultura escrita. A difusão dos textos eletrônicos juntamente com a popularização da internet, com novos recursos e tecnologias, possibilitou a explosão da informação e, conseqüentemente, a explosão bibliográfica.

Neste sentido, as novas tecnologias, os recursos de hiperlinks e conteúdos interativos, vêm impactando o papel das EUs no mercado editorial eletrônico. A oferta de *e-books* tende a aumentar exponencialmente, devido ao baixo custo da publicação, e à editora universitária caberá um papel relevante: de filtro, de afirmação e garantia de qualidade (FRANCHETTI, 2012).

Esta pesquisa constatou que 37,5% das EUs publicam *e-books* comerciais enquanto 56,25% publicam *e-books* de acesso aberto (TABELA 20). Na análise de Franchetti (2012) o livro universitário no formato eletrônico exige maiores cuidados, tais como:

[...] revisão técnica, produção criteriosa. Ora, isso tem um custo alto. Por outro lado, o livro universitário não vende como um romance. Assim, a relação entre custo/retorno, no caso do livro eletrônico, será muito diferente no caso de uma editora universitária e de uma editora de livros de tiragem ampla.

Importante ressaltar que apenas as editoras DELTA e ÔMEGA (12,5%) fazem parte do Portal SciELO Livros, disponibilizando parte de seu acervo para acesso *on-line*. A consulta realizada no Portal SciELO Livros, no dia 29 de junho de 2016, constatou que do acervo disponibilizado *on-line* a editora DELTA adotou a modalidade de acesso comercial para 51% desse acervo e 49% na modalidade acesso livre. A editora ÔMEGA adotou a modalidade comercial para 46,15% do acervo e 53,85% de acesso livre (SciELO Livros, [201-]).

A utilização dos recursos eletrônicos para disponibilizar conteúdos científicos *on-line* como o SciELO Livros, tem como vantagem ampliar a disseminação da pesquisa, maximizar seu impacto, sua visibilidade e seu progresso, além de valorizar a cultura do livro que está em desvantagem em relação à cultura da publicação em periódicos, conforme já abordado anteriormente.

De uma forma ou de outra, o papel das EUs é fazer com que, de fato, o conhecimento alcance um número cada vez maior de pessoas e o formato híbrido (impresso e eletrônico) permanecerá por tempo indeterminado.

E, para aqueles que acreditam no fim do livro impresso Zaid (2004, p. 27) tranquiliza dizendo que após Gutenberg apareceram “o jornalismo de massas, o cinema, a televisão, a computação, a comunicação por satélite e a internet” e que após “cada nova invenção, profetizou-se o fim do livro, e cada vez mais livros foram produzidos, com maior facilidade e sobre os mais variados assuntos”.

Franchetti (2012) concorda que o “livro [impresso] é a forma mais confiável de preservação da informação e a que tem maior portabilidade. Mas, sobretudo, a que tem mais prestígio, já que implica inversão maior de recursos”.

Outro tema polêmico analisado nesta pesquisa foi a questão das traduções. Na análise de Bufrem (2009) a prática de tradução de obras estrangeiras se justifica como forma de suprir as carências bibliográficas, uma vez que o Brasil carece de literatura de ponta em algumas áreas científicas pouco exploradas. Além disso, as universidades são instituições que abrigam intelectuais em condições ideais para exercer o trabalho de tradução.

Porém, apesar de as traduções serem uma das atribuições das editoras universitárias, é preciso critérios mais rigorosos de seleção e priorizar o livro que

nos abre horizontes, que nos aproxima de outros povos, que amplia nossas perspectivas, que nos proporciona um inter-relacionamento fecundo com o que se está produzindo de novo, de instigante, de válido nas mais diferentes e distantes regiões. Ou naquelas que nos estão próximas e que são as que menos conhecemos. (MIGUEL, 1998, p. 72).

Constatou-se que a maioria (62,5%) das EUs adota a tradução na sua política editorial (TABELA 20), resultado que corrobora com a atribuição das editoras universitárias, de dotar as bibliografias de conteúdo técnico-científico de qualidade, produzidos e disponibilizados pelas editoras internacionais. Importante ressaltar que em relação às traduções torna-se fundamental um parecer de especialistas, em relação à qualidade da tradução.

Perguntados se publicam adaptações, a Tabela 20 aponta que apenas 12,5% dos dirigentes afirmaram produzi-las. Porém, no Brasil, as adaptações se fazem presente, principalmente, nos livros de literatura infanto-juvenil, conforme análise de Coelho (1991, p. 204), ao considerar que

simultaneamente ao aumento das traduções e adaptações de livros literários para o público infanto-juvenil, começa a se firmar no Brasil, a consciência de que uma literatura própria, que valorize o nacional, se fazia urgente para a criança e para a juventude brasileira.

Apesar de este estudo não ter investigado se as EUs publicam livros infanto-juvenis adaptados, constata-se que esta opção de publicação não é muito frequente nas editoras universitárias por estas publicarem, prioritariamente, livros técnico-científicos, para um

público especializado e, também, específico. Infere-se que este tipo de publicação é de interesse das editoras comerciais.

#### 5.4 PROCESSO PRODUTIVO

As variáveis analisadas nesta dimensão foram: número de títulos publicados por ano; média de tiragem para cada título; se a EU oferece a opção *print on demand*<sup>24</sup>, se a editora possui gráfica própria e como os serviços gráficos são realizados, caso não possuam gráfica própria.

As novas TICs e seus formatos digitais contemporâneos influenciaram significativamente a cadeia produtiva do livro, possibilitando novos modelos de produção, distribuição e consumo de livro, impactando, principalmente, a impressão editorial nas EUs.

Como fonte produtora de cultura, ciência e tecnologia, as IES são responsáveis por uma cota cada vez maior do mercado do livro universitário, que está diretamente relacionado ao crescente número de acadêmicos de graduação e de pós-graduação, de docentes e pesquisadores que, concomitantemente, são produtores e consumidores de livros.

Por meio de sua política editorial, as EUs devem priorizar a qualidade científica dos produtos editoriais de sua comunidade acadêmica, em detrimento das obras estritamente vendáveis, ou seja, a política editorial deve priorizar o fator qualitativo em detrimento do fator quantitativo das produções acadêmicas.

Neste estudo, o fator quantitativo foi investigado junto às EUs conforme demonstrado na Tabela 21.

Tabela 21 - Distribuição de títulos, tiragens das publicações e opção *print on demand*, conforme processo produtivo das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Processo produtivo</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Títulos publicados por ano</i></b>		
Menos de 10 títulos	3	18,75
Entre 10 e 20 títulos	1	6,25
Entre 20 e 30 títulos	3	18,75

<sup>24</sup> Impressão de livros a partir de uma determinada demanda.

(continuação)

<b>Processo produtivo</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Entre 30 e 40 títulos	2	12,5
Mais de 40 títulos	7	43,75
<b>Média de tiragem de cada título</b>		
Menor que 500 exemplares	9	56,25
Entre 600-1000 exemplares	5	31,25
Mais que 1000 exemplares	2	12,25
<b>A editora oferece a opção “print on demand” (impressão sob demanda)?</b>		
Sim	1	6,25
Não	15	93,75
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

A maioria das EUs, ou seja, 43,75% publicam mais de 40 títulos por ano e 18,75% publicam menos de 10 títulos por ano, seguidas por 18,75% que publicam entre 20 e 30 títulos. Publicar 40 títulos por ano é um índice bastante significativo e está diretamente relacionado com a produtividade dos autores/pesquisadores (produtores de conhecimento) e com a capacidade técnica da EU.

Em relação à média de tiragem de cada título, a Tabela 21 demonstra que 56,25% das EUs publicam menos de 500 exemplares por título e apenas 12,5% publicam mais de 1.000 exemplares por título.

A quantidade de livros publicados por uma editora está diretamente relacionada a alguns fatores, tais como, o tamanho da IES, a localização geográfica (desenvolvida ou não), população atendida (com maior ou menor poder aquisitivo), os recursos tecnológicos disponíveis e, principalmente, acesso aos canais de distribuição e divulgação.

Miguel (1998) salienta que o livro não é para ser estocado nem para ser distribuído de graça, é para ser colocado nas livrarias, para ser manuseado e consumido pelo público e Bufrem (2001, p. 207) complementa este pensamento dizendo que “uma grande tiragem sem mecanismos de divulgação e circulação eficientes amplia fatalmente os estoques dos depósitos”.

Para sanar o problema das tiragens da produção editorial, surgiu, há alguns anos, a opção *print on demand (POD)* que é a impressão do livro a partir de uma demanda. Para ilustrar esta solução Rodrigues, et al. (2014), exemplifica a empresa *Amazon.com*. Ela divulga o título, recebe as solicitações e imprime os livros de acordo com a demanda dos usuários da

plataforma. Esta solução tem possibilitado aos editores repensarem o número das tiragens dos livros publicados.

Nesta pesquisa, conforme Tabela 21, apenas 6,25% das editoras adotam esta solução. Lindoso (2012) salienta que as editoras desprezam meios que efetivamente reduzem custos e, conseqüentemente, diminuem o preço dos livros ou melhoram sua rentabilidade. Infere-se que as EUs não estão preocupadas em reduzir custos e estoques, melhorar as condições de logística e maximizar o alcance dos livros pelos usuários.

A utilização da opção *print on demand*, impulsionada pelas novas TICs, demandou uma nova prática editorial, ou seja, a autopublicação, conforme salienta Lindoso (2012), “a impressão digital – combinada com o livro eletrônico – deu um extraordinário impulso à autopublicação de simplesmente centenas de milhares de títulos, com tiragens entre alguns exemplares a vários milhares”.

É importante que as EUs aproveitem as facilidades da impressão na era digital e adotem a produção de livros sob demanda em casos específicos, possibilitando aos autores, principalmente aqueles iniciantes sem público formado e aos pesquisadores, a oportunidade de publicar com tiragens menores e sem risco de grandes prejuízos.

Ainda sobre o processo produtivo das EUs, é importante ressaltar a atuação da gráfica neste processo. Recorrendo à pesquisa de Bufrem (2001), constatou-se que existem três formas de relacionamento entre gráficas e editoras: a) são independentes e vinculam-se a órgãos distintos; b) estão subordinadas a um mesmo órgão; c) são vinculadas entre si, trabalhando sob a mesma direção.

Segundo a autora, os principais serviços contratados pelas editoras são: impressão e acabamento, composição e impressão, criação de capas, arte-final, copidescagem<sup>25</sup>, revisão, dentre outros.

Esta pesquisa procurou identificar se as EUs têm gráfica própria e, em caso negativo, como os serviços gráficos são realizados. Os resultados estão apresentados na Tabela 22.

---

<sup>25</sup> Do verbo copidescar: Fazer o copidesque, revisão de texto a ser publicado, tendo em vista a correção ortográfica e gramatical, a clareza, a adequação às normas editoriais, os cortes para se obter a extensão devida etc. (DICIONÁRIO ..., 2009).

Tabela 22 – Caracterização dos serviços gráficos conforme processo produtivo das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Processo produtivo</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>A editora possui gráfica própria?</i></b>		
Sim	2	12,5
Não	14	87,5
<b><i>Como os serviços gráficos são realizados?<sup>(1)</sup></i></b>		
Gráfica da universidade	5	31,25
Serviço terceirizado	10	62,5
Outros	2	12,5
s/resposta	1	6,25

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> O n desta variável se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

A Tabela 22 demonstra que 87,5% das EUs não possuem gráfica própria e 62,5% utilizam serviços terceirizados, sendo que a pesquisa não investigou quais serviços gráficos são contratados. Infere-se que a questão de ter gráfica ou não está relacionada com os recursos financeiros das EUS, uma vez que equipamentos gráficos são dispendiosos, demandam manutenção periódica e capacitação técnica para utilização, sendo uma desvantagem em relação ao serviço terceirizado.

## 5.5 LINHA EDITORIAL

As variáveis abordadas nesta dimensão foram: a) assuntos publicados; b) tipos de publicações; c) se a editora é a única responsável pela publicação de periódicos e, em caso negativo, quem publica os periódicos da Universidade.

Escolher o que publicar é responsabilidade do conselho editorial que, conforme já abordado anteriormente, deve aplicar uma criteriosa seleção não só dos títulos, mas também dos tipos de materiais a serem publicados, baseando-se, sobretudo, no fator qualitativo das obras. A Tabela 23 demonstra os assuntos e tipos de publicações publicados pelas EUs.

Tabela 23 – Caracterização dos assuntos e tipos de publicações conforme linha editorial das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Variáveis</b>	<b>n<sup>(1)</sup></b>	<b>%</b>
<b><i>Assuntos publicados</i></b>		
Todos os assuntos	7	43,75
Ciências exatas e da terra	8	50
Ciências agrárias	8	50
Ciências humanas	8	50
Ciências biológicas	8	50
Ciências sociais e aplicadas	8	50
Ciências da Saúde	8	50
Engenharias	7	43,75
Linguística, Letras e Artes	7	43,75
Temas regionais	2	12,5
<b><i>Tipos de publicações</i></b>		
Manuais, guias, cartilhas	9	56,25
Livros didáticos para o ensino superior	14	87,5
Livros técnicos científicos	16	100,0
Relatórios de pesquisa	2	12,5
Teses e dissertações	7	43,75
TCC	3	18,75
Periódicos científicos	7	43,75

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> O **n** destas variáveis se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

Considerando que a editora universitária é vinculada a uma IES na qual todas as áreas do saber são importantes, os dados demonstrados na Tabela 23 são favoráveis ao caráter didático-pedagógico das EUs, quando se constata que 43,75% das EUs publicam assuntos de todas as áreas do conhecimento. É possível constatar que 50% das EUs publicam assuntos nas áreas Ciências exatas e da terra; Ciências agrárias; Ciências humanas; Ciências biológicas; Ciências sociais e aplicadas e Ciências da Saúde. A publicação de temas regionais é prioridade para apenas 12,5% das EUs, contrariando o pensamento de Bufrem (2001) quando salienta a experiência editorial universitária enquanto projeto cultural voltada para as peculiaridades regionais, a conservação da cultura e dos modos de vida das minorias.

Em relação aos tipos de publicações, a Tabela 23 aponta que todas as editoras (100%) publicam livros técnico-científicos e que 87,5% publicam livros didáticos para o ensino superior. Este resultado comprova as teorias de Bufrem (2001, 2009), Martins Filho; Rollemberg (2001) e Miguel (1998), sobre as EUs priorizarem as obras cujos conteúdos

atendam às necessidades mais imediatas dos currículos, enriquecendo as bibliografias de áreas específicas, com vistas a apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão.

A publicação de teses e dissertações, presentes em 43,75% das EUs, reforça o princípio de que as EUs oportunizam a publicação da produção científica dos docentes da IES, valorizando-os e tornando-os conhecidos no mercado editorial universitário. Trata-se de publicações já examinadas por uma banca especializada e aprovadas em função de seu mérito acadêmico.

Outro tipo de material produzido pelas editoras são os manuais, guias e cartilhas, presentes em 56,25% das EUs. Constituem materiais institucionais, divulgação de eventos científicos e manuais técnicos, produzidos pelo corpo docente.

A publicação de periódicos científicos está presente em 43,75% das EUs, demonstrando que estas publicações não são totalmente de responsabilidade das EUs. Periódicos científicos têm peculiaridades e, sua viabilidade, assim como os limites de responsabilidade, carece de maiores estudos, pois, demandam um esforço maior da equipe em relação à pontualidade, periodicidade regular e rigor nos prazos de submissão, avaliação pelos pares, aprovação, normalização, diagramação e publicação. São publicações que, para serem reconhecidas pela comunidade científica nacional e internacional, passam por critérios rigorosos de qualidade científica e editorial, além dos registros em órgãos internacionais de controle bibliográfico.

Para complementar a questão dos periódicos científicos, foi perguntado aos participantes se as EUs são as únicas responsáveis pela publicação dos periódicos científicos das IES e em caso negativo, quem os publicam. Os resultados estão demonstrados na Tabela 24.

Tabela 24 – Caracterização quanto à responsabilidade de publicação de periódicos científicos nas Instituições de Ensino Superior, conforme linha editorial das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Linha editorial</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<i>A editora é a única responsável pela publicação dos periódicos científicos da universidade?</i>		
Sim	1	6,25
Não	15	93,75
<i>Em caso negativo, quem publica os periódicos científicos da universidade?<sup>(1)</sup></i>		

(continuação)

<b>Linha editorial</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
A coordenação do curso ao qual a revista é vinculada	4	25
A própria revista	7	43,75
Outros	4	25
s/resposta	1	6,25

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> O **n** desta variável se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

A Tabela 24 mostra que 93,75% das EUs não são as únicas responsáveis pela publicação dos periódicos científicos e aponta outros órgãos como opção para as IES. Esses dados revelam que a responsabilidade pela publicação dos periódicos científicos das IES não está muito bem definida.

Reconhecidamente, os periódicos são veículos privilegiados da comunicação científica, e se tornam cada vez mais valorizados, principalmente, devido aos processos de avaliação dos programas de pós-graduação.

Sendo assim, em relação à publicação, gestão e divulgação dos periódicos científicos, a EU deve se organizar e se estruturar para tornar-se facilitadora nos processos de editoração, aprimorando a qualidade, padronização e zelando pela periodicidade regular dos mesmos, trabalhando em sintonia com os programas de pós-graduação, fontes produtoras deste tipo de publicação.

## 5.6 COMERCIALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Nesta dimensão as variáveis estudadas foram: canais de comercialização e distribuição adotados pelas EUs; canais de comunicação utilizados para o marketing institucional das EUs. Estas etapas da cadeia produtiva do livro são tão importantes quanto as outras e devem ser bem planejadas para que os recursos informacionais se tornem conhecidos e cheguem às mãos do público leitor, seja por meio das livrarias, seja por qualquer outro canal. Na Tabela 25 observa-se a tendência das EUs em relação a estas variáveis.

Tabela 25 - Caracterização dos canais utilizados para comercialização e distribuição, comunicação e marketing institucional das editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Comercialização e Divulgação</b>	<b>n<sup>(1)</sup></b>	<b>%</b>
<b><i>Quais os canais de comercialização e distribuição de livros adotados pela editora?</i></b>		
Livraria física (própria)	14	87,5
Livraria virtual (própria)	12	75
Outras livrarias (físicas)	12	75
Distribuidores	9	56,25
<i>E-commerce</i>	7	43,75
Não comercializa	1	6,25
Outras *	2	12,5
<b><i>Canais de comunicação utilizados para o marketing institucional da editora</i></b>		
Site institucional	12	75
Site institucional com catálogo <i>on-line</i>	12	75
<i>Facebook</i>	13	81,25
<i>Twitter</i>	6	37,5
<i>Blog</i>	3	18,75
<i>Outdoor</i>	2	12,5
Boletim informativo	4	25
Jornal de grande circulação	1	6,25
TV	3	18,75
Emissora de rádio	3	18,75
<i>E-mail</i>	13	81,25
s/resposta	1	6,25

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> O **n** destas variáveis se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

\* Foram citadas outras formas de comercialização, tais como: Livraria móvel, Eventos locais e nacionais

Observando a Tabela 25 constata-se que as EUs estão mesclando canais físicos e virtuais no processo de comercialização e distribuição de livros. Porém, é preciso planejamento para implementação e uso do *e-commerce* como estratégia de inovação editorial, visando agilizar o processo de compra e venda de produtos editoriais no ambiente virtual. O *e-commerce* tem sido objeto de estudo entre pesquisadores tais como Rodrigues et al. (2014) ao evidenciarem mudanças significativas proporcionadas pelas novas TICs como, por exemplo, os novos modelos de negócios e os novos operadores na distribuição do livro na era digital, tais como *Amazon.com* e *Apple*. Sá Earp e Kornis (2005) salientam que na comercialização de livros pela Internet a ordem de compra é realizada, enviada, recebida e

processada *on-line*. É um processo complexo que resulta da “integração entre a gestão da ordem e do pagamento *on-line* e a fase de confecção, expedição e entrega da mercadoria, que impõem soluções de gerência das lojas e acima de tudo da atividade de logística terceirizada”. (IBID., p. 130).

Outras formas de comercialização dos livros, tais como livraria móvel e eventos locais e nacionais, foram citadas por 12,5% das EUs. São opções importantes para a circulação dos livros e a visibilidade da editora, pois extrapolando os muros da EU possibilitam um contato maior com o público leitor. Apenas uma editora não comercializa seus produtos editoriais, não se manifestando ou justificando esta decisão.

Bufrem (2001) ressalta que a divulgação, circulação e a comercialização dos livros pelas EUs têm sido o ponto crítico no ciclo que se inicia com a produção até chegar à utilização da obra, que por sua vez, estimula-o e fomenta-o.

Devido ao tipo de publicação produzida pelas IES (destinada a uma comunidade específica), conclui-se que não há possibilidade de competição com as editoras comerciais (que visam ao lucro) e as editoras universitárias, uma vez que nesta última, a produção editorial não é de interesse geral e não desperta o interesse das editoras comerciais.

Apesar de Waters (2006, p. 11) ressaltar que “a ideia de tentar extrair dinheiro das editoras universitárias - as mais pobres de todas as editoras – é o mesmo que esperar que os ratos da igreja contribuam para a conservação do local”, muitas editoras buscam sua sustentabilidade na comercialização de seus produtos.

Contudo, isso não significa que o objetivo das EUs deva centrar-se na comercialização e, conseqüentemente, na obtenção de lucro com suas publicações, ferindo sua própria razão de ser. Elas devem preservar sua principal missão de transformar os resultados das pesquisas acadêmicas em produtos editoriais de qualidade e, conseqüentemente, disseminar o conhecimento científico, possibilitando que estes produtos cheguem às mãos dos leitores e da sociedade em geral, para que novos conhecimentos sejam produzidos.

Retornando à Tabela 25 para analisar os meios de comunicação utilizados para o marketing institucional das EUs, percebe-se que *Facebook* e *E-mail* são os canais mais utilizados, uma vez apontados por 81,25% das EUs. Site institucional e Site institucional com catálogo *on-line* foram a segunda opção apontada por 75% das EUs. *Twitter* (37,5%) e *Blog* (18,75%) apesar de aparecerem com menor frequência devem ser ressaltados, tendo em vista

suas importantes características para o atual contexto digital: instantaneidade, dinamicidade, interatividade.

Martins Filho e Rollemberg (2001, p. 229) ressaltam a interdependência destas duas variáveis para as EUs: canais de comercialização e distribuição e canais de comunicação utilizados para o marketing institucional das EUs, ao constatarem que:

Se por exemplo, a divulgação for muito boa, mas a comercialização e a distribuição forem ineficazes, todo um trabalho poderá ter sido jogado fora, já que poucas coisas são mais frustrantes para um leitor do que sair à procura de um título – depois de ler a respeito de suas qualidades em um jornal ou revista – e não encontrá-lo nas livrarias.

A citação acima, assim como os resultados apontados pela Tabela 25, nos leva a refletir sobre a importância da adoção de novas práticas de mercado e, principalmente, do uso eficaz das novas TICs como meios efetivos de comunicação, divulgação e comercialização das produções editoriais das EUs, em uma tentativa de superação das dificuldades de inserção e permanência em um novo ambiente de negócios implementados pelos formatos digitais contemporâneos.

Neste sentido, como forma de inovação editorial, cabe às EUs intensificar o uso das novas TICs para se inserir nesse ambiente digital, por meio de sites mais interativos, divulgação dos lançamentos de livros em várias mídias, além de adotar o *e-commerce* e conquistar novos clientes para além das fronteiras locais e ou regionais.

## 5.7 SERVIÇOS E EVENTOS OFERECIDOS

Visando analisar o papel das EUs como prestadora de serviços à comunidade acadêmica e o papel educacional das mesmas, a pesquisa investigou quais serviços e eventos são oferecidos, e os resultados estão demonstrados na Tabela 26.

Tabela 26 - Distribuição dos serviços e eventos oferecidos pelas editoras universitárias, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

<b>Variáveis</b>	<b>n<sup>(1)</sup></b>	<b>%</b>
<i>Serviços oferecidos pelas editoras</i>		
ISSN	7	43,75
ISBN	14	87,5
DOI	2	12,5

(continuação)

<b>Variáveis</b>	<b>n<sup>(1)</sup></b>	<b>%</b>
Curso de editoração gráfica	1	6,25
Curso de editoração eletrônica	1	6,25
Curso de normalização bibliográfica	1	6,25
Outros*	2	12,5
s/resposta	3	18,75
<b><i>Eventos oferecidos pelas editoras</i></b>		
Congressos, Simpósios, Seminários, etc.	3	18,75
Encontro com escritores	7	43,75
Projetos literários para a comunidade	1	6,25
Hora do conto para crianças e jovens	1	6,25
Outros**	7	43,75
Nenhuma alternativa	1	6,25

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Nota: <sup>(1)</sup> O n destas variáveis se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

\* Foram citados outros serviços oferecidos pelas EUs, tais como: Cursos diversos na universidade do livro, Cursos de acordo com a demanda, Projeto gráfico

\*\* Foram citados outros eventos oferecidos pelas EUs, tais como: Lançamento de livros, Feiras, Encontros de editores científicos, Festival e Lançamentos coletivos

O ISBN e o ISSN foram os serviços com maior frequência entre os serviços oferecidos pelas EUs, apresentando índices de 87,5% e 43,75%, respectivamente. São serviços essenciais tanto para as editoras quanto para os autores, no que diz respeito ao registro e controle bibliográfico dos materiais produzidos pela instituição.

Conforme análise da Tabela 26 percebe-se que as EUs se preocupam parcialmente com a profissionalização dos atores envolvidos com a cadeia produtiva do livro, uma vez que os cursos de editoração gráfica, editoração eletrônica e normalização bibliográfica, foram apontados por apenas 6,25% das EUs. Porém, 12,5% afirmaram oferecer outros cursos, tais como cursos diversos na Universidade do Livro, cursos de acordo com a demanda e projeto gráfico.

O compromisso com a educação é uma premissa das EUs e, neste sentido, é importante ressaltar a iniciativa de uma delas, ao instituir a Universidade do Livro (Unil) em 1999, com a proposta de se configurar como um braço educacional da editora, realizando cursos presenciais e a distância, palestras e encontros, promovidos por profissionais e aspirantes do setor editorial (EDITORA UNESP, [201-]).

A Unil tem por objetivo “oferecer aos profissionais e futuros profissionais das áreas editorial e livreira, assim como para bibliotecários e demais interessados, oportunidades de aperfeiçoar-se, introduzir-se ou progredir em seu campo de trabalho”. (EDITORA UNESP, [201-]).

Buscando ampliar sua atuação e propiciar oportunidades de aprendizagem àquelas pessoas que, por razões geográficas ou de outra natureza, ficam impossibilitados de participar presencialmente, a Unil oferece além dos cursos a distância, os cursos “*in company*”, em qualquer cidade e estado, seja em órgãos públicos, editoras, empresas, congressos etc., sendo essas atividades adaptadas de acordo com a necessidade de cada contratante (EDITORA UNESP, [201-]).

Em conformidade com a importância da etapa da divulgação no processo editorial, já abordado anteriormente, a Tabela 26 reforça esta questão ao constatar que 43,75% das EUs promovem encontro com escritores, sendo que este mesmo percentual é frequente em outros eventos, tais como Lançamento de livros, Feiras, Encontros de editores científicos, Festival e Lançamentos coletivos. A variável eventos científicos tais como Congressos, Simpósios, Seminários, etc. teve uma frequência de 18,75%, demonstrando que esta não é uma tendência individualizada das EUs, sendo mais uma proposta das entidades coletivas da área, conforme já abordado no capítulo 3.

## 5.8 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

As influências das novas TICs na cadeia produtiva do livro já foram abordadas anteriormente e, por isso, tornou-se importante verificar quais as tecnologias utilizadas pelas EUs, no processo de produção do livro e os resultados estão demonstrados na Tabela 27.

Os dados da Tabela 27 permitem constatar os softwares mais utilizados pelas EUs para cada etapa do processo produtivo tais como editoração, diagramação, criação, conversão de conteúdo impresso em conteúdo digital, disponibilização de conteúdo *on-line* e produção de *e-books*.

Tabela 27 - Distribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas pelas editoras universitárias no processo de produção de livros, Brasil, 2016. Uberaba, Minas Gerais, 2016

TICs <sup>1</sup>	<i>Editor.</i>		<i>Diagr.</i>		<i>Criação</i>		<i>Conver. conteúdo</i>		<i>Dispon. conteúdo on-line</i>		<i>Produção de e-books</i>	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Adobe	-	-	-	-	-	-	-	-	2	12,5	-	-
Adobe Acrobat XI Pro	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-	-	-
Adobe Cloud	1	6,25	1	6,25	1	6,25	-	-	-	-	1	6,25
Base ABNT	1	6,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Calibre	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-	-	-
Corel Draw	1	6,25	2	12,5	8	50	-	-	-	-	-	-
Corel Photo Paint X7	1	6,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dreamweaver	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-	-	-
ePub	-	-	-	-	-	-	2	12,5	1	6,25	3	18,5
Ilustrator	1	6,25	2	12,5	7	43,75	-	-	-	-	-	-
InDesign	10	62,5	10	62,5	4	25	-	-	-	-	3	18,75
Não realiza este serviço	1	6,25	-	-	1	6,25	4	25	4	25	3	18,75
Não sabe	-	-	-	-	-	-	1	6,25	2	12,5	-	-
Office	-	-	-	-	-	-	1	6,25	1	6,25	-	-
PDF	-	-	-	-	-	-	-	-	2	12,5	1	6,25
PDF XL	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-	-	-
Photoshop	1	6,25	2	12,5	6	37,5	-	-	-	-	-	-
PKP	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-
s/resposta	-	-	-	-	-	-	2	12,5	-	-	1	6,25
Serviço terceirizado	2	12,5	1	6,25	1	6,25	1	6,25	1	6,25	3	18,75
Sigil	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-	-	-
Site e-commerce	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-
TruDesign	1	6,25	1	6,25	-	-	-	-	-	-	1	6,25
Vários	-	-	-	-	1	6,25	1	6,25	1	6,25	-	-
Word 2013 - Microsoft	1	6,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wordpress	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-
XERIPH	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,25	-	-

Fonte: Elaborada pela Autora, 2016

Notas: <sup>(1)</sup> O **n** destas variáveis se refere à soma das respostas das EUs, sendo que foi possível mais de uma resposta por EU

Sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero

Para a editoração o uso do software *InDesign* foi apontado por 62,5% das EUs enquanto que Serviço terceirizado é uma opção para 12,5% das EUs. Detalhes sobre os softwares com frequência inferior podem ser visualizados na Tabela 27.

O *InDesign* possui um conjunto de ferramentas de design e layout de página, e o usuário pode trabalhar em diferentes *desktops* e dispositivos móveis para criar, comprovar e publicar o que quiser, inclusive livros e folhetos impressos, revistas digitais, aplicativos para *iPad*, *eBooks* e documentos *on-line* interativos (ADOBE SYSTEMS INCORPORATED, 2016a).

Na diagramação a opção mais frequente foi novamente o *InDesign* com 62,5%, seguidos de *Corel Draw*, *Illustrator* e *Photoshop*, todos com 12,5% de frequência.

O *Corel Draw* é utilizado para desenvolver gráficos e *layouts*, editar fotos e criar sites, possibilitando aos usuários obter resultados profissionais com rapidez e confiança (COREL CORPORATION, 2016).

*Illustrator* é o “aplicativo padrão do setor de gráficos vetoriais que permite criar logotipos, ícones, esboços, tipografia e ilustrações complexas para impressão, Web, conteúdo interativo, vídeos e dispositivos móveis”. (ADOBE SYSTEMS INCORPORATED, 2016b).

O *Photoshop* é um aplicativo de imagens e design e está sempre presente em projetos criativos. Pode ser utilizado no desktop e em dispositivos móveis para criar e aprimorar fotografias, *designs* da Web e de aplicativos para dispositivos móveis, ilustrações 3D, vídeos e muito mais. (ADOBE SYSTEMS INCORPORATED, 2016c).

Para o processo de criação as frequências foram mais significativas para os seguintes softwares: *Corel Draw* (50%), *Illustrator* (43,75%), *Photoshop* (37,5%) e *InDesign*, com 25%.

A conversão de conteúdo impresso em conteúdo digital não teve frequência muito expressiva, uma vez que 25% das EUs não realizam este serviço e 12,5% não responderam. O software *e-Pub* foi apontado por apenas 12,5% das EUs.

*E-Pub* é o formato padrão de distribuição e intercâmbio de publicações digitais e documentos baseados em *Web Standards*. Ele permite aos editores produzir e enviar um único arquivo de publicação digital através de distribuição e oferece aos consumidores a interoperabilidade entre *software/hardware* para livros digitais e outras publicações (INTERNATIONAL DIGITAL PUBLISHING FORUM, 2016. Tradução nossa).

Os softwares com os quais as EUs disponibilizam conteúdos *on-line* também não tiveram frequências significativas uma vez que 25% das EUs não realizam este serviço e

12,5% não souberam informar. *Adobe* e *PDF* aparecem ambos com 12,5% de frequência. As duas últimas opções não são respostas muito precisas um vez que *Adobe Acrobat* é um software desenvolvido pela *Adobe Systems Incorporated*, que permite a conversão de documentos de diversos formatos em um arquivo de formato *PDF (Portable Document Format)*. Desta forma, *PDF* não é um *software* e, sim, um formato de documento eletrônico que pode ser editado, assinado, compartilhado, protegido e pesquisado. Para a leitura de um documento eletrônico em *PDF* é necessário um software específico, ou seja, o *Adobe Reader* (ADOBE SYSTEMS INCORPORATED, 2016d).

A produção de *e-books* não é realizada por 18,8% das EUs e esta mesma frequência é apontada para serviço terceirizado. Os *softwares e-Pub* e *InDesign* aparecem ambos com frequência de 18,75%.

Concluindo, os dados da Tabela 27 demonstram que as EUs têm utilizado as novas TICs em algumas etapas do processo produtivo, sinalizando que as EUs estão em fase inicial de disponibilização de conteúdos digitais e *e-books*, tal como ocorre com as editoras DELTA e ÔMEGA que têm parte de seus acervos disponíveis *on-line* no Portal SciELO Livros.

O instrumento utilizado nesta pesquisa possibilitou que as EUs se manifestassem de forma livre em relação a qualquer questão relacionada aos temas. Porém, apenas 18,75% das EUs se manifestaram, complementando alguma questão abordada pelo instrumento. A Editora ALFA ponderou que necessita de um "*planejamento para crescimento com produção de e-books e conteúdos on-line*". A Editora CAPA complementou afirmando que "*a editora possui duas livrarias físicas e a virtual, [além] de um almoxarifado*". E a Editora ÉPSILON informou que "*o regimento da editora está em construção*".

Enfim, mediante esta análise é possível delinear aspectos que convergem a certas tendências de atuação em cada uma das dimensões sistematizadas: organização; administração; política; produção; linhas editoriais; comercialização e divulgação; serviços e oferecidos; tecnologia de informação e comunicação (TICs) utilizadas pelas EUs. Espera-se que este estudo sirva de subsídio para as instituições interessadas em implantar ou implementar ações tais como as aqui descritas.

## 6 CONCLUSÃO

Procurou-se mostrar, nesta pesquisa, como as editoras universitárias públicas federais e estaduais estão organizadas para atender às demandas de produção, publicação, divulgação e perpetuação do conhecimento científico. A coleta e o processamento dos dados geraram informações importantes para as respectivas análises, cujos resultados permitem apresentar conclusões para as dimensões pesquisadas.

Em relação à estrutura organizacional, constatou-se que as EUs ocupam espaços privilegiados no organograma das IES, sendo consideradas importantes no contexto da construção e disseminação do conhecimento científico. Esta tendência é bastante favorável por possibilitar agilidade e desburocratização de alguns processos da cadeia produtiva do livro. Porém, o uso do mesmo CNPJ, revelado pela maioria das EUs (56,25%), demonstra certa dependência em relação à gestão do orçamento e à comercialização dos produtos editoriais, interferindo negativamente na autonomia política e financeira das EUs.

O Conselho editorial está presente em todas as editoras pesquisadas com a função de selecionar e decidir o que será publicado. Sendo assim, torna-se fundamental manter nestes Conselhos pessoas qualificadas, de reconhecida idoneidade científica e que componham, preferencialmente, o corpo docente da instituição, uma vez que são responsáveis pela qualidade científica, editorial e gráfica das publicações científicas das IES.

Outra tendência apontada pela pesquisa e, comprovadamente negativa, é que na maioria das editoras o diretor e ou presidente atua também como presidente do Conselho editorial, acumulando funções de forma inadequada uma vez que são cargos distintos com funções e perfis específicos.

Em relação à escolha do diretor e ou presidente da EU, a tendência é a indicação pela Reitoria, conforme o regimento da IES e o tempo do mandato coincide com o mandato do Reitor. As mudanças de direção das EUs, concomitantemente com as mudanças de gestão das IES, merecem atenção. A permanência ou não de uma mesma equipe deve ser avaliada tecnicamente pelo comprometimento, produtividade, qualidade, visibilidade e sustentabilidade da EU, visando a qualidade de suas publicações e sua permanência no cenário editorial universitário e, não, unicamente por indicações e ou acomodações políticas.

O perfil dos dirigentes das EUs revela uma tendência mais acadêmica do que gerencial, sendo que a maioria atua ou atuava como professores, 87,5% são doutores, 75%

têm formação acadêmica nas áreas das Ciências humanas e sociais e 62,5% já publicaram seus próprios livros. Uma tendência bastante positiva, uma vez que a experiência com publicações possibilita a aquisição de uma visão bastante ampla da criação (literária, didáticos e técnico-científicos) e do processo produtivo. Por outro lado, a visão gerencial do diretor não deve ser descartada. É preciso estudar as condições mercadológicas, traçar metas e alcançar resultados, como por exemplo, conquistar autonomia e sustentabilidade no mercado.

A ABEU é considerada um importante canal de interação entre os atores da cadeia produtiva do livro universitário, pois possibilita a ampliação de sua representatividade, visibilidade, credibilidade e estabilidade no cenário editorial brasileiro, proporcionando aos associados, a superação conjunta dos obstáculos apresentados pelo setor.

Apesar de algumas EUs citarem a utilização de recursos próprios como opção de recurso financeiro para suas publicações, a pesquisa constatou que elas ainda são dependentes de recursos do Governo e que sua sustentabilidade e autonomia financeira ainda não estão bem definidas, tendo em vista que elas utilizam recursos da Fundação de Apoio a Pesquisa (FAP) e recursos dos PPG.

Em relação ao quadro de funcionários, existe uma variedade de cargos, demonstrando a preocupação em montar equipes multidisciplinares que favoreçam o trabalho em equipe, cuja importância se reflete nos avanços e na qualidade das atividades editoriais. A baixa frequência do profissional Bibliotecário no quadro de funcionários das EUs é entendida, em parte, pela falta de conhecimento dos dirigentes sobre a capacidade e qualificações técnicas deste profissional, e, por outra, pelo desinteresse ou falta de conhecimento dos Bibliotecários por esta área específica de atuação. Há que se considerar que este profissional possui características que o capacita a desenvolver atividades de cunho interdisciplinar, relacionada às áreas de Biblioteconomia, Administração, Editoração e Tecnologia da Informação, reiterando a percepção de que há um nicho a ser explorado por estes profissionais.

Os servidores do quadro de funcionários das EUs são variados e algumas contam com estagiários, que ao mesmo tempo é interessante, pois oportuniza aos próprios alunos o interesse pela área de publicação acadêmica, mas por outro lado há a preocupação de rotatividade. O mais indicado é que o estagiário ocupe posições que não dependam de continuidade – começam e terminam uma publicação ou criem novas formas de divulgação.

Em relação à política editorial, ficou evidente que ela não tem relação direta com os programas de pós-graduação das IES e que os PPGs não participam das decisões da editora,

apesar de serem potenciais produtores de novos conhecimentos e, conseqüentemente, de produtos editoriais.

A produção de *e-books* comerciais (37,5%) e *e-books* de acesso livre (56,25%) revelam que a inovação editorial é uma tendência que está gradativamente sendo incorporada pelas EUs. Esta é uma questão que deve ser avaliada com maior atenção por parte dos gestores, tendo em vista que não basta produzir *e-books* e disponibilizá-los no site da IES. É preciso melhorar a qualidade das publicações para vencer os critérios de seleção do Portal SciELO Livros, e fazer parte de um dos mais importantes canais de acesso, divulgação e visibilidade da produção editorial universitária da atualidade, tendo em vista que poucas EUs, têm parte de seus acervos disponíveis neste Portal.

Em relação à produção impressa, a pesquisa constatou uma significativa quantidade de novos títulos produzidos anualmente, ou seja, 43,75% das EUs publicam mais de 40 títulos por ano e a média de tiragem de cada título é de 500 exemplares para 56,25% delas. Estes valores quantitativos podem estar diretamente relacionados com o tamanho da EU, a localização geográfica, a população atendida, os recursos financeiros e tecnológicos e, principalmente, com os canais de distribuição e divulgação utilizados.

Apesar das novas TICs e seus formatos digitais contemporâneos impactarem todo o processo da cadeia produtiva das EUs, novos formatos de impressão, como por exemplo, a opção *print on demand*, que surgiu em decorrência da impressão digital, não é muito adotada. Apenas 6,25% utilizam esta inovação editorial, que permite aos editores repensarem o número de tiragem de suas publicações, diminuindo custos e evitando o acúmulo de livros nos depósitos e livrarias.

A linha editorial é pautada pelo caráter didático-pedagógico das EUs, cuja produção se distingue pelos temas, técnicas e estilos dotados de valor no seu campo de atuação. Constatou-se que 43,75% das EUs publicam assuntos de todas as áreas do conhecimento e, por outro lado, a publicação de temas regionais foi registrada por apenas 12,5%. Pode-se inferir que estes temas regionais sejam de interesse das editoras inseridas em regiões interioranas e preocupadas com a preservação e disseminação da cultura local e ou regional. Porém, este dado merece atenção uma vez que não cabe à EU publicar somente as melhores produções acadêmicas, mas, também, a produção de fora da instituição, voltada para as peculiaridades locais.

Neste sentido, é importante que os gestores estabeleçam parcerias com os escritores locais ligados às Academias de Letras e ou Associações de Escritores, Fundações Culturais, Museus, dentre outros, para viabilizar estes tipos específicos de publicações, oportunizando o surgimento de novos autores, e se firmando como uma instituição que promove a interação entre Universidade e Sociedade, e que valoriza a cultura da sociedade onde está inserida.

Outro dado relevante é a publicação de teses e dissertações pelas EUs, reforçando a ideia de que elas oportunizam a publicação da produção científica dos docentes e discentes das IES, valorizando-os e tornando-os conhecidos no mercado editorial universitário.

Os dados analisados indicam que as EUs não são as únicas responsáveis pela publicação de periódicos científicos das IES. Um resultado que merece maiores estudos, pois os periódicos demandam um esforço maior da equipe em relação à pontualidade, periodicidade regular e rigor nos prazos de submissão, avaliação pelos pares, aprovação, diagramação e publicação.

As formas de comercialização e divulgação apontadas com maior frequência pelas EUs (livrarias próprias, 87,5%; livraria virtual, 75% e outras livrarias físicas, 75%) revelam a necessidade de se investir em planejamento, em novos modelos de negócios e em novos operadores na distribuição dos livros, para fazer com que os recursos informacionais se tornem conhecidos e cheguem às mãos do público leitor.

O cenário editorial universitário sinaliza uma tendência mais comercial entre as EUs, em detrimento dos projetos estritamente culturais e sem fins lucrativos, evidenciados no início de suas atividades. Esta tendência se justifica pela necessidade de conquistar autossuficiência e sustentabilidade, exigências do atual contexto mercadológico.

É neste contexto que a atividade editorial universitária está inserida, ou seja, não é mais reconhecida unicamente pelo papel cultural exercido nas décadas anteriores. Ela se estabelece no mercado livreiro por meio do domínio das práticas relativas ao saber fazer editorial, ampliando consideravelmente o seu campo de atuação.

Os meios de comunicação eletrônica para promover o marketing institucional das EUs, tais como o *facebook* e o *e-mail*, site institucional e site institucional com catálogo *on line*, indicam que as EUs estão acompanhando a evolução dos meios de comunicação da era digital em que toda a sociedade está inserida, caracterizados pela instantaneidade, dinamicidade e interatividade.

Outra questão investigada, relacionada com a função educacional das EUs, foi a oferta de serviços e eventos científicos na área editorial. É preciso que os gestores entendam melhor esta função, pois os dados indicam a necessidade de maior integração entre as EUs e ABEU, para planejamento e investimentos em tecnologia educacional para a promoção de cursos, seminários e outros mecanismos que atendam aos interesses dos atores da cadeia produtiva do livro universitário, ou seja, que sejam ofertados cursos *in loco* ou a distância ou ainda sob demanda, tendo como prioridade, a profissionalização dos envolvidos e a melhoria da qualidade editorial e gráfica das publicações, além de favorecer o intercâmbio de experiências. Esta é uma questão relevante, pois reporta a um dos pilares do ensino superior, ou seja, à extensão universitária.

Outro desafio a ser superado refere-se ao fato das EUs não publicarem Anais de eventos os quais elas realizam coletivamente. É fundamental que elas publiquem o resultado dos eventos científicos e cursos da área, na forma de Anais, e incentivem a produção e publicação de outros recursos informacionais sobre o tema editoração universitária, para subsidiar novas pesquisas, pois os acervos das bibliotecas e ambientes virtuais (bases de dados, bibliotecas digitais) são carentes de tais publicações.

Ao analisar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) utilizadas pelas EUs, percebeu-se uma variedade de opções de softwares que garantem um fluxo de trabalho mais dinâmico, eficiente e de qualidade em todas as etapas do processo produtivo. Porém, no que se refere à disponibilização de conteúdos *on line* e na produção de *ebooks*, é necessária uma intervenção no sentido de fortalecer esta iniciativa, para que as EUs atendam às demandas mercadológicas por novos formatos e novas possibilidades de acesso rápido e dinâmico à informação e ao conhecimento.

Este estudo possibilitou conhecer diversas tendências da atividade editorial universitária, relacionadas à estrutura organizacional; equipe administrativa; política editorial; processo produtivo; linhas editoriais; comercialização e divulgação; serviços e eventos oferecidos; tecnologia de informação e comunicação (TICs) utilizadas pelas EUs.

Durante o percurso, algumas dificuldades foram enfrentadas, com destaque para a necessidade de vários contatos telefônicos e eletrônicos para sensibilizar os dirigentes das EUs sobre a importância de sua participação na pesquisa e sobre o prazo para devolução do questionário. Foi uma etapa desgastante, porém, necessária para que se obtivesse o retorno de um número estatisticamente significativo de participantes para a análise dos dados.

Conclui-se que a relevância científica e social desta pesquisa para a área da Ciência da Informação, ficou evidenciada pelo reconhecimento das inovações editoriais proporcionadas pelas novas TICs no processo produtivo das EUs e, ainda, por disponibilizar informações, por meio das quais será possível observar, fazer comparações e adaptações para implementar novas editoras, baseadas na experiência das EUs já inseridas no mercado editorial universitário brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ADOBE SYSTEMS INCORPORATED. **Adobe InDesign CC**. California, 2016a. Disponível em: <<http://www.adobe.com/br/products/indesign.html#>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

ADOBE SYSTEMS INCORPORATED. **Adobe Illustrator CC**. California, 2016b. Disponível em: <<https://www.adobe.com/br/products/illustrator.html?promoid=KLXLT>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

ADOBE SYSTEMS INCORPORATED. **Adobe Photoshop CC**. California, 2016c. Disponível em: <<https://www.adobe.com/br/products/photoshop.html?promoid=KLXLS>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

ADOBE SYSTEMS INCORPORATED. **Adobe Acrobat DC**. California, 2016d. Disponível em: <<https://acrobat.adobe.com/br/pt/acrobat.html?promoid=KSBOO>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. Apresenta informações institucionais e dos associados, serviços e consulta ao catálogo das editoras. Desenvolvido por Isthmus Sistemas de Comércio Virtual. São Paulo, [2015-2016]. Disponível em: <<http://www.abeu.org.br/farol/abeu/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. **Estatuto social da Associação Brasileira das Editoras Universitárias**: registrado no 6º Oficial R.T.D. da cidade de São Paulo, sob nº 0103191, em 27/10/2005. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.abeu.org.br/farol/abeu/sobre/estatuto/20/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. Grupo de Trabalho ABEU Técnico. **Programa Interuniversitário para Distribuição de livro (PIDL)**. São Paulo, 2008. Não paginado.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. de. Ética na pesquisa qualitativa: reflexões sobre privacidade, anonimato e confidencialidade. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 237-249.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BORGES, J. L. Prefacio a un diccionario. In: PONTÓN, Gonzalo et al. **Diccionario enciclopedico**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1986,

BRAGANÇA, A. Sobre o editor: notas para sua história. **Em questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/119/77> >. Acesso em: 29 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 67/2003, de 11 de março de 2003**. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **E-Mec: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Quem está obrigado a se inscrever no CNPJ**. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/quem-esta-obrigado-a-se-inscrever-no-cnpj>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 112, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=59&data=13/06/2013>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm)>. Acesso em: 19 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 23 jun 2016.

BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática**. São Paulo: EDUSP, 2001.

BUFREM, L. S. Práticas editoriais e o ensino superior do Brasil: 20 anos da ABEU. **Verbo: Revista da ABEU**, São Paulo, n. 4, p. 18-30, ago. 2008.

BUFREM, L. S. Política editorial universitária: por uma crítica à prática. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 23-26, jan./abr. 2009.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, ideias malditas**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, ideias malditas**. São Paulo: Ateliê, 2002. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=0oGZoZ-tl44C&pg=PA100&dq=livros+perigosos+ideias+malditas&sig=ACfU3U0vYrE\\_JOekR0OsKlj22aN-h1DOAQ#PPA127,M1](http://books.google.com.br/books?id=0oGZoZ-tl44C&pg=PA100&dq=livros+perigosos+ideias+malditas&sig=ACfU3U0vYrE_JOekR0OsKlj22aN-h1DOAQ#PPA127,M1)>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil juvenil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **História e missão**. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **Plano nacional de pós-graduação: 1986-1989: III PNPG**. Brasília, [1985]. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **Plano nacional de pós-graduação: 2005-2010**. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG\\_2005\\_2010.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **Plano nacional de pós-graduação: 2011-2020. v. 1**. Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **Plano nacional de pós-graduação: 2011-2020. v. 2**. Brasília, 2010b. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG\\_Miolo\\_V2.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas**: distribuição de programas de pós-graduação no Brasil. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2//>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

COREL CORPORATION. **Corel Draw**. Ottawa, 2016. Disponível em: <[http://www.coreldraw.com/br/product/software-de-design-grafico/?hptrack=br2bb1&\\_ga=1.265714633.739424192.1468949979](http://www.coreldraw.com/br/product/software-de-design-grafico/?hptrack=br2bb1&_ga=1.265714633.739424192.1468949979)>. Acesso em: 19 jul. 2016.

CRISE e reforma do sistema universitário: debate com Maria Hermínia Tavares e Almeida (mediadora), Antonio Carlos Ronca, Eunice Durham,. Luiz Antônio Cunha e Maria Cristina de Moraes **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 46, 1996. Disponível em: <[http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/80/20080626\\_crise\\_e\\_reforma.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/80/20080626_crise_e_reforma.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2016.

DIAS, V. Censura e bibliotecas. **Webartigos.com**. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/4042/1/censura-e-bibliotecas/pagina1.html>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. **Copidescagem**. [S.l.]: Instituto Houaiss da Língua Portuguesa, 2009. 1 CD Rom.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil, nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

DOURADO, S. M. **Identificando a inovação editorial na cadeia produtiva do livro universitário brasileiro**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) -- Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia. 2012

EDITORA UNESP. **Quem somos**. São Paulo, [201-]. Disponível em: <<http://editoraunesp.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

FERNANDES, F. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba, PR: Positivo, 2004.

FERREIRA, L. F. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: análises de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira, 1980.

FIQUEIREDO, E. S. A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 7, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/C-reforma.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html)>. Acesso em: 14 fev. 2016.

FRANCHETTI, P. Razão de ser das editoras universitárias. **Consciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 103, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=40&id=486>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

FRANCHETTI, P. No topo da edição universitária. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 05 nov./11 nov.2012, v. 2012, n. 545, Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/545/no-topo-da-edicao-universitaria>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

FURNIVAL, A. C.; HUBBARD, B. Acesso aberto às publicações científicas: vantagens, políticas e advocacy. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2011. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/incid/article/view/42358/46029](http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42358/46029)>. Acesso em: 06 set. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GHIRALDELLI Jr., P. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUEDES, M. do C.; PEREIRA, M. E. M. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 78-84, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9804.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

HADDAD, F. Missão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Portal de Domínio Público**. [2004]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/Missao/Missao.jsp>>. Acesso em: 18 maio 2016.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

INTERNATIONAL DIGITAL PUBLISHING FORUM. **EPUB**. Seattle, WA, 2016. Disponível em: <<http://idpf.org/epub>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Centro Brasileiro do ISSN. **Repositórios digitais**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais/sobre-repositorios-digitais>>. Acesso em: 06 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Brasília, [201-]. Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 06 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

**Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD):** registros de acesso por instituição. Brasília, [2016]. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/vufind/Statistics/Clicks/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 4. ed. São Paulo, 2016.

Disponível em: <

[http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2016.

LEITÃO, B. J. M.; LIMBERTO, A. Censura às bibliotecas e controle da informação pela ação de regimes totalitários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO, 24., Brasília, 1997. **Anais ...** Brasília, DF: FEBAB, 2007. 1 CD-ROM

LINDOSO, F. Prefácio. In: ZAID, G. Livros demais!: sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004. p. 9-12.

LINDOSO, F. Impressão digital, impressão sob demanda: perspectivas e impasses. In: PUBLISHNEWS. 17 jul. 2012. São Paulo: Carrenho Editorial, 2016. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/materias/2012/07/17/69412-impressao-digital-impressao-sob-demanda-perspectivas-e-impasses>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

LUCCISANO, A.; COP, N.; PACKER, A. SciELO Livros. In: PACKER, A. L., et al. (Org). **SciELO – 15 anos de acesso aberto:** um estudo analítico sobre acesso aberto e comunicação científica. Paris: UNESCO, 2014. p. 151-170. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7476/9789237012376>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MARCHIORI, P. Z. et al. Fatores motivacionais da comunidade científica para publicação e divulgação da sua produção em revistas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.snbu2006.ufba.br/soac/viewabstract.php>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, F. Os limites do índice-h. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 207, maio 2013. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/05/14/os-limites-do-indice-h/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

MARQUES NETO, J. C. (Coord.). **Editoras universitárias brasileiras:** estudo exploratório. [S.l.]: IESAL/UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001398/139899por.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

MARQUES NETO, J. C. A Editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.4, n. 7, p. 167-172, 2000.

MARTINS, W. A **Palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS FILHO, P. Como os livros são financiados. **ComCiência**, Campinas, n. 103, 2008 . Disponível em:  
<[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542008000600008&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000600008&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 18 maio 2016.

MARTINS FILHO, P.; ROLLEMBERG, M. **EDUSP**: um projeto editorial. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília (DF): Briquet de Lemos Livros, 1999. 268 p.

MESQUITA, A. G. G. Editoras universitárias da Amazônia na era digital. **Verbo: Revista da ABEU**, São Paulo, p. 34-36, set. 2013.

MESQUITA, V. **Sobre livros**: aspectos da editoração acadêmica. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

MIGUEL, S. **Variações sobre o livro**. São Carlos: EDUFSCar, 1998.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. 107 p.

MORESCHI, B. Unir ou morrer: conheça o programa da ABEU que tenta reunir as editoras universitárias na hora das vendas. **Verbo: Revista da ABEU**, São Paulo, p. 16-17, mar. 2006. Disponível em:  
<[https://arquivosbrasil.blob.core.windows.net/insulas/anexos/revistaverbo2006\\_3-38446.pdf](https://arquivosbrasil.blob.core.windows.net/insulas/anexos/revistaverbo2006_3-38446.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

NERY, R. M. **Informações sobre as Reuniões Anuais da ABEU** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <soniamaria@biblioteca.uftm.edu.br> em 18 maio. 2016.

NEVES, C. E. B. Ciência e tecnologia no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Coord.). **A educação superior no Brasil**. Brasília, DF: CAPES, 2002. p. 205-248.

OLIVE, A. C. História da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Coord.). **A educação superior no Brasil**. Brasília, DF: CAPES, 2002. p. 31-42.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma educacional**: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO. Apresenta informações sobre a missão, política do acervo, estatísticas e como colaborar. Brasília, DF: MEC, [200-]. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>. Acesso em: 06 set. 2016.

RAO, S. S. Electronic books: a review and evaluation. **Library Hi Tech**, Ann Arbor, Mich., US, v. 21, n. 1, p. 85-93, 2003.

RICCI, R. Estratégia educacional brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2008. Opinião. Tendências/Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0901200808.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. , rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

ROCHA, M. A. **A contribuição à educação para além da publicação de textos**: perspectiva histórica do trabalho da editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Educação e Comunicação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

RODRIGUES, M. A. de S. et al . From print to screen: changes and challenges facing the Brazilian publishing industry. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 491-505, Sept. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-21072014000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072014000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ROSA, F. et al. A presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 152-164, jul./dez. 2013. Ed. esp. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69307>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ROSINHA, R. C. Política editorial: aspectos a considerar. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 249-258, jul./dez. 1989. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001754/8389baf5a5df2daafba3474e9bd66d59>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

SAMPAIO, A. J. Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: UFPR, 1991.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. São Paulo: FAPESP; CNPq; BIREME; FapUnifesp, [201-]. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. **SciELO Livros**: o que é e como participar. São Paulo: ABEU; SCIELO, 2015. Disponível em: <<http://books.scielo.org/guia-scielo-livros/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. **Crerios SciELO Livros**: critérios, políticas e procedimentos para a operação das coleções de livros eletrônicos. São Paulo: FAPESP; CNPq; BIREME; FapUnifesp, 2014. Disponível em: <<http://books.scielo.org/criterios-scielo>>.

livros-criterios-politicas-e-procedimentos-para-a-operacao-das-colecoes-de-livros-eletronicos/>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SciELO Books. **Dados estatísticos do SCIELO LIVROS** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <soniamaria@biblioteca.uftm.edu.br> em 21 jun. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA-SBPC. **História**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/site/a-sbpc/historico/index.php>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006, Fortaleza-CE. **Anais ...**, Fortaleza: ABEPRO, 2006. p. 1-9. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006\\_TR540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2015.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Reforma universitária e mudança no ensino superior brasileiro**. Brasília, DF: IES, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139968por.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Pós-Graduação. **QUALIS/CAPES - Classificação de Periódicos, Anais, Jornais e Revistas**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cds.unb.br/cds/portal2/index.php/pt/pos-graduacao/85-pos-graduacao/106-qualiscapes-classificacao-de-periodicos-anais-jornais-e-revistas>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manual do calouro**: a trajetória da USP. São Paulo, [2016]. Disponível em: <<http://www.scs.usp.br/manualdocalouro/?p=583>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Editora universitária UFPE**: histórico. Recife, 2009. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/edufpe/index.php?option=com\\_content&view=article&id=80&Itemid=145](https://www.ufpe.br/edufpe/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=145)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Conselho Universitário. **Resolução nº 12**, de 13 de maio de 2016. Institui a Editora da UFTM. Uberaba, 13 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica. Anexo II: Docentes/Tema/Vagas do Programa/2014. In: \_\_\_\_\_. **Edital nº 19/2014/NUPE/UFTM, de 08 agosto de 2014**. Uberaba, 2014. Disponível em: <[http://www.uftm.edu.br/upload/seletivo/Anexo\\_II\\_2014.pdf](http://www.uftm.edu.br/upload/seletivo/Anexo_II_2014.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2007.

WARE, M. Institutional repositories and scholarly publishing. **Learned Publishing**, v. 17, n. 2, p. 115-124, 2004. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1087/095315104322958490/epdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. Trad. Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: UNESP, 2006.

ZAID, G. **Livros demais!**: sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004.

**APÊNDICE A - Questionário sobre a estrutura e funcionamento das editoras  
universitárias públicas federais e estaduais brasileiras**

O presente questionário faz parte de uma pesquisa da Dissertação de Mestrado de Sônia Maria Rezende Paolinelli, tendo como orientador o Prof. Dr. Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo, e como coorientadora a Profa. Dra. Beatriz Gaydeczka, do curso de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Este instrumento de coleta de dados tem o objetivo de analisar a inovação tecnológica e a atuação das editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira, para subsidiar a implantação ou implementação de novas editoras. Para tanto, solicitamos sua colaboração no sentido de responder o questionário abaixo, o mais breve possível, atentando para o prazo máximo de 10 (dez) dias.

**Título do Projeto:** Atuação das editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira

**1 Identificação:**

- 1.1 Nome Fantasia: \_\_\_\_\_  
 1.2 Nome do diretor ou presidente da Editora: \_\_\_\_\_  
 1.3 Nome do responsável pelas informações: \_\_\_\_\_

**2 Estrutura organizacional da Editora**

2.1 Situação na universidade:

- Fundação  
 Sociedade  
 Departamento  
 Órgão suplementar  
 Diretoria  
 Divisão  
 Setor  
 Outras: Qual \_\_\_\_\_

2.2 Vínculo hierárquico da Editora com a Universidade:

- Reitoria  
 Pró-Reitoria  
 Outros

2.3 A Editora surgiu com a criação da universidade? (*Caso a resposta seja sim, passe para a pergunta 2.5. Se a resposta for Não, responda à pergunta 2.4*)

- Sim  
 Não

2.4 Qual órgão era responsável pela produção dos recursos informacionais da Universidade?

- Imprensa universitária  
 Gráfica universitária

Serviço terceirizado

2.4.1 Caso a editora tenha iniciado suas atividades como imprensa ou gráfica universitária, por quanto tempo isso ocorreu até se transformar em editora universitária?

---

2.5 O CNPJ da Editora é o mesmo da Universidade?

Sim

Não

2.6 Possui Conselho/Comissão Editorial?

Sim

Não

2.6.1 Quantos membros tem este Conselho? \_\_\_\_\_

2.7 Possui Conselho Deliberativo:

Sim

Não

2.7.1 Quantos membros tem este Conselho? \_\_\_\_\_

2.8 O Diretor/Presidente da editora é o presidente do Conselho Editorial:

Sim

Não

2.9 De quem é a decisão editorial?

Diretor/Presidente da Editora

Conselho/Comissão Editorial

Conselho Deliberativo

2.10 O Diretor/Presidente da editora é indicado pelo Reitor da IES?

Sim

Não

2.10.1 Em caso positivo, o tempo do mandato do Diretor é definido de acordo com o tempo do mandato do Reitor?

Sim

Não

2.10.2 Qual era a atuação anterior do atual Editor/Diretor:

Professor

Técnico administrativo

2.11 Qual o tempo de afiliação na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU)

Desde a fundação da ABEU (1988)

- Entre 01 e 05 anos
- Entre 06 a 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Não afiliada – (*Passe para a pergunta 2.13*)

2.12 Aponte três aspectos positivos desta afiliação para a Editora:

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_

2.13 Quais documentos estão disponíveis para consulta na Internet? (*Se for o caso, assinale mais de uma opção*)

- Regimento Interno
- Organograma
- Política editorial
- Manual de editoração
- Nenhuma das respostas
- Outros. Quais: \_\_\_\_\_

2.13.1 Caso não estejam disponíveis na Internet, você concorda em enviá-los para o e-mail da pesquisadora? (*soniamaria@biblioteca.uftm.edu.br*)

- Sim
- Não

2.14 Origem dos recursos anuais para publicação: (*Se for o caso, assinale mais de uma opção*)

- Apoios externos
- Recursos próprios
- Programas de Pós-Graduação
- Do próprio autor
- Fundação de Apoio à Pesquisa
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

### **3 Equipe administrativa da Editora**

3.1 Cargos existentes na Editora (*Assinale mais de uma opção*)

- Diretor/Presidente
- Editor
- Revisor
- Designer gráfico
- Bibliotecário
- Secretária executiva
- Assessor de imprensa
- Contador

- Responsável pelas vendas
- Responsável pelo estoque
- Setor de produção
- Serviços gerais
- Outros, Quais? \_\_\_\_\_

3.2 Formas de seleção dos funcionários que atuam na Editora: *(Se for o caso, assinale mais de uma opção)*

- Pertencem ao quadro da Universidade
- Estagiários
- Terceirizados
- Contratos temporários
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

3.3 Total de funcionários da Editora: \_\_\_\_\_

#### **4 Política editorial**

4.1 Faz parte da política editorial uma relação com os programas de pós-graduação?

- Sim
- Não

4.1.1 Em caso positivo, de que forma os programas de pós-graduação participam das decisões da Editora?

\_\_\_\_\_

4.2 Realiza coedições?

- Sim
- Não

4.3 Publica *e-books* comerciais?

- Sim
- Não

4.4 Publica *e-books* de acesso aberto?

- Sim
- Não

4.5 Publica traduções?

- Sim
- Não

4.6 Publica adaptações?

- Sim
- Não

## 5 Processo produtivo

5.1 Títulos publicados por ano:

- Menos de 10 títulos
- Entre 10 e 20 títulos
- Entre 20 e 30 títulos
- Entre 30 e 40 títulos
- Mais de 40 títulos

5.2 Média de tiragem de cada título, em primeira edição:

- Menor que 500 exemplares
- Entre 600-1000 exemplares
- Mais que 1000 exemplares

5.2.1 A Editora oferece a opção “print on demand” (impressão sob demanda)?

- Sim
- Não

5.3 A Editora possui gráfica própria? *(Se a resposta for sim, pule para pergunta 6.1. Se a resposta for não, responda à pergunta 5.3.1)*

- Sim
- Não

5.3.1 Como os serviços gráficos são realizados? *(Se for o caso, assinale mais de uma opção)*

- Gráfica da Universidade
- Serviço terceirizado
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

## 6 Linhas editoriais da Editora

6.1 Assuntos publicados: *(Se for o caso, assinale mais de uma opção)*

- Todos os assuntos
- Ciências exatas e da terra
- Ciências agrárias
- Ciências humanas
- Ciências biológicas
- Ciências sociais e aplicadas
- Ciências da saúde
- Linguística, Letras e Artes
- Temas regionais
- Engenharias
- Outros. Quais: \_\_\_\_\_

6.2 Tipos de publicações: *(Se for o caso, assinale mais de uma opção)*

- Manuais, guias, cartilhas
- Livros didáticos para o ensino superior
- Livros técnicos científicos
- Relatórios de pesquisa
- Teses e dissertações
- TCC
- Periódicos científicos

6.3 A Editora é a única responsável pela publicação dos periódicos científicos da Universidade?

- Sim  
 Não

6.3.1 Em caso negativo, quem publica os periódicos científicos da Universidade?

- A coordenação do curso ao qual a revista é vinculada  
 A própria revista  
 Outros. Qual? \_\_\_\_\_

## 7 Comercialização e divulgação

7.1 Quais os canais de comercialização e distribuição de livros adotados pela Editora?

*(Se for o caso, assinale mais de uma opção)*

- Livraria física (própria)  
 Livraria virtual (própria)  
 Outras livrarias (físicas)  
 Distribuidores  
 E-commerce  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_

7.2 Canais de comunicação utilizados para o marketing institucional da Editora: *(Se for o caso, assinale mais de uma opção)*

- Site institucional  
 Site institucional, com catálogo *on-line*  
 *Facebook*  
 *Twitter*  
 *Blog*  
 *Outdoor*  
 Boletim informativo  
 Jornal próprio  
 Jornal de grande circulação  
 TV  
 Emissora de rádio  
 *E-mail*  
 Celular  
 Outros. Quais: \_\_\_\_\_

8 Serviços oferecidos pela Editora: *(Se for o caso, assinale mais de uma opção)*

- Solicitação de ISSN  
 Solicitação de ISBN  
 Solicitação de DOI  
 Cursos de editoração gráfica  
 Cursos de editoração eletrônica  
 Cursos de normalização bibliográfica  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_

**9 Eventos oferecidos pela Editora: (Se for o caso, assinale mais de uma opção)**

- Congressos, Simpósios, Seminários etc.
- Encontro com escritores
- Oficinas literárias
- Projetos literários para a comunidade
- Hora do conto para crianças e jovens
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

**10 Tecnologias de informação e comunicação (TICs):**

10.1 Quais softwar(es) são utilizados para: *(Por favor, descreva nome, versão e autoria)*

10.1.1 Editoração: \_\_\_\_\_

10.1.2 Diagramação: \_\_\_\_\_

10.1.3 Criação (para gráficos e designers): \_\_\_\_\_

10.1.4 Conversão de conteúdo impresso em conteúdo eletrônico: \_\_\_\_\_

10.1.5 Disponibilização de conteúdo on-line: \_\_\_\_\_

10.1.6 Produção de *e-books*: \_\_\_\_\_

**11 Fique à vontade para fazer quaisquer comentários em relação aos itens deste questionário ou a qualquer questão relacionada com o tema:**

Agradecemos sua participação. Sua colaboração será relevante para esta pesquisa!

Nota: Para constar nesta dissertação, este documento sofreu alterações no título, que anteriormente era “Subsídios para elaboração de uma proposta de implementação da editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro”.

**APÊNDICE B – Editoras cadastradas na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU)**

	<b>Editora</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Data de Criação</b>
1	Argos Editora da Unochapecó	ARGOS	SC	Comunitária	Não pesq.
2	BIBLIEX - Biblioteca do Exército	BIBLIEX	RJ	Não Univer.	Não pesq.
3	Edições Casa Rui Barbosa	FCRB	RJ	Não Univer.	Não pesq.
4	Edições UESB	UESB	BA	Estadual	1999
5	Editora Arte e Ciência	ARTE E CIENCIA	SP	Não Univer.	Não pesq.
6	Editora Champagnat	PUCPR	PR	Particular	Não pesq.
7	Editora da Fundação Instituto de Ensino para Osasco	EDIFIEO	SP	Particular	Não pesq.
8	Editora da FURG	EDITFURG	RS	Federal	1983
9	Editora da Pontifícia da Univ. Católica Do Rio de Janeiro	PUCRIO	RJ	Particular	Não pesq.
10	Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	EDIPUCRS	RS	Particular	Não pesq.
11	Editora da PUC Goiás	PUC Goias	GO	Particular	Não pesq.
12	Editora da Puc SP	EDUC	SP	Particular	Não pesq.
13	Editora da ULBRA	ED. ULBRA	RS	Particular	Não pesq.
14	Editora da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	Estadual	1982
15	Editora da Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	ED. UNIJUI	RS	Particular	Não pesq.
16	Editora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	EdiUNIARP	SC	Particular	Não pesq.
17	Editora da Universidade Católica de Pelotas	EDUCAT	RS	Particular	Não pesq.
18	Editora da Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	Comunitária	Não pesq.
19	Editora da Universidade de Caxias do Sul	EDUCS	RS	Particular	Não pesq.
20	Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul	EDUNISC	RS	Comunitária	Não pesq.
21	Editora da Universidade do Estado da Bahia	EdUNEB	BA	Estadual	2006
22	Editora da Universidade do Estado do Pará	EDUEPA	PA	Estadual	1998
23	Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	EDUERJ	RJ	Estadual	1994

24	Editora da Universidade do Vale do Acaraú	UVA	CE	Estadual	1996
25	Editora da Universidade do Vale do Itajaí	ED. UNIVALI	SC	Particular	Não pesq.
26	Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	EDUNISINOS	RS	Particular	Não pesq.
27	Editora da Universidade Estadual da Paraíba	EDUEPB	PB	Estadual	1998
28	Editora da Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	Estadual	2009
29	Editora da Universidade Estadual de Londrina	EDUEL	PR	Estadual	1994
30	Editora da Universidade Estadual de Maringá	EDUEM	PR	Estadual	2006
31	Editora da Universidade Estadual de Montes Claros	ED. UNIMONTES	MG	Estadual	1999
32	Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa	EDUEPG	PR	Estadual	1997
33	Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz	EDITUS	BA	Estadual	1996
34	Editora da Universidade Estadual do Ceará	EdUECE	CE	Estadual	1980
35	Editora da Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	PR	Estadual	1997
36	Editora da Universidade Estadual do Maranhão	EDUEMA	MA	Estadual	2006
37	Editora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	ED. UEMS	MS	Estadual	2003
38	Editora da Universidade Federal da Bahia	EDUFBA	BA	Federal	1972
39	Editora da Universidade Federal da Grande Dourados	EDUFGD	MS	Federal	2006
40	Editora da Universidade Federal da Paraíba	EDUFPB	PB	Federal	1998
41	Editora da Universidade Federal de Alagoas	EDUFAL	AL	Federal	1983
42	Editora da Universidade Federal de Campina Grande	EDUF CG	PB	Federal	2005
43	Editora da Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	Federal	1998
44	Editora da Universidade Federal de Mato Grosso	EDUFMT	MT	Federal	1993
45	Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	ED. UFMS	MS	Federal	1993
46	Editora da Universidade Federal de Pelotas	ED. UFPEL	RS	Federal	1980
47	Editora da Universidade Federal de Pernambuco	EDUFPE	PE	Federal	1955
48	Editora da Universidade Federal de Roraima	EDUFRR	RR	Federal	2002
49	Editora da Universidade Federal de Santa Catarina	EDUFSC	SC	Federal	1980
50	Editora da Universidade Federal de Santa Maria	ED. UFSM	RS	Federal	1981

51	Editora da Universidade Federal de São Carlos	EdUFSCar	SP	Federal	1986
52	Editora da Universidade Federal de Viçosa	ED. UFV	MG	Federal	1996
53	Editora da Universidade Federal do Acre	Edufac	AC	Federal	2003
54	Editora da Universidade Federal do Amazonas	EDUA	AM	Federal	1991
55	Editora da Universidade Federal do Ceará	ED. UFC	CE	Federal	1980
56	Editora da Universidade Federal do Espírito Santo	EDUFES	ES	Federal	1995
57	Editora da Universidade Federal do Maranhão	EDUFMA	MA	Federal	1988
58	Editora da Universidade Federal do Pará	EDUFPA	PA	Federal	1962
59	Editora da Universidade Federal do Paraná	ED. UFPR	PR	Federal	1987
60	Editora da Universidade Federal do Piauí	EDUFPI	PI	Federal	1993
61	Editora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	EDUFRB	BA	Federal	2010
62	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	EDUFRN	RN	Federal	1962
63	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	EDUFRGS	RS	Federal	1971
64	Editora da Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	Federal	2000
65	Editora da Universidade Federal Fluminense	EDUFF	RJ	Federal	1985
66	Editora da Universidade Federal Rural da Amazônia	EDUFRA	PA	Federal	1971
67	Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	EDUR	RJ	Federal	2006
68	Editora da Universidade Regional de Blumenau	EDIFURB	SC	Municipal	1986
69	Editora Diário Oficial - Serviços Gráficos de Sergipe	ED. DIÁRIO OFICIAL	SE	Não Univer.	Não pesq.
70	Editora e Gráfica Universitária-Univ. do Oeste do Paraná	EDUNIOESTE	PR	Estadual	1997
71	Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia	EDUFU	MG	Federal	1981
72	Editora Fap-Unifesp	UNIFESP	SP	Federal	2008
73	Editora Fiocruz	ED. FIOCRUZ	RJ	Não Univer.	Não pesq.
74	Editora IBPEX	ED. IBPEX	PR	Não Univer.	Não pesq.
75	Editora IFS - Inst. Fed.de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe	EDIFS	SE	IFES	Não pesq.
76	Editora IMED - Complexo de Ensino Superior Meridional	IMED	RS	Particular	Não pesq.

77	Editora LetrasLivres	ED. LL	DF	Não Univer.	Não pesq.
78	Editora Mackenzie	ED. MACKENZIE	SP	Particular	Não pesq.
79	Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco	FUNDAJ	PE	Não Univer.	Não pesq.
80	Editora Metodista	ED. METODISTA	SP	Particular	Não pesq.
81	Editora PUC Minas	PUCMINAS	MG	Particular	Não pesq.
82	Editora UCDB	UCDB	MS	Particular	Não pesq.
83	Editora UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	Estadual	1965
84	Editora UFJF	EdUFJF	MG	Federal	1986
85	Editora UNEAL	EDUNEAL	AL	Estadual	2012
86	Editora UNESC	EDIUNESC	SC	Particular	Não pesq.
87	Editora UNESP - Fundação Editora da UNESP	ED. UNESP	SP	Estadual	1987
88	Editora Unifacs	ED. UNIFACS	BA	Particular	Não pesq.
89	Editora Unilasalle	UNILASALLE	RS	Particular	Não pesq.
90	Editora UNIMEP	ED. UNIMEP	SP	Particular	Não pesq.
91	Editora UniRitter	UNIRITTER	RS	Particular	Não pesq.
92	Editora UNISUAM - Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta	UNISUAM	RJ	Particular	Não pesq.
93	Editora Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina	ED. UNISUL	SC	Municipal	Não pesq.
94	Editora Universidade de Brasília	ED. UNB	DF	Federal	1961
95	Editora Universidade de Pernambuco	EDUPE	PE	Particular	Não pesq.
96	Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro	ED. UFRJ	RJ	Federal	1986
97	Editora Universidade Potiguar	EDUnP	RN	Particular	Não pesq.
8	Editora Universidade São Judas Tadeu	EUSJT	SP	Particular	Não pesq.
99	Editora Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco	EdUFRPE	PE	Federal	1956
100	Editora Universitária Leopoldianum	EDUL	SP	Particular	Não pesq.
101	Editora Universitária Metodista IPA	METODISTA IPA	RS	Particular	Não pesq.
102	Editora Universitária Tiradentes	EDUNIT	SE	Particular	Não pesq.
103	Editora URI - FW - Fundação Regional Integrada	URI - FW	RS	Comunitária	Não pesq.

104	Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	Federal	2002
105	Embrapa Informação Tecnológica	EMBRAPA	DF	Não Univer.	Não pesq.
106	Faculdade de Educação - UNICAMP	FE-UNICAMP	SP	Estadual	1995
107	FGV Editora - Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	Não Univer.	Não pesq.
108	Fundação Demócrito Rocha - Edições Demócrito Rocha	FDR	CE	Particular	Não pesq.
109	IFRN Editora	IFRN	RN	IFES	Não pesq.
110	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	IMESP	SP	Não Univer.	Não pesq.
111	Instituto Agrônômico do Paraná	IAPAR	PR	Não Univer.	Não pesq.
112	Instituto Piaget	INSTITUTO PIAGET	SP	Particular	Não pesq.
113	Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	Não Univer.	Não pesq.
114	UEA Edições - Universidade do estado do Amazonas	UEA	AM	Estadual	2010
115	UEFS Editora	UEFS Editora	BA	Estadual	2002
116	Unaspres - Imprensa Universitária Adventista	UNASP	SP	Particular	Não pesq.
117	UNOPAR Editora - União Norte do Paraná de Ensino	UNOPAR	PR	Particular	Não pesq.
118	UPF Editora - Fundação Universidade de Passo Fundo	UPF EDITORA	RS	Particular	Não pesq.

Fonte: Adaptado de ABEU, [200?].

Nota: Os 45 (quarenta e cinco) itens destacados são as editoras universitárias públicas federais e estaduais com data de criação até 1999, associadas à ABEU, escolhidas como participantes dessa pesquisa pelo método de amostragem por tipicidade ou intencional, sendo que as editoras da UFMG e USP, apesar de não serem afiliadas na ABEU, foram consideradas pela sua relevância Institucional, totalizando 47 (quarenta e sete) editoras.

**APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Maiores de Idade****ATUAÇÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa sobre a atuação das editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira, Uberaba (MG), por ter sido selecionado (a) mediante amostragem intencional, na categoria de editora universitária pública, com data de criação até 1999. Os avanços na área do mercado editorial universitário brasileiro têm sido consideráveis e, como a UFTM ainda não conta com uma editora, estamos fazendo uma proposta de implantação, razão pela qual sua participação é muito importante. O objetivo deste estudo é analisar a inovação tecnológica e a atuação das editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira, para subsidiar a implantação ou implementação de novas editoras e, caso você participe, será necessário responder ao questionário em anexo. Não será feita nenhuma divulgação das respostas que lhe traga desconforto ou risco à instituição pesquisada. Espera-se que o(s) benefício(s) decorrente(s) de sua participação nesta pesquisa seja(m) proporcionar aos pesquisadores, informações relevantes sobre a editora universitária pública brasileira, que venham subsidiar esta proposta.

Você poderá obter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa, ou retirar seu consentimento a qualquer momento. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro. Seu nome e o da instituição que você representa não aparecerão em qualquer momento do estudo, pois vocês serão identificados pelas letras do alfabeto grego: ALFA, BETA, GAMA, DELTA, ÉPSILON, ZETA, ETA, SIGMA, ÔMEGA e DIGAMA.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE APÓS ESCLARECIMENTO

### ATUAÇÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA

Eu, \_\_\_\_\_, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar a minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Eu concordo em participar do estudo. Receberei uma via deste Termo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(Cidade)

(Data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Editor ou responsável pelas informações

\_\_\_\_\_  
Documento de identidade

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Coorientador

Telefone de contato dos pesquisadores:

Sônia Maria Rezende Paolinelli (34) 3318-5610; (34) 9149-0108

Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo (34) 3331-6202; (34) 8849-3539

Em caso de dúvida em relação a esse documento, você pode entrar em contato com o Comitê Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3318-5854.

Nota: Para constar nesta dissertação, este documento sofreu alterações no título, que anteriormente era "Subsídios para elaboração de uma proposta de implementação da editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro".

**APÊNDICE D – RELAÇÃO DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PÚBLICAS  
FEDERAIS E ESTADUAIS**

**Ministério da Educação - Sistema e-MEC**

**Relatório da Consulta Avançada**

**Resultado da consulta por : Instituição de Ensino Superior - Pública Federal e  
Estadual**

**Relatório Processado: 21/12/2015 - 16:11:07 Total de Registro(s) : 103**

<b>Item</b>	<b>Instituição (IES)</b>	<b>Organização Acadêmica</b>	<b>Editora</b>	<b>Data de criação</b>	<b>ABEU</b>
1	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Universidade	Sim	1965	Sim
2	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Universidade	Sim	2005	Sim
3	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Universidade	Sim	2015	Não
4	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Universidade	Sim	2001	Não
5	Fundação Universidade Federal do ABC	Universidade	Sim	2013	Não
6	Fundação Universidade Federal do Pampa	Universidade	Não	-	Não
7	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Universidade	Sim	2012	Não
8	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Universidade	Não	-	Não
9	Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo	Universidade	Não	-	Não
10	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Universidade	Não	-	Não
11	Universidade de Brasília	Universidade	Sim	1961	Sim
12	Universidade de Pernambuco	Universidade	Sim	1999	Não
13	Universidade de São Paulo	Universidade	Sim	1988	Sim
14	Universidade do Estado da Bahia	Universidade	Sim	2006	Sim
15	Universidade do Estado de Mato Grosso	Universidade	Sim	1997	Não
16	Universidade do Estado de Minas Gerais	Universidade	Sim	2008	Não

17	Universidade do Estado do Amapá	Universidade	Não informado	-	Não
18	Universidade do Estado do Amazonas	Universidade	Sim	2010	Sim
19	Universidade do Estado do Pará	Universidade	Sim	1998	Sim
20	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Universidade	Sim	1994	Sim
21	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Universidade	Não	-	Não
22	Universidade do Tocantins	Universidade	Não informado	-	Não
23	Universidade Estadual da Paraíba	Universidade	Sim	1998	Sim
24	Universidade Estadual de Alagoas	Universidade	Sim	2013	Não
25	Universidade Estadual de Campinas	Universidade	Sim	1982	Sim
26	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	Universidade	Não	-	Não
27	Universidade Estadual de Feira de Santana	Universidade	Sim	2002	Sim
28	Universidade Estadual de Goiás	Universidade	Sim	2009	Sim
29	Universidade Estadual de Londrina	Universidade	Sim	1994	Sim
30	Universidade Estadual de Maringá	Universidade	Sim	2006	Sim
31	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Universidade	Sim	2003	Sim
32	Universidade Estadual de Montes Claros	Universidade	Sim	1999	Sim
33	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Universidade	Sim	1997	Sim
34	Universidade Estadual de Roraima	Universidade	Não informado	-	Não
35	Universidade Estadual de Santa Cruz	Universidade	Sim	1996	Não
36	Universidade Estadual do Ceará	Universidade	Sim	1987	Sim
37	Universidade Estadual do Centro Oeste	Universidade	Sim	1997	Sim
38	Universidade Estadual do Maranhão	Universidade	Sim	2006	Sim
39	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Universidade	Não informado	-	Não

40	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Universidade	Sim	2003	Não
41	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Universidade	Sim	1997	Sim
42	Universidade Estadual do Paraná	Universidade	Sim	2001	Não
43	Universidade Estadual do Piauí	Universidade	Não	-	Não
44	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Universidade	Não	-	Não
45	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Universidade	Sim	1999	Sim
46	Universidade Estadual do Vale do Acaraú	Universidade	Sim	1996	Sim
47	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Universidade	Sim	1987	Sim
48	Universidade Federal da Bahia	Universidade	Sim	1972	Sim
49	Universidade Federal da Fronteira Sul	Universidade	Não	-	Não
50	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Universidade	Sim	2014	Não
51	Universidade Federal da Paraíba	Universidade	Sim	1962	Sim
52	Universidade Federal de Alagoas	Universidade	Sim	1983	Sim
53	Universidade Federal de Alfenas	Universidade	Não	-	Não
54	Universidade Federal de Campina Grande	Universidade	Sim	2005	Sim
55	Universidade Federal de Goiás	Universidade	Sim	Não informado	Não
56	Universidade Federal de Itajubá	Universidade	Não	-	Não
57	Universidade Federal de Juiz de Fora	Universidade	Sim	1986	Sim
58	Universidade Federal de Lavras	Universidade	Sim	1998	Sim
59	Universidade Federal de Mato Grosso	Universidade	Sim	1993	Sim
60	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Universidade	Sim	1993	Sim
61	Universidade Federal de Minas Gerais	Universidade	Sim	1985	Não
62	Universidade Federal de	Universidade	Sim	2009	Não

	Ouro Preto				
63	Universidade Federal de Pelotas	Universidade	Sim	1980	Sim
64	Universidade Federal de Pernambuco	Universidade	Sim	1955	Sim
65	Universidade Federal de Roraima	Universidade	Sim	2002	Não
66	Universidade Federal de Santa Catarina	Universidade	Sim	1980	Sim
67	Universidade Federal de Santa Maria	Universidade	Sim	1981	Sim
68	Universidade Federal de São Carlos (	Universidade	Sim	1993	Sim
69	Universidade Federal de São João Del Rei	Universidade	Não	-	Não
70	Universidade Federal de São Paulo	Universidade	Sim	2008	Não
71	Universidade Federal de Sergipe	Universidade	Sim	não informado	Não
72	Universidade Federal de Uberlândia	Universidade	Sim	1981	Sim
73	Universidade Federal de Viçosa	Universidade	Sim	1996	Sim
74	Universidade Federal do Acre	Universidade	Sim	2003	Sim
75	Universidade Federal do Amapá	Universidade	Sim	2006	Não
76	Universidade Federal do Amazonas	Universidade	Sim	1991	Sim
77	Universidade Federal do Cariri	Universidade	Não	-	Não
78	Universidade Federal do Ceará	Universidade	Sim	1980	Sim
79	Universidade Federal do Espírito Santo	Universidade	Sim	1995	Sim
80	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Universidade	Não	-	Não
81	Universidade Federal do Maranhão	Universidade	Sim	1988	Sm
82	Universidade Federal do Oeste da Bahia	Universidade	Não	-	Não
83	Universidade Federal do Oeste do Pará	Universidade	Não	-	Não
84	Universidade Federal do Pará	Universidade	Sim	1962	Sim
85	Universidade Federal do Paraná	Universidade	Sim	1987	Sim

86	Universidade Federal do Piauí	Universidade	Sim	1993	Sim
87	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Universidade	Sim	2010	Não
88	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Universidade	Sim	1986	Sim
89	Universidade Federal do Rio Grande	Universidade	Sim	1983	Sim
90	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Universidade	Sim	1962	Sim
91	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Universidade	Sim	1971	Sim
92	Universidade Federal do Sul da Bahia	Universidade	Não	-	Não
93	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Universidade	Não	-	Não
94	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Universidade	Não	-	Não
95	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Universidade	Não	-	Não
96	Universidade Federal Fluminense	Universidade	Sim	1985	Sim
97	Universidade Federal Rural da Amazônia	Universidade	Sim	1971	Sim
98	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Universidade	Sim	1956	Sim
99	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Universidade	Sim	2006	Sim
100	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Universidade	Sim	após 2005	Não
101	Universidade Regional do Cariri	Universidade	Não	-	Não
102	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Universidade	Sim	2002	Sim
103	Universidade Virtual do Estado do Maranhão	Universidade	Não informado	-	Não

Fonte: Adaptado de Brasil, 2015

## ANEXO A - Relação de publicações da UFTM com registro ISSN



	ISSN	Key Title / Variant titles	Dates	Medium	Frequency
1	2317-7527	Almanaque : Conectando-se com o PET	2013 -9999	Print	Semiannual
2	2359-5396	Anais da Jornada de extensão Universitária (Universidade Federal do Triângulo Mineiro)	2014 -9999	<i>On-line</i>	Annual
3	2238-247X	Anais da ... Jornada de Iniciação Científica (Universidade Federal do Triângulo Mineiro)	1993 -9999	Print	Annual
4	2177-9155	Anais da ... Mostra Científica de Terapia Ocupacional da UFTM <i>Anais da ... Mostra Científica de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro</i>	2010 -9999	CD-Rom	Semiannual
5	2236-6415	Anais da ... Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso <i>Anais da ... Mostra de TCCs</i>	2011 -9999	CD-Rom	Semiannual
6	2178-7271	Anais da ... Semana de Geografia da UFTM <i>Anais da ... Semana de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro</i>	2010 -9999	CD-Rom	Annual
7	2238-5908	Anais da ... Semat <i>Anais da ... Semana de Matemática</i>	2011 -9999	CD-Rom	Annual

8	2178-129X	Anais do ... Encontro de Nutrição	2009 -9999	Print	Annual
9	2237-7492	Anais do ... Seminário de Formação de Professores	2011 -9999	CD-Rom	Annual
10	2316-8161	Anais do ... Seminário Econômico e Desenvolvimento Regional	2012 -9999	CD-Rom	Annual
11	2358-7121	Anais do ... Simpósio de Terapia Ocupacional do Triângulo Mineiro	2014 -9999	CD-Rom	Biennial
12	2236-4188	Anais do ... Simpósio de Vigilância Epidemiológica em Atenção Primária à Saúde	2011 -9999	CD-Rom	Annual
13	2317-823X	Anais do ... Simpósio Gestaagua	2013 -9999	CD-Rom	Annual
14	2177-2703	Anais do ... Simpósio Mineiro de Pesquisa e Extensão em Atenção à Saúde	2010 -9999	Print	Annual
15	2358-0895	Anais ... Seminário de Orientação e Mobilidade	2014 -9999	CD-Rom	Annual
16	2175-3938	Anais ... Simpósio do Curso de Mestrado em Atenção à Saúde	2009 -2009	CD-Rom	Annual
17	2317-7136	Arquivos de Ciências do Esporte	2013 -9999	<i>On-line</i>	Three times a year
18	1982-9477	Boletim epidemiológico (Uberaba)	2007 -9999	Print	Three times a year
19	2318-9789	Caderno de Resumos da JOPELIT <i>Caderno de Resumos da Jornada Poéticas do Espaço Literário</i>	2013 -9999	<i>On-line</i>	Annual
20	2319-0531	Caderno de Resumos da SELE <i>Caderno de Resumos da Semana de Letras</i>	2013 -9999	<i>On-line</i>	Biennial
21	2319-0272	Caderno de Resumos do JOEEL	2013 -9999	<i>On-line</i>	Annual

		<i>Caderno de Resumos Jornada de Estudos sobre o Espaço Literário</i>			
22	2237-7484	Caderno de Resumos do ... Seminário de Formação de Professores	2011 -9999	Print	Annual
23	2318-6771	Caderno de Resumos ... Encontro Nacional das Licenciaturas, ... Seminário Nacional do Pibid <i>Caderno de Resumos ... Encontro Nacional das Licenciaturas, ... Seminário Nacional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência</i>	2013 -9999	CD-Rom	Annual
24	2317-9872	Caderno de Resumos ... Workshop de Divulgação e Ilustração Científica	2013 -9999	CD-Rom	Annual
25	2178-9770	Cadernos CIMEAC	2011 -9999	<i>On-line</i>	Semiannual
26	1984-7629	Com Todas as Letras (Uberaba)	2007 -9999	Print	Annual
27	2359-1064	Iniciação & Formação Docente <i>Iniciação e Formação Docente</i>	2014 -9999	<i>On-line</i>	Semiannual
28	1981-0601	Intertexto (Uberaba)	2007 -9999	Print	Semiannual
29	2358-3657	LIPH Science <i>Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa Hospitalar Science</i>	2014 -9999	<i>On-line</i>	Quarterly
30	2238-4456	Pasárgada	2011 -9999	<i>On-line</i>	Semiannual
31	1984-7610	Programação e Resumos do ... Simpósio de Estudos Lingüísticos e Literários <i>Programação e Resumos do ... SELL</i>	2007 -9999	Print	Biennial
32	2316-4824	Programação e Resumos ... Seminário de Avaliação PIBID-UFTM	2012 -9999	Print	Annual

		<i>Programação e Resumos ... Seminário de Avaliação Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-Universidade Federal do Triângulo Mineiro</i>			
33	2317-7691	Resumos do ... Encontro Interinstitucional do Pibid/UFU/UFTM <i>Resumos do ... Encontro Interinstitucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Federal do Triângulo Mineiro</i>	2013 -9999	Print	Annual
34	2316-4166	Resumos do ... Simpósio Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente	2012 -9999	CD-Rom	Annual
35	2317-2290	Resumos ... Seminário de Humanização, ... Encontro da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde	2012 -9999	CD-Rom	Annual
36	2359-4748	Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação <i>Brazilian Journal of Science, Technology and Innovation</i>	2014 -9999	<i>On-line</i>	Semiannual
37	2317-1154	Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde	2012 -9999	<i>On-line</i>	Semiannual
38	1983-3873	Revista do SELL <i>Revista do Simpósio de Estudos Lingüísticos e Literários</i>	2008 -9999	<i>On-line</i>	Annual
39	2318-8413	Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social <i>REFACS</i>	2013 -9999	<i>On-line</i>	Three times a year
40	2237-6917	Revista Perspectivas em Psicologia <i>Perspectivas em Psicologia</i>	2010 -9999	Print	Semiannual
41	2316-9966	Revista Triângulo (Impresso)	2011 -9999	Print	Semiannual

42	2175-1609	Revista Triângulo ( <i>On-line</i> )	2008 -9999	<i>On-line</i>	Semiannual
43	2448-4199	Simpósio Internacional de Águas, Solos e Geotecnologias	2015 -9999	<i>On-line</i>	Biennial
44	2317-4129	Trabalhos Completos do ... Encontro Interinstitucional do Pibid/UFU/UFTM <i>Anais do ... Encontro Interinstitucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Federal do Triângulo Mineiro</i>	2013 -9999	Print	Annual

Fonte: CENTRO BRASILEIRO DO ISSN, 2015

**ANEXO B - Relação de publicações da UFTM com registro ISBN**

<b>Item</b>	<b>Número</b>	<b>Título Obra</b>	<b>Ano</b>	<b>Suporte</b>
1	<u>978-85-62599-00-2</u>	Resgate Cultural: por entre os labirintos da memória	2009	Papel
2	<u>978-85-62599-01-9</u>	Memória e cultura: entre o presente e o passado	2009	Papel
3	<u>978-85-62599-02-6</u>	Cultura e sociedade: causos, povo e imaginação	2010	Papel
4	<u>978-85-62599-03-3</u>	Educação física, esporte, saúde e educação	2010	Papel
5	<u>978-85-62599-04-0</u>	Gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2010	Papel
6	<u>978-85-62599-05-7</u>	Memórias, territorialidades e identidades em Uberaba/MG: Bairro Estados Unidos e escola Estadual Quintiliano Jardim	2011	Papel
7	<u>978-85-62599-06-4</u>	Interfaces multidisciplinares na saúde aplicadas na formação do profissional em educação física	2011	Papel
8	<u>978-85-62599-07-1</u>	Globalização do conhecimento: uma análise dos impactos econômicos, tecnológicos, sociais e culturais na América Latina	2011	Papel
9	<u>978-85-62599-08-8</u>	Anais do II Encontro em Inovação Tecnológica	2011	CD-ROM
10	<u>978-85-62599-09-5</u>	Anais da VII Jornada de Extensão Universitária	2011	Papel
11	<u>978-85-62599-10-1</u>	Anais II Encontro de Inovação Tecnológica	2012	CD-ROM
12	<u>978-85-62599-11-8</u>	Diálogos em psicologia: práticas profissionais e produção do conhecimento	2012	Papel

13	<a href="#">978-85-62599-12-5</a>	A Ciência que virou história e as histórias da ciência	2012	Papel
14	<a href="#">978-85-62599-13-2</a>	Histórias de bichos e plantas	2012	Papel
15	<a href="#">978-85-62599-14-9</a>	Jardim de Epicuro: a escola com a qual sonhamos	2012	Papel
16	<a href="#">978-85-62599-15-6</a>	Ciência do esporte: educação, desempenho e saúde	2012	Papel
17	<a href="#">978-85-62599-16-3</a>	Triângulo mineiro no enfrentamento á violência sexual infantojuvenil: expansão do pair Minas: explorando percursos, indicando caminhos	2012	Papel
18	<a href="#">978-85-62599-17-0</a>	Triângulo mineiro no enfrentamento á violência sexual infantojuvenil: expansão do pair Minas: explorando percursos, indicando caminhos	2012	Internet
19	<a href="#">978-85-62599-18-7</a>	Triângulo mineiro no enfrentamento á violência sexual infantojuvenil: expansão do pair Minas: multiplos olhares	2012	Papel
20	<a href="#">978-85-62599-19-4</a>	Triângulo mineiro no enfrentamento á violência sexual infantojuvenil: expansão do pair Minas: multiplos olhares	2012	Internet
21	<a href="#">978-85-62599-20-0</a>	Geografias da Ponte Alta: bairro rural de Uberaba - MG	2012	Papel
22	<a href="#">978-85-62599-21-7</a>	Oficinas de mídia-educação: leitura crítica, produção e remix de conteúdo digital	2013	Papel
23	<a href="#">978-85-62599-22-4</a>	Os hominídeos: uma caminhada partindo da África e entrando para a história	2013	Papel
24	<a href="#">978-85-62599-23-1</a>	Atlas geográfico escolar de sacramento	2013	Papel
25	<a href="#">978-85-62599-24-8</a>	Literatura científica: um guia para busca na Internet	2013	CD-ROM
26	<a href="#">978-85-62599-25-5</a>	Jardim de Epicuro: escolas que ampliam horizontes	2013	Papel

27	<a href="#">978-85-62599-26-2</a>	Glub-Glub	2013	Papel
28	<a href="#">978-85-62599-27-9</a>	Enzimando	2013	Papel
29	<a href="#">978-85-62599-28-6</a>	Viagem de balão	2013	Papel
30	<a href="#">978-85-62599-29-3</a>	Malabares	2013	Papel
31	<a href="#">978-85-62599-30-9</a>	Cinema e educação: calços, percalços e percursos	2013	<i>E-book</i> /PDF
32	<a href="#">978-85-62599-31-6</a>	Balangandã de ideias e saberes - histórias de formação de professores da educação infantil. Relatos de experiência	2013	Papel / PDF
33	<a href="#">978-85-62599-32-3</a>	GeoGebra: múltiplas possibilidades para o ensino de matemática	2013	Papel / PDF
34	<a href="#">978-85-62599-33-0</a>	Dicionário científico: indicado para o ensino fundamental	2013	Papel
35	<a href="#">978-85-62599-34-7</a>	Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade	2014	Papel
36	<a href="#">978-85-62599-35-4</a>	Sem anos contados: experiências de profissionais de diferentes áreas no trabalho com idosos	2014	Papel
37	<a href="#">978-85-62599-36-1</a>	Descobrimo a ciência: o aquário como modelo de estudo de um ecossistema e as implicações para o bem estar das populações	2013	Papel
38	<a href="#">978-85-62599-37-8</a>	Escola em tempo integral : linguagens e expressões	2014	Papel
39	<a href="#">978-85-62599-38-5</a>	Tópicos de atualização em ciências aquáticas	2014	Papel
40	<a href="#">978-85-62599-39-2</a>	Caderno de atividades práticas: Centro Regional de Referência para Formação Permanentes dos profissionais que atuam nas redes de atenção aos usuários de crack e outras drogas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2014	DVD

41	<u>978-85-62599-40-8</u>	Caderno de atividades práticas: Centro Regional de Referência para Formação Permanentes dos profissionais que atuam nas redes de atenção aos usuários de crack e outras drogas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2014	Papel
42	<u>978-85-62599-41-5</u>	O espaço como intérprete do tempo: crônicas das geografias do Triângulo Mineiro	2014	Papel
43	<u>978-85-62599-42-2</u>	Jardim de Epicuro: aulas inesquecíveis	2014	Papel
44	<u>978-85-62599-43-9</u>	E agora como eu faço? Práticas do professor de educação infantil	2014	Papel
45	<u>978-85-62599-44-6</u>	Um...dois...e...três! Atenção outra vez!!! O que tem na caixa de surpresa? Políticas públicas, que beleza!!!	2014	Papel
46	<u>978-85-62599-45-3</u>	Artes cênicas: o fazer teatral no contexto dos jogos	2014	Papel
47	<u>978-85-62599-46-0</u>	Entrem na roda, vamos todos cirandar	2014	Papel
48	<u>978-85-62599-47-7</u>	Educação vocal para professores da educação infantil	2014	Papel
49	<u>978-85-62599-48-4</u>	Eu brinco, ele brinca, nós brincamos	2014	Papel
50	<u>978-85-62599-49-1</u>	Lambuzando de arte: pintura na infância	2014	Papel
51	<u>978-85-62599-50-7</u>	Mais educação: investigações na educação integral	2015	Papel
52	<u>978-85-62599-51-4</u>	Manual do WHO Disability Assessment Schedule WHODAS 2.0	2015	Papel
53	<u>978-85-62599-52-1</u>	Pressupostos éticos para a educação	2015	Papel
54	<u>978-85-62599-53-8</u>	Manual do pesquisador iniciante em atividade física & saúde	2015	Papel

55	<u>978-85-62599-54-5</u>	Aqui a gente faz assim! Animação vai à sala de aula = We do it this way! Animation goes to the classroom	2015	Papel
56	<u>978-85-62599-55-2</u>	Identidades do campo: teatro e poemas	2015	Papel
57	<u>978-85-62599-56-9</u>	Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade	2015	Papel
58	<u>978-85-62599-57-6</u>	Anais VII Semana de Geografia da UFTM: a diversidade da geografia contemporânea	2016	Papel

Fonte: AGÊNCIA BRASILEIRA DO ISBN, [20--]